

**REGISTROS DAS
PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS NA
ESCOLA DE TEMPO
INTEGRAL JULA PARÉ**



**LEOCÍLIO
BOROPONEPÁ
FILHO**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CAMPUS UNIV. DEP. EST. "RENÊ BARBOUR"



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL – PPGECH

LEOCÍLIO BOROPONEPÁ FILHO

**REGISTROS DAS PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA DE
TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ**

Barra do Bugres, MT

2026

Leocílio Boroponepá Filho

**REGISTROS DAS PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA DE
TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade do Estado de Mato Grosso, como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Educação Intercultural Indígena
para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lisanil da Conceição
Patrocínio Pereira.

Barra do Bugres, MT

2026

LEOCÍLIO BOROPONEPÁ FILHO

REGISTROS DAS PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECH – da Universidade do Estado de Mato Grosso CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO, *Campus* Univ. Dep. Est. “Renê Barbour” – Barra do Bugres - MT, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Aprovada em 19 de dezembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LISANIL DA CONCEICAO PATROCINIO PEREIRA
Data: 15/06/2026 16:24:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira
Orientadora (UNEMAT/PPGECH)

Documento assinado digitalmente
 CARLOS WAGNER COSTA ARAUJO
Data: 15/06/2026 16:30:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Wagner Costa Araújo
Examinador Externo (MCTI)

Documento assinado digitalmente
 NEODIR PAULO TRAVESSINI
Data: 15/06/2026 20:49:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Neodir Paulo Travessini
Examinador Interno (UNEMAT/PPGECH)

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

F481r Filho, Leocílio Boroponepá.

REGISTROS DAS PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA DE
TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ / Leocílio Boroponepá Filho. - Barra do
Bugres, 2026.

161f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ensino em Contexto Indígena Intercultural/BBG-
PPGECII - Barra do Bugres - Mestrado Profissional, Campus
Universitário De Barra Do Bugres "Deputado Renê Barbour".

Orientador: LISANIL DA CONCEIÇÃO PATROCÍNIO PEREIRA.

1. Educação Escolar Indígena. 2. Práticas Culturais
Balatiponé. 3. Escola Jula Paré. I. PEREIRA, LISANIL DA
CONCEIÇÃO PATROCÍNIO. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 376

DEDICATÓRIA

A memória da minha mãe, Euzi Corezomaé, segue viva em mim através dos ensinamentos, do amor incondicional e da força silenciosa que me guia, mesmo em sua ausência física. Sua presença continua pulsando em cada escolha, em cada passo que dou nesta caminhada.

Ao meu pai, Leocílio Boroponepá, exemplo de força e coragem, que fez o possível para que eu estudasse. Desejo ter sido merecedor do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos, especialmente quanto à minha formação.

Dedico este trabalho a toda a minha família, por serem abrigo, apoio e motivação constante, e ao meu povo Balatiponé, cuja sabedoria da nossa ancestralidade ecoa em cada canto da aldeia, em cada gesto de resistência.

Dedico também aos professores, anciãos, crianças e jovens da Escola de Tempo Integral Jula Pará, que transformam o conhecimento em luta e a sala de aula em território de afirmação, ensinando ao mundo que educar é, antes de tudo, lembrar quem somos.

Este trabalho é semente, é memória e é compromisso com a vida e com o futuro da nossa cultura.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Com o coração pleno de gratidão, reconheço que esta dissertação é fruto de muitas vozes, saberes, trajetórias e resistências que me antecedem e me acompanham. Mais do que um trabalho acadêmico, ela representa a força coletiva do meu povo Balatiponé e o compromisso com a preservação e valorização de nossas práticas, memórias e modos próprios de existir.

Agradeço, primeiramente, a Haypuku (Deus Criador), por me dar forças, sabedoria, saúde e coragem para seguir firme e com dedicação nesta caminhada de aprendizado e resistência; e aos nossos ancestrais, que, com coragem e sabedoria, sustentaram nossa cultura, nossa língua e nossa identidade diante de tantas adversidades.

Agradeço à minha família, meu porto seguro: ao meu pai, Leocílio Boroponepá, e à minha mãe, Euzi Corezomaé (*in memoriam*), cuja memória, amor, proteção e ensinamentos me acompanham todos os dias.

Aos meus irmãos, Erenildes Corezomaé, Ismael Corezomaé, Alessandra Boroponepá Corezomaé, Alessandro Boroponepá, Keliane Corezomaé Boroponepá, Leocy Corezomaé Boroponepá e Marcelo Corezomaé, com quem divido não apenas o sangue, mas também os sonhos, as lutas e as vitórias; e aos demais familiares, que sempre me incentivaram e me acolheram com palavras de apoio e com o calor do lar.

Agradeço à minha querida orientadora, Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira, por confiar no meu potencial, por estar sempre atenta e na escuta, pelas orientações respeitadas e pela confiança depositada neste trabalho. Sua parceria foi fundamental para que eu conseguisse expressar, com respeito e rigor, a riqueza do universo cultural do meu povo.

Agradeço também a essas mulheres empoderadas, minha irmã Alessandra Boroponepá Corezomaé e minha tia Eliane Monzilar, que, com generosidade, coragem e sabedoria, abriram caminhos, ofereceram oportunidades e acreditaram no meu potencial. Sou grato por cada gesto de incentivo. Obrigado por acreditar e me impulsionar. A vocês, minha profunda admiração e agradecimento.

Paykuripia (Obrigado).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e registrar as práticas culturais desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Julia Pará, localizada na Terra Indígena Umutina, em Barra do Bugres (MT). A pesquisa parte da valorização dos saberes tradicionais do povo Balatiponé, considerando que a escola indígena não é apenas um espaço de ensino formal, mas também um território de afirmação da identidade, resistência cultural e fortalecimento da memória coletiva. Nesse sentido, o projeto *Mais Ciência na Escola* veio para contribuir com o fortalecimento das práticas culturais na escola e na comunidade. Por meio de observações, entrevistas, registros fotográficos, vídeos, desenhos e produções escritas, busca-se documentar as diversas práticas culturais que integram o cotidiano escolar, como a dança tradicional, o artesanato, o preparo de alimentos típicos e a oralidade dos anciãos. A proposta adota uma abordagem qualitativa e participativa, na qual alunos, professores e membros da comunidade atuam como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento. Ao sistematizar essas práticas, o estudo contribui para a valorização da educação escolar indígena diferenciada e para a preservação do patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé, reafirmando a escola como espaço de diálogo entre culturas, de protagonismo indígena e de construção de uma pedagogia própria.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; práticas culturais Balatiponé; Escola Julia Pará.

ABSTRACT

This work aims to analyze and record the cultural practices developed at the Julia Paré Full-Time School, located in the Umutina Indigenous Land, in Barra do Bugres (MT). The research is based on the appreciation of the traditional knowledge of the Balatiponé people, considering that the indigenous school is not only a space for formal education but also a territory for affirming identity, cultural resistance, and strengthening collective memory. Through observations, interviews, photographic records, videos, drawings, and written productions, the study seeks to document the various cultural practices that are part of everyday school life, such as traditional dance, handicrafts, the preparation of typical foods, and the oral traditions of the elders. The proposal adopts a qualitative and participatory approach, in which students, teachers, and community members act as active subjects in the process of knowledge construction. By systematizing these practices, the study contributes to the appreciation of differentiated indigenous schooling and to the preservation of the tangible and intangible heritage of the Balatiponé people, reaffirming the school as a space for dialogue between cultures, indigenous protagonism, and the construction of a pedagogy of its own.

Keywords: Indigenous School Education; Balatiponé cultural practices; Julia Paré School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mosaico de fotos da minha infância no lugar onde aprendi que a terra e a natureza são nossa primeira escola	19
Figura 2: Mosaico de fotos da minha colação de grau em Licenciatura Intercultural pela FAIND/Unemat/2022: o fim de um ciclo, o início de uma nova jornada.	22
Figura 3: Mosaico de fotos do início das aulas em tempo integral na Escola Indígena Jula Paré: um novo tempo de aprender e conviver.....	27
Figura 4: Mosaico de fotos “Território e Ancestralidade”	32
Figura 5: Mosaico de fotos da vivência Balatiponé	35
Figura 6: Mosaico de fotos de práticas do timbó, ciclos da natureza e da vida	36
Figura 7: Mosaico de fotos da preparação do beiju e do peixe assado	38
Figura 8: Mosaico de fotos de apresentações das danças tradicionais Balatiponé	41
Figura 9: Mosaico de fotos da dança Mixinosê	43
Figura 10: Mosaico de fotos da dança Jekirinó.....	44
Figura 11: Mosaico de fotos da dança Katamã.....	45
Figura 12: Mosaico de fotos da dança tradicional Yuri	46
Figura 13: Mosaico de fotos da dança tradicional Lorunó	48
Figura 14: Mosaico de fotos das comidas tradicionais Balatiponé	50
Figura 15: Mosaico de fotos dos peixes pescados nos rios Paraguai e Bugres	53
Figura 16: Mosaico de fotos do processo de preparo do beiju.....	54
Figura 17: Mosaico de fotos do processo do preparo da xixa	56
Figura 18: Artesanatos do povo Balatiponé: cesto, colares de semente e arte em madeira	57
Figura 19: Práticas de confecção dos artesanatos, professores e alunos	58
Figura 20: Carmina Monzilar, artesã da Aldeia Umutina.....	60
Figura 21: Mosaico de fotos de especialidades de cestos	62

Figura 22: Apresentação da turma do 1º ano do Ensino Médio para a comunidade escolar.....	67
Figura 23: Pintura em tela, turma do 2º ano do Ensino Médio: os artistas e suas artes.....	69
Figura 24: Mosaico de fotos de exposição artística do projeto <i>A arte da pintura em tela</i> – culminância no espaço escolar	71
Figura 25: Produções de textos com as imagens, 3º ano do Ensino Médio – Mural da Escola Indígena de Tempo Integral Jula Paré	73
Figura 26: Mosaico de fotos de apresentações do projeto <i>Retratos culturais: a arte do movimento</i>; culminância no espaço escolar	74
Figura 27: Aviário escolar 2025 – turmas dos Ensinos Fundamental e Médio ..	76
Figura 28: Mosaico de fotos do aviário da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Paré – produções para consumo.....	77
Figura 29: Belezas naturais das Aldeias do Território Umutina.....	81
Figura 30: Profa. Dra. Eliane Monzilar	83
Figura 31: Mosaico de fotos de etnoturismo Balatiponé – experiências com os turistas	85
Figura 32: Momento de diálogo com a nossa enfermeira Maxbaby de Souza Cupodonepá – breve diálogo com a turma do 3º ano do Ensino Médio de 2025	88
Figura 33: Palestra na escola para turmas dos Ensinos Fundamental e Médio	93
Figura 34: Gerenciamento de resíduos	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Corpo docente e equipe de apoio da Escola Estadual Indígena Jula Paré (2025)	27
Quadro 2: Questões para estudo	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	Agentes Indígenas de Saúde
AISAN	Agentes Indígenas de Saneamento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Doença do coronavírus
DRE	Diretoria Regional de Educação de Tangará da Serra
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FAIND	Faculdade Intercultural indígena
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MT	Mato Grosso
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPGECCI	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ensino em Contexto Indígena Intercultural
SEDUC-MT	Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso
SENANI	Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
UBSI	Unidade Básica de Saúde Indígena
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENFOQUE AFETIVO-CULTURAL: IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE	19
2.1 Implantação e funcionamento do modelo de Escola de Tempo Integral na Escola Estadual Indígena Jula Pará	25
3 PRÁTICAS CULTURAIS BALATIPONÉ	32
3.1 O timbó	36
3.2 Práticas das danças tradicionais Balatiponé	39
3.3 Alimentação tradicional Balatiponé: peixe e beiju	50
3.4 O peixe (Haré).....	52
3.5 O beiju (Jukuputu).....	54
3.6 A xixa (Jolorukwá).....	55
3.7 Práticas do artesanato Balatiponé	56
4 PEDAGOGIA DA MEMÓRIA: O ENSINO PELAS PALAVRAS DAS ANCIÃS E ANCIÃOS.....	60
4.1 Saberes que florescem: uma experiência interdisciplinar entre jovens e professores Balatiponé	64
4.2 Uma experiência interdisciplinar: turmas do Ensino Médio (2025).....	65
4.3 A arte da pintura em tela: expressão, criatividade e cultura na formação educacional – 2º ano do Ensino Médio	68
4.4 Projeto de fotografia <i>Retratos culturais: a arte do movimento</i>	72
4.5 Tecnologias e cultura em harmonia: o aviário da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará	75
5 ETNOTURISMO BALATIPONÉ.....	80
5.1 Saúde e educação Balatiponé	86
5.2 Saúde na Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
CONSULTORES INDÍGENAS BALATIPONÉ.....	100

REFERÊNCIAS.....	100
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado *Registros das práticas culturais desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Jula Paré*, é de fundamental relevância para o povo Balatiponé, pois aborda temas valiosos para toda a sociedade. Aqui trago textos sobre Saberes Balatiponé, Cultura, Saúde e Educação, que exploram a implementação de um modelo de escola de tempo integral na instituição indígena, destacando a adaptação do currículo para incluir saberes tradicionais e práticas culturais.

Esse direito está amparado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecida no Brasil pela Constituição Federal de 1988, que reforça o direito à educação diferenciada para a educação escolar indígena, permitindo ensinar a língua, a confecção de artesanato, a pintura corporal, comidas típicas, bebidas tradicionais, pesca e caça, e todo o conjunto de saberes, vivências e práticas culturais de cada povo, sem deixar de ensinar também os conhecimentos exigidos pelos órgãos que atuam na educação.

Logo, busca-se promover o fortalecimento e a valorização das práticas culturais do povo Balatiponé no ambiente escolar, por meio de atividades que envolvam a oralidade, a dança, as pinturas corporais, o artesanato, a culinária tradicional, as narrativas ancestrais e várias outras práticas culturais. Conforme destaca Monzilar (2023, p. 44),

Antes dos professores indígenas e, em um tempo da história, o ensino era pautado por política puramente integracionista aos costumes dos não indígenas, fazendo com que os próprios indígenas negassem sua cultura, valores e crenças do povo.

Antes dos professores indígenas e, em um tempo da história, o ensino era pautado por uma política puramente integracionista aos costumes dos não indígenas, fazendo os próprios indígenas negarem sua cultura, valores e crenças do povo.

Atualmente, toda a equipe de professores que trabalha na escola é indígena. Professores e demais funcionários são Balatiponé e assumiram o compromisso e a responsabilidade de ensinar e mudar a história desse povo que sofreu opressão por parte dos não indígenas, usando a educação para contribuir na formação de estudantes conscientes de sua identidade, cultura, história e pertencimento étnico-cultural.

A experiência da Escola Jula Pará também se insere em um movimento mais amplo de interculturalidade crítica, que, conforme Candau (2014) e Walsh (2009), não se limita ao respeito às diferenças, mas exige diálogo, convivência e reconstrução de sentidos entre mundos distintos. Nesse contexto, a educação indígena é compreendida como prática de decolonialidade, pois rompe com a lógica integracionista e eurocentrada, reafirmando o direito à diferença e à produção de conhecimentos situados (Souza et al., 2025).

A metodologia adotada é participativa e interdisciplinar, conforme defendem Lakatos e Marconi (2022) e Cervo, Bervian e Silva (2009), envolvendo toda a comunidade escolar: estudantes, professores, anciãos, artesãos e lideranças do povo Balatiponé. As práticas culturais são integradas aos componentes curriculares por meio de oficinas, rodas de conversa, pesquisas de campo, registros orais, atividades práticas e artísticas.

Os anciãos, professores e pessoas do território, detentores de saberes tradicionais, foram convidados a compartilhar seus conhecimentos com os alunos por meio de falas e demonstrações de práticas como a pintura corporal, o preparo do beiju, a construção de instrumentos musicais e a narração de histórias tradicionais.

Também foram organizadas visitas a espaços comunitários e eventos culturais da aldeia. Os registros dessas práticas foram feitos em forma de desenhos, fotos, vídeos, textos e exposições, para preservar e divulgar os conhecimentos produzidos. Em alguns casos, esses registros também foram divulgados nas mídias sociais.

A avaliação foi contínua e processual, em consonância com a perspectiva de Thiollent (2011) e Streck (2014) sobre metodologias participativas, levando em conta o envolvimento dos alunos, o respeito aos saberes compartilhados e a valorização da identidade indígena no cotidiano escolar.

A presença das práticas culturais no ambiente escolar indígena é fundamental para a preservação da memória, da identidade e dos saberes tradicionais dos povos originários. No contexto da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará, promover essas práticas dentro do currículo escolar é uma forma de resistência cultural e de fortalecimento do protagonismo indígena.

Destaca-se também o projeto *Mais Ciência na Escola*, vinculado à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), que constitui uma política educacional voltada à aproximação entre saberes científicos e saberes comunitários. Essa iniciativa

dialoga com a proposta de Santos (2007), ao defender a ecologia de saberes, na qual o conhecimento acadêmico se fortalece quando reconhece e interage com os saberes tradicionais. O projeto não se limita a uma ação técnica, mas se insere em uma perspectiva de resistência cultural e decolonial, conforme Walsh (2009), que entende a educação como prática insurgente e de afirmação da diferença.

No bojo do *Mais Ciência na Escola* (CNPq/Unemat), foi elaborado o produto educacional desta dissertação, intitulado *Nossos saberes, nossas palavras: coletânea de artigos vivência Balatiponé*. A coletânea reúne artigos produzidos por estudantes indígenas do povo Balatiponé, orientados por professores e anciãos da comunidade, em um processo de pesquisa participativa que integra saberes tradicionais e conhecimento científico.

O material sistematiza práticas culturais e educativas vivenciadas pelos jovens, como o preparo de alimentos tradicionais (beiju, peixe assado, xixa, doce de mamão), o artesanato, as danças, os rituais e o manejo ambiental, articulando-os com oficinas de robótica, informática e atividades na sala Maker. A coletânea também registra experiências em eventos interculturais, como a 1ª Assembleia dos Povos Indígenas do Cerrado/Pantanal, fortalecendo o protagonismo juvenil e a autonomia intelectual.

Mais do que um conjunto de textos, o produto educacional constitui-se como um instrumento pedagógico e político que reafirma a escola indígena como espaço de resistência, memória e diálogo entre mundos. Ao valorizar a oralidade dos anciãos, a criatividade dos jovens e a integração com a ciência contemporânea, a coletânea promove uma educação diferenciada, crítica e transformadora, comprometida com a preservação da identidade Balatiponé e com a construção de futuros sustentáveis.

Ressaltamos que a cultura do povo Balatiponé não pertence apenas ao passado: ela se manifesta no presente por meio da língua, da dança, da música, das narrativas e das práticas cotidianas que expressam a cosmovisão e o modo de vida do povo Balatiponé. A valorização dessas práticas culturais na escola tem um papel pedagógico e político, pois reconhece os saberes dos anciãos, integra os conhecimentos comunitários ao processo educativo e estimula a autoestima das crianças e jovens. Ao transformar o espaço escolar em um lugar de escuta, transmissão e vivência cultural, garantimos a continuidade dos saberes tradicionais e a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua ancestralidade.

Além disso, o fortalecimento das práticas culturais no ambiente escolar atende aos princípios da Educação Escolar Indígena diferenciada, bilíngue, intercultural, comunitária e específica, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) (Brasil, 1988, 1996).

A obra detalha as práticas culturais Balatiponé, como a pesca do timbó e as danças tradicionais (Mixinosê, Jekirinó, Katamã, Yuri e Lorunó), enfatizando sua importância na preservação da identidade. Vários professores têm trabalhado a questão cultural. Calomezoré e Boroponepá Filho (2023, p. 2) relatam que:

A dança tradicional sendo uma experiência corporal possibilitará aos jovens estudantes novas formas de expressão e comunicação, levando-os à descoberta da sua linguagem corporal, que contribuirá para o processo de ensino aprendizagem nas questões culturais, educacionais, políticas e sociais referentes ao crescimento e valorização da identidade Balatiponé-Umutina.

A dança tradicional, sendo uma experiência corporal, possibilitará aos jovens estudantes novas formas de expressão e comunicação, levando-os à descoberta da sua linguagem corporal, que contribuirá para o processo de ensino-aprendizagem nas questões culturais, educacionais, políticas e sociais referentes ao crescimento e valorização da identidade Balatiponé-Umutina.

Além disso, discute-se a alimentação tradicional com foco no peixe (Haré), no beiju (Jukuputu) e na xixa (Jolorukwá), bem como o papel do artesanato na comunidade. Por fim, aborda-se a Pedagogia da Memória por meio dos ensinamentos dos anciãos, os projetos educacionais – como a implementação do aviário em nossa escola, uma iniciativa que transcende os limites da produção de alimentos, assumindo dimensões pedagógicas, culturais e socioambientais, liderada por jovens professores – e a relação entre saúde e educação, incluindo saneamento básico e o trabalho da equipe de saúde no território Umutina.

A presente dissertação está organizada em seis capítulos principais. No primeiro capítulo, a introdução, são apresentados o contexto da investigação, a relevância da Escola de Tempo Integral Jula Pará para o povo Balatiponé, a interculturalidade, decolonialidade e ecologia de saberes, bem como os objetivos e a metodologia adotada.

O segundo capítulo desenvolve um enfoque afetivo-cultural, articulando identidade e ancestralidade a partir da trajetória pessoal do autor, combinando elementos autobiográficos com reflexões sobre a educação escolar indígena, valorizando a memória familiar, os saberes tradicionais e o papel da escola como espaço de resistência e fortalecimento cultural.

A terceira seção descreve o processo de implantação e funcionamento do modelo de Escola de Tempo Integral na Escola Estadual Indígena Julia Paré, destacando as negociações entre a comunidade indígena e a Seduc-MT, os desafios enfrentados, a organização curricular e a composição da equipe docente e de apoio.

O depoimento de Carmina Monzilar, liderança feminina Balatiponé que compartilha suas memórias, experiências e reflexões sobre a educação indígena, a preservação cultural e o papel da escola como espaço de transmissão de saberes tradicionais é apresentado no capítulo quatro.

O quinto capítulo traz a entrevista com a Profa. Dra. Eliane Monzilar, que oferece uma visão acadêmica e comunitária sobre os desafios e conquistas da educação escolar indígena, e inclui o subcapítulo 5.2, no qual se encontra o depoimento da enfermeira Maxbaby de Souza Cupodonepá, evidenciando a contribuição da área da saúde para a educação intercultural e mostrando como práticas de cuidado e saberes tradicionais dialogam com o ambiente escolar e fortalecem a formação integral dos estudantes.

As considerações finais sintetizam os principais resultados da pesquisa, reafirmando a importância da escola indígena como espaço de resistência e diálogo entre saberes e apontando caminhos para o fortalecimento da educação intercultural e decolonial.

Por fim, estão listados os nomes das pessoas entrevistadas, *Consultores Indígenas Balatiponé*, que contribuíram com seus saberes e experiências para a construção deste trabalho, reconhecendo o protagonismo dos sujeitos indígenas na produção de conhecimento, reafirmando que a pesquisa é fruto de uma construção coletiva entre academia e comunidade.

2 ENFOQUE AFETIVO-CULTURAL: IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE

O presente capítulo apresenta um enfoque afetivo-cultural, articulando identidade e ancestralidade a partir da trajetória pessoal do autor. A narrativa combina elementos autobiográficos com reflexões sobre a educação escolar indígena, valorizando a memória familiar, os saberes tradicionais e o papel da escola como espaço de resistência e fortalecimento cultural. A forma de abordagem é em primeira pessoa para dar autenticidade e proximidade ao relato, ao mesmo tempo em que evidencia o protagonismo indígena na construção de práticas educativas diferenciadas e contextualizadas.

Figura 1: Mosaico de fotos da minha infância no lugar onde aprendi que a terra e a natureza são nossa primeira escola



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2015).

Meu nome é Leocílio Boroponepá Filho. Moro na Aldeia Central Umutina, que fica próxima ao município de Barra do Bugres. Meu pai se chama Leocílio Boroponepá, da etnia Balatiponé, pescador, artesão, agricultor e sempre gostou de mexer com criação de animais. Atualmente está aposentado.

Minha mãe se chamava Euzi Corezomaé, pertencente ao povo Pareci e sempre foi uma pessoa amorosa e cuidadosa. Gostava das coisas mais simples que a vida oferece. Em suas histórias, sempre relatava que sua mãe (minha avó) cresceu sozinha e teve que aprender a sobreviver muito cedo. Trazia essa reflexão de que cuidaria de mim e de meus irmãos para nos deixar encaminhados para a vida, mas faleceu, deixando em nós tristeza e saudade.

Desde pequeno, eu ouvia atentamente as histórias contadas pelos meus pais, aprendendo sobre nossa cultura, nossos costumes e a relação profunda com a natureza. Tenho quatro irmãos e três irmãs, e toda a minha ancestralidade é indígena. Desde sempre morei na aldeia, lugar que eu amo muito. Nos meus tempos de criança, tudo era muito divertido, pois tive total liberdade para brincar, uma vida saudável, pois meus pais me educaram muito bem e nunca deixaram faltar nada. Sempre acompanhei meus pais nos trabalhos diários na roça, nas pescarias e também quando eles iam para a mata coletar matérias-primas para confeccionar os artesanatos, que geralmente meu pai vendia em Cuiabá.

O início dos meus estudos, nos anos iniciais, foi na escola da minha aldeia, juntamente com outras crianças indígenas, onde estudei até a 4ª série. Embora os professores fossem muito rígidos, eu gostava muito das aulas. Aprendi a ler e a escrever na escola da aldeia. A partir da 5ª série, estudei na escola da cidade de Barra do Bugres, onde tinha vários colegas; porém, não gostava das aulas, pois o ensino era distante da nossa realidade. Foi muito enjoativo, porque a sala era lotada e a bagunça reinava, além dos problemas de transporte, já que às vezes não tínhamos como nos locomover para a cidade. Nesse contexto, a aprendizagem ficava em um nível bem aquém do desejável.

Nessa mesma época, os professores e lideranças da minha aldeia estavam reivindicando a construção de mais salas que atendessem ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio na Aldeia Central Umutina, pois havia uma grande demanda. Tivemos sucesso, uma vez que todos os alunos que estudavam na cidade retornaram para a aldeia. Assim, pude finalizar meus estudos do Ensino Fundamental e Médio e

me formar na escola que atualmente se chama Escola Indígena Jula Paré, que significa “Homem Valente”, nome dado em homenagem ao ancião que contribuiu muito para a revitalização das práticas culturais do meu povo Balatiponé.

Após terminar os estudos, fiquei um tempo em casa com minha família. Com o passar do tempo, surgiu um teste seletivo para trabalhar na escola. A vaga a ser ocupada era de auxiliar de biblioteca. Resolvi participar da seleção e fui aprovado, ocupando o cargo. Tive momentos de alegria e tristeza durante esse novo desafio, porém não tenho do que reclamar, apenas agradecer pelos conhecimentos e experiências vividas durante os anos em que estive nessa função. Foi com essa experiência que consegui ser aprovado no Vestibular Indígena em Licenciatura Intercultural pela FAINDI/Unemat, em 2016.

No início das aulas na faculdade, em Barra do Bugres, nunca pensei que conviveria com outras etnias do estado de Mato Grosso, com culturas diferentes, relações de amizade e a oportunidade de aprender sobre a cultura do outro. Foi extraordinário, pois cada povo tem a sua cultura e todos estavam em busca de qualificação para retornar às suas aldeias e contribuir da melhor forma possível. De modo geral, o processo de ensino dos professores foi muito bom. É interessante quando o professor titular convida um professor indígena para auxiliar: junta-se a visão de dois mundos que considero diferentes. A partir disso, adquirir novos conhecimentos e viver novas experiências durante as aulas presenciais foi bastante gratificante, principalmente porque ainda não atuava em sala de aula como professor.

Foi a partir dos trabalhos de estágio que comecei minha experiência em sala de aula. Vale a pena ressaltar que, desde a nossa entrada na FAINDI, lutamos sempre por melhorias para nossa faculdade, correndo atrás de parcerias, recursos e melhor estrutura. Nossos representantes do colegiado participavam das reuniões, conversas e debates, elaboravam documentos; enfim, lutando por nossos direitos, principalmente pela abertura de novas turmas. Todos vivenciamos e compartilhamos vários olhares diferentes em relação à questão da Educação Escolar Indígena na academia, desde já exercendo nosso papel de liderança e protagonismo.

Inclusive, tivemos a oportunidade de participar do Segundo Congresso Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Menorizadas, no campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, e também do I Congresso de Línguas Indígenas de Mato Grosso, promovido pela Unemat no campus universitário René

Barbour, em Barra do Bugres. Recordo-me com carinho que gostávamos bastante das aulas de campo realizadas nas aldeias. A escolha era feita por regiões mais próximas, momentos que nos proporcionaram muita aprendizagem e a prática da interculturalidade.

Durante nossa formação, nos deparamos com a pandemia da Covid-19, quando nossas aulas aconteceram de forma remota, mediadas pelas ferramentas tecnológicas. Nossa realidade na aldeia, dependendo da época, tinha apagões e ficávamos sem energia. Tivemos estudos a distância, o que facilitou o acesso a cursos *on-line* para quem buscasse novas oportunidades no mercado e quisesse melhorar a qualidade profissional. Apesar de tudo, continuei focado em terminar a graduação em Ciências Sociais, com a nossa linda formatura no ano de 2022.

Figura 2: Mosaico de fotos da minha colação de grau em Licenciatura Intercultural pela FAIND/Unemat/2022: o fim de um ciclo, o início de uma nova jornada.



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2022).

No ano seguinte ao término da minha graduação, tive a grande oportunidade de ser contratado para atuar como professor na Escola de Tempo Integral Julia Paré, a primeira escola indígena do estado de Mato Grosso a adotar aulas em tempo integral. Iniciamos essa experiência com o intuito de fortalecer nossa permanência e nossa caminhada, pois era algo desafiador e novo para a Educação Escolar Indígena do meu povo. Foram atribuídas a mim aulas nas disciplinas de História e Geografia, para atuar com as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, e com o 1º ano do Ensino Médio nas disciplinas de Avaliação Semanal, Práticas Culturais e Sustentabilidade, na Parte Diversificada.

Durante o ano letivo de 2023, trabalhando na Escola de Tempo Integral Julia Paré, iniciamos a construção desse novo modelo com uma boa equipe de profissionais, sendo todos indígenas. A língua que falamos é o português, porém há uma disciplina específica de Língua Materna, também ensinada dentro e fora do espaço escolar. Acredito que alcançamos bons resultados no ensino-aprendizagem dos alunos, tanto que nossa escola foi destaque em vários aspectos da educação, mantendo seu nível e sua relevância como escola indígena.

Houve participações em vários eventos nos quais tivemos destaque, como, por exemplo, no Festival de Vídeos Digitais e Educação em Matemática, na categoria Povos Originários e Tradicionais, e também na 2ª Olimpíada Nacional e 3ª Mostra Científica de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas de Mato Grosso, além da participação na concorrência a uma Bolsa de Iniciação Científica Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Finalizamos o ano letivo de forma positiva, vislumbrando cada vez mais melhorias no ensino-aprendizagem de nossos alunos. Avalio que ainda temos vários objetivos a serem alcançados. Com esse propósito, continuei me dedicando aos trabalhos e decidi me inscrever no processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECCI), turma 2024, Mestrado Profissional.

E, de fato, a aprovação veio, trazendo alegria e também a reflexão sobre o aumento da responsabilidade que sentimos quando elevamos nosso nível de qualificação e formação. O caminho até o mestrado não foi fácil, mas eu tinha plena consciência de que enfrentaria desafios.

Entretanto, sabia que era um passo necessário para fortalecer minha missão de ser professor. Tudo na vida exige dedicação, principalmente nos estudos. Ser aceito no mestrado não é apenas uma conquista pessoal, mas também um passo importante para meu povo, abrindo caminhos para que outros jovens indígenas possam ocupar esses espaços acadêmicos. Tem sido uma experiência intensa, cheia de aprendizados e emoções. A troca de saberes entre meus colegas e os professores têm sido essencial nessa caminhada.

Com o passar do tempo, tive a oportunidade de ver professores indígenas que vieram da base e que hoje estão na universidade, dando aulas e também atuando como professores titulares. A gente se sente muito orgulhoso por todo esse processo evolutivo do qual fazemos parte.

A trajetória da Escola Indígena Jula Pará revela que a interculturalidade não é apenas um conceito, mas uma prática cotidiana. Como observa Fleuri (2003), aprender com o outro é mais transformador do que aprender sobre o outro, e essa pedagogia da relação se materializa na convivência entre professores, estudantes e anciãos. Ao mesmo tempo, a presença da escola no território constitui um ato de reexistência (Walsh, 2009), pois transforma a dor histórica em potência cultural, reafirmando a identidade Balatiponé.

Este ano de 2025 tem sido de muito trabalho. Além de estar estudando, também estou atuando novamente como professor na Escola de Tempo Integral Jula Pará. Tem sido tudo muito positivo, até mesmo porque nossa escola foi contemplada com o projeto *Mais Ciência na Escola* de Mato Grosso, que vai atender estudantes quilombolas, bolivianos, indígenas e comunidades tradicionais.

A experiência com o *Mais Ciência na Escola* reforça a dimensão intercultural da educação indígena, pois promove encontros entre estudantes, professores universitários e lideranças comunitárias. Essa prática se aproxima da concepção de Candau (2014), que destaca a necessidade de uma interculturalidade crítica, baseada na convivência e na reconstrução de sentidos entre mundos distintos, perspectiva que se materializa nas vivências de campo realizadas no território Balatiponé-Umutina.

É um projeto inovador, que traz novas aprendizagens, e está sendo desenvolvido principalmente com a turma do 9º ano do Ensino Fundamental. Como primeira ação, iniciei ajudando os alunos a fazerem o Currículo Lattes e, em seguida, pedi apoio aos pais para ajudarem seus filhos a abrirem uma conta bancária,

necessária para que possam receber a bolsa como estudantes bolsistas. Estou muito contente em assumir mais esse compromisso e feliz em estar contribuindo com meu povo e minha comunidade, pois me motiva a continuar firme e fortalecido.

2.1 Implantação e funcionamento do modelo de Escola de Tempo Integral na Escola Estadual Indígena Julia Pará

No início do ano letivo de 2022, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), por meio da Diretoria Regional de Educação de Tangará da Serra (DRE), apresentou à gestão da Escola Estadual Indígena Julia Pará a proposta da Escola de Tempo Integral.

Contemplava a questão pedagógica (aumento de componentes curriculares na matriz curricular, contratação de novos profissionais da educação, cursos de formação continuada), recursos financeiros para a melhoria da infraestrutura da escola, alimentação escolar, entre outros. Em seguida, a gestão da época apresentou essa proposta à equipe de profissionais da Escola Julia Pará, que passou a refletir e discutir sobre a viabilidade ou não da implantação da Escola de Tempo Integral.

Discutia-se principalmente os avanços que poderiam ser alcançados, sobretudo no processo de ensino dos professores e na aprendizagem dos estudantes, e os desafios que poderiam surgir. Convém salientar que:

A modalidade da educação escolar indígena é uma política de direito que se ancora nas formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos indígenas e nos modos próprios como produzem, sistematizam e transmitem seus conhecimentos (Mato Grosso, 2021, p. 17).

A modalidade da educação escolar indígena é uma política de direito que se ancora nas formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos indígenas e nos modos próprios como produzem, sistematizam e transmitem seus conhecimentos (Mato Grosso, 2021, p. 17).

A etapa seguinte foi apresentar e discutir a proposta com os pais, responsáveis, caciques e lideranças do Território Indígena Umutina, sempre com a presença de representantes da Seduc-MT. Foram levantadas questões sobre os avanços e os desafios, pois, na atualidade, o Território Indígena Umutina tem passado por muitas mudanças, como a criação de novas aldeias, e grande parte dos estudantes reside nessas novas aldeias. Assim, o transporte era um problema.

Outra dificuldade era a estrutura física insuficiente para atender a esse modelo de educação. Por permanecerem o dia todo na escola, os alunos necessitariam de espaços adequados para as atividades pedagógicas (salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório), esportivas (quadra poliesportiva) e de recreação (sala de jogos, sala de descanso), entre outros.

O currículo das escolas indígenas está ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola [...] aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no cotidiano escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades (Mato Grosso, 2021, p. 17).

O ano de 2022 foi marcado pelas negociações entre a Seduc-MT, os profissionais da educação da Escola Estadual Indígena Julia Pará e a população do Território Indígena Umutina sobre a implantação ou não da Escola de Tempo Integral. No final de 2022, o acordo entre o povo Balatiponé e a Seduc foi selado para que, em 2023, começasse a funcionar o Tempo Integral.

Desse modo, foi a primeira escola indígena do estado a funcionar nesse regime. Sob essa perspectiva, frisa-se que:

Em Mato Grosso, há uma grande diversidade na juventude indígena, pois pertencem às quarenta e três etnias que vivem em diferentes biomas, terras indígenas e em diferentes situações sociais (Mato Grosso, 2021, p. 17).

Para a implantação das escolas de tempo integral no estado de Mato Grosso, o governo estadual firmou parcerias com outras instituições do Brasil, como o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), do estado de Pernambuco, o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande. No período de implantação, a equipe do ICE foi a que mais esteve próxima da escola da aldeia.

Já no início de 2023, os professores efetivos passaram pela formação inicial, voltada às práticas pedagógicas desse modelo educacional. Para o funcionamento da escola de tempo integral, foi necessária a contratação de novos profissionais: auxiliar de nutrição, auxiliar de limpeza, auxiliar de infraestrutura e novos professores.

Figura 3: Mosaico de fotos do início das aulas em tempo integral na Escola Indígena Jula Pará: um novo tempo de aprender e conviver.



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2023).

O Quadro 1, a seguir, apresenta a relação dos professores e funcionários que atuam na Escola Estadual Indígena Jula Pará, no ano de 2025, indicando suas formações acadêmicas e a forma de vínculo com a instituição (efetivo ou contratado).

Quadro 1: Corpo docente e equipe de apoio da Escola Estadual Indígena Jula Pará (2025)

Professores(as)	Formação	Efetivo/ contratado
ALESSANDRA COREZOMAE BOROPONEPA	✓ Licenciatura em Ciências Sociais.	contratado
CLICIA TAN HUARE	✓ Licenciatura em Ciências Sociais ✓ Especialização Educação Escolar Indígena	efetivo
DUCINEIA TAN HUARE	✓ Licenciatura em Letras ✓ Especialização Educação Escolar Indígena ✓ Mestrado em Linguística	efetivo
DEUZETE AMAJUNEPÁ	✓ Educação Física	contratado
EDNA MONZILAR	✓ Licenciatura em Ciências Sociais	efetivo

	✓ Especialização Educação Escolar Indígena	
ENEIDA KUPODONEPA	✓ Licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza ✓ Especialização Educação Escolar Indígena ✓ Mestrado em Docência e Intercultural	efetivo
JAIRTON KUPODONEPA	✓ Licenciatura em Matemática ✓ Especialização Educação Escolar Indígena ✓ Mestrado em Docência interculturalidade	efetivo
LUIZINHO ARIABO QUEZO	✓ Licenciatura em Línguas, Arte e Literatura ✓ Especialização Educação Escolar Indígena	efetivo
LAELCIO AMAJUNEPA	✓ Licenciatura em Ciências Sociais ✓ Especialização Educação Escolar Indígena	contratado
LEOCILIO BOROPONEPA FILHO	✓ Licenciatura em Ciências Sociais	contratado
MARCIO MONZILAR COREZOMAE	✓ Licenciatura em Línguas, Artes e Literatura ✓ Especialização Educação Escolar Indígena ✓ Mestrado em Estudos Literários	efetivo
OSVALDO COREZOMAE MONZILAR	✓ Licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza ✓ Especialização Educação Escolar Indígena	efetivo
CLEITON JOSE ALVES DA SILVA	✓ Ciências da Natureza e Matemática	contratado
CLEOMAR MYAHU TAN HUARE	✓ Licenciatura Línguas, Artes e Literatura	contratado
LUCIANE IPAQUERI QUEZO	✓ Educação Especial	contratado
MATEUS AMAJUNEPA	✓ Educação Física	contratado
ROSELI MANEPA IPAQUERI	✓ Pedagogia	contratado
SILVINHO AMAJUNEPA	✓ Licenciatura Plena em Matemática ✓ Especialização Educação Escolar Indígena	contratado
VALDEMILSON ARIABO QUEZO	✓ Ciências da Natureza	contratado
BRUNO ENEMARE AMAJUNEPA	✓ Ensino Médio completo	contratado
EDINETE MONZILAR	✓ Ensino Médio completo	contratado
EDIVANIO ZAQUIMAE AMAJUNEPA	✓ Ensino Médio completo	contratado
ELAINE COREZOMAE	✓ Ensino Médio completo	contratado
LUCINEI COREZOMAE CALOMEZORE	✓ Ensino Médio completo	contratado
VANUZA COREZOMAE	✓ Ensino Médio completo	contratado
VÂNIA COREZOMAE	✓ Ensino Médio completo	contratado

EDGAR MONZILAR COREZOMAE	✓	Ensino Médio completo	contratado
IZABEL TAN HUARE IPAQUERI	✓	Licenciatura em Pedagogia	contratado
LEIDIANE KUPODONEPA CALOMEZORE	✓	Bacharelado em Direito	contratado

Fonte: O autor (2025).

O resultado foi positivo, pois trouxe a possibilidade de emprego e renda na própria aldeia, já que a dificuldade de trabalho assalariado é um dos principais desafios encontrados nas aldeias. A formação inicial, da qual participaram, a princípio, apenas os professores efetivos da Jula Paré, aconteceu na DRE de Tangará da Serra, onde também estiveram presentes profissionais da educação das demais escolas da região que estavam em fase de implantação desse modelo.

Após essa formação, todos retornaram para suas escolas com o grande desafio de iniciar, pela primeira vez, o funcionamento da escola de tempo integral em suas comunidades. Voltando à escola da aldeia, primeiramente reuniram-se com os pais, funcionários, caciques e lideranças para explicar e orientar sobre o funcionamento da escola no ano letivo de 2023.

Feitos os devidos esclarecimentos a todos, iniciou-se o funcionamento da escola, que ocorria das 7 às 17 horas, incluindo o café da manhã, as aulas, o almoço e o lanche da tarde. Na primeira semana, foi realizado o acolhimento dos estudantes, professores, funcionários, pais e responsáveis, conduzido por professores e por um grupo de estudantes da escola Jula Paré, que também passaram por formação para essa finalidade. O Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (2021, p. 74) aponta que: “A Escola Indígena não é, portanto, o único espaço de aprendizado. Ela é um local de currículo e um programa de educação escolar que deve atender aos anseios e interesses das comunidades indígenas”.

Para que tudo transcorresse bem nessa fase, a Seduc-MT enviou à unidade escolar jovens protagonistas do estado de Pernambuco para acompanharem as atividades de acolhimento. O estado de Pernambuco é onde foi pensado e criado o modelo de escola de tempo integral. Dessa forma, os dois jovens que vieram dessa região estavam ligados ao ICE, assim como os demais profissionais que realizaram a formação com os profissionais da Seduc-MT, DREs e unidades escolares em fase de implantação da escola de tempo integral em Mato Grosso.

O acolhimento na escola de tempo integral é uma atividade diária e, nesse sentido, é uma prática que a diferencia dos demais modelos de escola. O acolhimento diário é feito por grupos de estudantes. Na Escola Estadual Indígena Jula Paré, essa prática é realizada pelas turmas. A cada dia, uma turma fica responsável por acolher as demais. Para isso, a turma responsável elabora uma dinâmica ou outra atividade em que todos participam.

Outra diferença da escola de tempo integral é que ela contempla em sua matriz curricular o componente denominado “Projeto de Vida”, em que cada estudante elabora seu projeto de vida a partir de seus sonhos. Destaca-se que essa é uma grande diferença em comparação com as escolas de tempo regular, pois, ao chegar à escola, o estudante é motivado a falar sobre seus sonhos e seus projetos de futuro. Dessa forma, todas as ações da escola de tempo integral giram em torno dos sonhos dos estudantes e de seus projetos de vida.

Na matriz curricular são contemplados os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), que são comuns a todas as escolas do país, e a Base Diversificada, que inclui componentes curriculares específicos da escola de tempo integral e da área de Ciências e Saberes Indígenas, contemplando os conhecimentos tradicionais do povo indígena Balatiponé (Brasil, 1998). A nosso ver, alguns componentes curriculares tiveram especial contribuição para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, entre eles: Etnoturismo, Educação em Direito Indígena e Agropecuária. Acreditamos que esses componentes ajudaram a fortalecer os demais.

O etnoturismo contribuiu para a reflexão e análise da configuração territorial Balatiponé na atualidade. Nos últimos anos têm surgido novas aldeias. Nesses locais, no passado, já havia moradias, e algumas famílias decidiram atualmente voltar para esses espaços, são lugares que guardam suas histórias e memórias. Nos dias atuais, também existem aldeias que estão abrindo suas portas para o etnoturismo regional, nacional e internacional.

Tendo como base o Plano de Visitação Turística elaborado junto ao povo Balatiponé e aprovado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pela Prefeitura de Barra do Bugres e pelo Governo do Estado de Mato Grosso, esse componente curricular colabora para a visita dos estudantes nessas aldeias,

permitindo conhecer suas histórias, memórias, atrativos turísticos, produção agrícola e paisagens de grande beleza.

O componente curricular de Educação em Direito Indígena contribui com estudos e reflexões sobre os direitos conquistados pelos povos indígenas ao longo do tempo, previstos em textos legais nos níveis estadual, nacional e internacional. Da mesma forma, discutem-se os deveres e os valores tradicionais próprios do povo.

O componente curricular Agropecuária foi inserido na matriz curricular conforme apontamento dos pais e responsáveis, pois é uma demanda do Território Indígena Umutina, tendo em vista que grande parte das famílias desenvolve atividades voltadas à agricultura familiar e à criação de animais.

A área das Ciências e Saberes Indígenas também teve grande fortalecimento com o maior tempo de permanência dos estudantes na escola. Foi possível desenvolver projetos com maior consistência, como a horta escolar, o aviário e a arborização do pátio central da aldeia Umutina.

As atividades culturais também ganharam reforço e fortalecimento com a escola de tempo integral. O protagonismo dos estudantes está sendo desenvolvido aos poucos. Assim,

O estudante indígena, enquanto protagonista da ação, deve buscar a procedência dos acontecimentos agindo de maneira efetiva na sua produção. Deve: decidir, produzir, questionar e buscar soluções estimulando seu crescimento pessoal e ativando a cidadania no compromisso do processo interativo de responder pelos seus atos, assumindo a responsabilidade de suas ações. Só assim os jovens indígenas desenvolverão a autonomia solidária ampliando, através do protagonismo, a competência pessoal de (aprender a ser) a competência social de (aprender a conviver) a competência cognitiva de (aprender a aprender) (Mato Grosso, 2021, p. 77).

Antes, no tempo regular, uma das grandes dificuldades era a expressão oral da maioria deles. Percebe-se que, aos poucos, os alunos estão conseguindo expressar suas ideias em público. Nesse aspecto, têm sido desenvolvidas muitas atividades que buscam melhorar essa questão, como seminários de apresentação de trabalhos individuais e coletivos.

3 PRÁTICAS CULTURAIS BALATIPONÉ

O presente capítulo apresenta uma abordagem ampla e detalhada sobre as práticas culturais do povo Balatiponé, articulando memória ancestral, territorialidade e vivências comunitárias. O texto combina descrição histórica, referências acadêmicas e narrativas orais para evidenciar como saberes tradicionais – como o timbó, as danças, a alimentação e os rituais – permanecem vivos e se reinventam no contexto contemporâneo. A forma da escrita é marcada por uma perspectiva intercultural e pedagógica, que valoriza tanto o espaço escolar quanto o cotidiano da aldeia como ambientes de transmissão e fortalecimento da identidade indígena. O capítulo integra dimensões políticas, espirituais e educativas, reafirmando a resistência cultural e a centralidade do território na formação e continuidade do povo Balatiponé.

Figura 4: Mosaico de fotos “Território e Ancestralidade”



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2023).

Os conhecimentos e saberes tradicionais que temos desde a nossa ancestralidade, em todas as ocasiões, são ensinados pelos nossos anciãos, anciãs, professores e pessoas da aldeia que têm o domínio desses conhecimentos. A garantia territorial é um marco fundamental na luta dos povos indígenas por seus direitos originários. No caso do povo Balatiponé, a demarcação do Território Indígena Umutina representa um passo importante no reconhecimento de nossa presença ancestral na região. Como registra Monzilar (2012, p. 13), “a Terra Indígena Umutina foi demarcada, tendo o processo sido efetuado em 24 de abril de 1960 e registrado em cartório no município de Rosário Oeste, MT”, evidenciando o processo jurídico-formal que consolidou esse direito coletivo sobre o território tradicional.

A partir dessa solidificação, na minha visão, podemos aprender esses ensinamentos no espaço escolar e principalmente no seio familiar. Isso porque,

No Estado de Mato Grosso o currículo da modalidade Educação Escolar Indígena é composto pela Base Nacional Comum Curricular e uma área de conhecimento denominada de Ciências e Saberes Indígenas. Esta arquitetura curricular visa atender às especificidades das comunidades indígenas, do multilinguismo e da interculturalidade, fortalecendo as práticas culturais e saberes tradicionais, bem como proporciona interação entre a educação cultural e a educação escolar (Mato Grosso, 2021, p. 78).

Esse ensino permite conhecer e aprofundar os métodos e técnicas Balatiponé, conhecimentos tradicionais relacionados à cultura material e imaterial, à cosmologia, à confecção de artesanatos, às construções e à organização étnico-social, econômica e cultural. As práticas culturais do povo Balatiponé representam a riqueza de uma tradição ancestral que atravessa gerações, preservando a identidade, os saberes e a espiritualidade do nosso povo, originário do território mato-grossense.

Cada canto, pintura, alimento e ritual expressa uma forma profunda de se conectar com a terra, com os espíritos e com a história do meu povo. Além disso, a relação com a natureza é sagrada para nós, Balatiponé. Como afirma Ailton Krenak (2019, p. 10), “não existe separação entre natureza e ser humano” nas cosmologias indígenas; tudo está interligado por uma rede de significados que envolve a terra, os espíritos e os ancestrais.

Essa visão orienta o modo de viver e agir dos povos originários, como ocorre entre nós, Balatiponé. Plantar, caçar, pescar e colher não são apenas ações cotidianas, mas práticas guiadas por respeito, equilíbrio e sabedoria. Essa trajetória

de resistência e afirmação da identidade de nós, Balatiponé, se dá não apenas no campo das práticas culturais, mas também na luta pelo reconhecimento dos saberes e dos territórios indígenas. É importante destacar, como afirmam lideranças e pensadores indígenas, que “os wasse (brancos) não entendiam esse percurso que o povo fazia, isso porque também não compreendiam – ou não querem compreender – que todo o território brasileiro é território dos povos originários” (Monzilar, 2023, p. 22).

Essa negação histórica do pertencimento territorial é uma das formas de apagamento das identidades indígenas e de seus direitos ancestrais, que seguem sendo reafirmados tanto nas práticas comunitárias quanto nos espaços de diálogo intercultural, como na escola.

Os conhecimentos sobre as plantas medicinais, os ciclos da Lua e os sinais da mata fazem parte da ciência indígena, que merece reconhecimento e valorização. Essas vivências contribuem para o fortalecimento e a divulgação da ciência e dos saberes das práticas culturais do povo Balatiponé, como o ritual da pesca do timbó, a preparação das comidas tradicionais, o ritual das danças, os cânticos na língua, a confecção de diferentes artesanatos, a preparação da tinta com o fruto do jenipapeiro para pintar o corpo, o grafismo, as histórias contadas por nossos anciãos, o manejo da terra, a roça, os alimentos e o ritual da festa tradicional.

As práticas culturais Balatiponé não estão presas ao passado. Elas se reinventam, resistem e se afirmam no presente, em várias esferas – cultural, política, de saúde e nas nossas vivências –, nas produções artísticas, nos encontros comunitários e no cotidiano da aldeia.

Vale ressaltar que o calendário da escola é elaborado com total autonomia dos professores, estudantes, conselho deliberativo e membros da aldeia. É um trabalho desenvolvido em equipe, no qual as decisões são tomadas por todos, juntos. Os dias de aula são conversados e definidos em grupo, sempre respeitando as festas e os costumes culturais do povo Balatiponé. O objetivo é que, quando todos participam, todos se sintam responsáveis pelo sucesso da escola.

Além dos dias de aula, o calendário também inclui atividades importantes para a vida da comunidade, como comemorações culturais, atividades cívicas e a semana cultural. A semana de planejamento pedagógico dos professores contempla também atividades de subsistência, como o timbó (pesca ou coleta) e o plantio. Ou seja, o

calendário da escola integra e valoriza tudo o que é importante na vida e na cultura do povo Balatiponé.

Figura 5: Mosaico de fotos da vivência Balatiponé



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroonepá Filho (2025).

Assim,

a Escola Indígena tem ocupado lugar de destaque no cenário nacional uma vez que incorpora interculturalidade do povo ao conhecimento científico, isso tem sido feito com muito respeito às individualidades, aos conhecimentos que os indígenas trazem sobre a organização social e econômica do seu povo (Mato Grosso, 2021, p. 17).

A Escola Estadual de Tempo Integral Indígena Julia Pará, localizada no Território Umutina, no município de Barra do Bugres, atua como um dos principais espaços de promoção e valorização dessas práticas. O Território Umutina constitui-

se como uma península de 28.120 hectares, sendo delimitado, à direita, pelo rio Bugres e, à esquerda, pelo rio Paraguai.

3.1 O timbó

A prática do timbó, no calendário escolar, reflete a natureza adaptativa e culturalmente sensível da educação indígena na Escola Jula Paré. Em vez de um modelo educacional desvinculado das realidades vividas pela comunidade, o calendário escolar dialoga com o modo de vida, as práticas de subsistência e os conhecimentos tradicionais do povo Balatiponé. Essa abordagem destaca que o aprendizado formal é contextualizado e enriquecido pela participação em atividades que garantem a sustentabilidade e a preservação cultural da comunidade.

Figura 6: Mosaico de fotos de práticas do timbó, ciclos da natureza e da vida



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Borooponépá Filho (2025).

O timbó é o nome de uma espécie de cipó que cresce na mata do Território Umutina. Possui uma substância que, quando entra na água, retira o oxigênio por um curto período, fazendo os peixes subirem à superfície. É uma planta nativa encontrada

em diversas regiões do Brasil, originária das áreas de transição entre a Amazônia e o Cerrado, como é o caso do Território Indígena Umutina.

Presente nos ecossistemas de mata alta e cerrado, “esse cipó possui grande importância cultural e ecológica para os povos indígenas”, como destaca Kupodonepá (2022, p. 25). O uso do timbó revela uma relação de conhecimento profundo com o território e com os ciclos naturais, integrando práticas tradicionais e saberes científicos em um contexto de interculturalidade.

Para meu povo Balatiponé, pescar com timbó é uma tradição cultural. Essa atividade é praticada três vezes por ano, geralmente entre os meses de junho, agosto e setembro. Toda a comunidade e a escola participam dessa prática. A rigor, a pesca do timbó é tão importante que está incluída no calendário da Escola de Tempo Integral Jula Paré.

Os córregos e lagos, apesar de serem estreitos e de águas calmas, estão sempre em movimento, desaguando nos rios próximos. O clima também exerce grande influência na temperatura da água, interferindo diretamente na eficácia do timbó durante a pesca. Como explica Kupodonepá (2022, p. 28), “quanto mais quente estiver, a reação do timbó na água não só acontece com maior rapidez, como também desaparece mais rápido”, o que demonstra o conhecimento detalhado que o povo Balatiponé possui sobre os ciclos naturais e os elementos do território.

Observo que essa atividade tem diminuído por causa das mudanças climáticas que nos têm afetado. Alguns dos lugares onde batíamos o timbó têm secado, como baías e pequenos lagos, o que tem dificultado essa prática, que também faz parte da nossa alimentação. Nessa direção, de acordo com a narrativa de Monzilar (2019, p. 290),

A pesca com o timbó acontece na época da seca quando os lagos e córregos estão com a água bem baixa, hoje acontece da seguinte forma: Um dia antes todos os estudantes da escola, professores, os pais dos alunos se reúnem e vão pegar o timbó na mata, fica um pouco distante da aldeia, geralmente eles vão caminhando ou de trator para pegar.

Chegando lá, o cipó é cortado e amarrado, formando vários feixes que são carregados no ombro ou no trator e retornam para a aldeia. Nesse dia são feitos os preparativos da massa da mandioca: os alunos vão para a roça pegar, descascar, lavar, ralar, torcer e secar. No dia seguinte, fazem o Jukuputu (beiju) e a Jolorokwá

(xixa). É um momento de confraternização e união, pois todos se juntam e se prontificam para realizar o trabalho. No outro dia, pela manhã, os homens e as crianças saem para bater o timbó e, em seguida, as famílias da aldeia vão para a pescaria.

Chegando ao local, começam a bater o timbó com uma madeira à beira do lago ou da baía, todos em vários pontos. Logo a seiva do timbó se mistura com a água e começa a escurecer. Em menos de trinta minutos, os efeitos aparecem e os peixes começam a morrer. Todos entram na água para pegar e matar os peixes com arco e flecha, peneira e cestos. Todas as atividades culturais dos povos indígenas, como a pesca com o timbó, são profundamente conectadas aos ciclos naturais e à realidade cotidiana de cada comunidade.

Figura 7: Mosaico de fotos da preparação do beiju e do peixe assado



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Essas práticas não seguem um calendário fixo, mas são organizadas conforme as necessidades do povo e a disponibilidade dos elementos oferecidos pela natureza

em seu próprio tempo. Como afirma Kupodonepá (2022, p. 28), “se não encontrar os timbós na mata, os córregos ou lagos e, principalmente, os peixes, não tem como realizar essa pescaria”, revelando que o conhecimento tradicional está diretamente ligado à observação do ambiente e ao respeito pelos ritmos da natureza.

Todas as famílias do território participam com muita alegria da pescaria, passando o dia inteiro pegando e comendo peixe assado na brasa, com Jukuputu (beiju) e Jolorokwá (xixa) na beira do lago ou da baía. É um momento muito bom, em que todos ficam juntos conversando e interagindo com muita alegria, vivendo momentos de convivência e aprendizagem recíproca.

Quando termina, todos vão embora carregando sacos ou cestos cheios de peixes para suas casas. O alimento tradicional do nosso povo é o Haré (peixe) assado ou moqueado, Jukuputu (beiju), Jukuparika (farinha) e Jolorokwá (xixa, bebida tradicional). As famílias fazem a Jolorokwá e assam o Haré, preparam o Jukuputu, que é oferecido aos espíritos para agradecer e pedir proteção pela vida, pela fartura, pelos alimentos e pela colheita.

3.2 Práticas das danças tradicionais Balatiponé

As danças tradicionais do povo Balatiponé-Umutina representam uma das expressões mais significativas e bonitas de nossa identidade cultural, espiritualidade e ancestralidade. Não são apenas manifestações artísticas, mas formas de transmissão de saberes, histórias, valores e modos de viver que resistiram ao tempo e às diversas tentativas de apagamento cultural vividas pelos povos indígenas no Brasil.

A ocupação dos territórios mato-grossenses foi impulsionada durante o regime militar, quando o Estado adotou uma política de expansão territorial voltada ao “desenvolvimento” da região Centro-Oeste. Esse processo foi sustentado por discursos nacionalistas que desconsideravam a presença dos povos originários e tradicionais. Expressões como “Integrar para não entregar” e “Terras sem homens para homens sem-terra” ilustram a ideologia dominante que buscava justificar a ocupação e colonização dessas áreas (Souza; Carodi, 2019).

O território Balatiponé possui identidade e cultura próprias. Cada dança tem um significado particular, ligado ao ciclo da vida, aos rituais sagrados, aos festejos de colheita, aos momentos de cura espiritual e também aos encontros comunitários. A

música, os cantos na língua materna e os instrumentos tradicionais, como a flauta, o chocalho e a buzina, acompanham os passos coreografados que, muitas vezes, imitam o movimento dos animais e o canto dos pássaros, conectando o corpo dos dançantes com a natureza e com os seres espirituais.

As identidades coletivas não são estáticas, mas construídas historicamente a partir das experiências vividas pelos povos em seus contextos sociais, culturais e territoriais. Nesse sentido, Castells (1999, p. 22–25) destaca que as identidades se formam em meio a um processo de construção de significados, fundamentado nas vivências e práticas compartilhadas por determinado grupo social. Esse entendimento é fundamental para refletir sobre os modos de ser e de existir dos povos indígenas, cujas identidades estão profundamente ligadas ao território, à memória e aos saberes ancestrais.

Há uma enorme resistência do povo Balatiponé desde tempos antigos até os dias atuais. Nossos professores nos contam, em suas histórias, que certos antropólogos chegaram a afirmar que o povo Balatiponé estava extinto. Porém, estamos vivos e presentes, ocupando nossos espaços de direito, seja na política, na saúde e, principalmente, em nosso território, praticando nossa cultura e ensinando desde cedo às crianças da aldeia, tanto em suas casas quanto no espaço escolar. Isso acontece por meio da observação e da participação em festas e rituais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a continuidade cultural.

No contexto da educação escolar indígena, especialmente na Escola Estadual Indígena Julia Paré, as danças são valorizadas como parte do currículo cultural, sendo promovidas em eventos escolares, encontros intercomunitários e projetos pedagógicos voltados à valorização das nossas práticas culturais Balatiponé.

Além disso, as danças Balatiponé cumprem um papel fundamental de resistência, pois afirmam a existência viva de uma cultura que sobreviveu ao contato com os colonizadores, às epidemias e às mudanças forçadas no modo de vida.

Dançar, para o meu povo Balatiponé, é reafirmar a nossa presença histórica e espiritual. É manter viva a memória de nossos ancestrais e ensinar às novas gerações que a tradição é um caminho coletivo de pertencimento e orgulho; é a nossa geografia de vida. Assim, as danças tradicionais não podem ser vistas apenas como espetáculos folclóricos, mas como práticas vivas de um povo que transforma o movimento em linguagem, o corpo em território e a festa em resistência cultural.

Figura 8: Mosaico de fotos de apresentações das danças tradicionais Balatiponé



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

As danças tradicionais, no âmbito escolar, têm como objetivo refletir sobre sua importância em outras comunidades indígenas, em eventos e em intercâmbios culturais dos quais a escola participa, bem como nos momentos em que a nossa instituição recebe visitantes não indígenas. Compreendemos que essas práticas atuam como instrumentos pedagógicos que transmitem a nossa vida social e as vivências do nosso dia a dia.

Também nos levam a refletir e analisar como é importante dar continuidade ao ensino e à aprendizagem das práticas culturais no espaço escolar, praticando, pesquisando, escrevendo e registrando por meio de material audiovisual e, inclusive, divulgando dentro das aldeias do território, nos municípios, no estado de Mato Grosso e em outros estados, utilizando as tecnologias de forma que nos seja favorável.

Concebemos o nosso território não apenas como um espaço geográfico, mas também como um lugar de vivências culturais e espirituais profundas, onde a tradição, o conhecimento ancestral e a conexão com a natureza são constantemente reafirmados por meio das danças, cantos e rituais. As danças tradicionais são inseridas de forma sistemática no processo de ensino e aprendizagem da Escola Jula Pará. Essa integração está assegurada no Projeto Político-Pedagógico da instituição, que reconhece a importância de valorizar os saberes e práticas indígenas como parte fundamental da formação dos estudantes.

Por meio dessas atividades, promove-se não apenas o aprendizado cultural, mas também a construção de uma educação intercultural, crítica e comprometida com a realidade sociocultural do povo Balatiponé. Assim sendo, as práticas das danças tradicionais, quando realizadas no espaço escolar e comunitário, reafirmam a identidade indígena e fortalecem os laços entre as gerações. Ao estarem presentes no cotidiano escolar e nos eventos do território, essas práticas culturais contribuem para um processo educativo que respeita, valoriza e promove a cultura originária, alinhando-se ao projeto de uma educação indígena diferenciada, específica e de qualidade.

O repertório de danças tradicionais Balatiponé é vasto e diverso. Entre as principais, destacam-se: Lóruno, Yuri, Kurioká (Dança da Flauta), Katamã (Dança do Martim-pescador), Jekirinó (Dança da Andorinha), Akokonô (Dança Guerreira) e Mixinosê (Dança do Velho sobre a Esteira). Cada uma dessas danças carrega significados próprios e está relacionada a momentos específicos da vida comunitária, aos ciclos da natureza, aos rituais sagrados e à transmissão dos saberes ancestrais.

As danças mais frequentemente apresentadas na Escola Jula Pará, por ocasião de eventos internos, recepção de visitantes e encontros culturais, são: Mixinosê, Jekirinó, Katamã, Lóruno e Yuri. A escolha dessas danças está relacionada à sua representatividade dentro da cultura Balatiponé e à sua importância na socialização das novas gerações com os valores culturais do nosso povo.

Mixinosê constitui-se como um ritual sagrado de profundo significado cosmológico para o meu povo Balatiponé, fundamentado na narrativa mítica da origem e das interações entre o Sol e a Lua. Historicamente, o fenômeno do eclipse solar ou lunar era interpretado, na cosmogonia Balatiponé, como um presságio do iminente fim do mundo. Diante dessa percepção, a realização do ritual do Mixinosê tornava-se

necessária para a restauração da ordem cósmica e o restabelecimento da normalidade no universo.

Atualmente, a Mixinosê transcende sua função original de proteção diante de possíveis catástrofes cósmicas, assumindo uma simbologia de grande importância no contexto sociocultural do povo Balatiponé.

Figura 9: Mosaico de fotos da dança Mixinosê



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Representa a ressignificação cultural e, de forma mais evidente, o ressurgimento da nossa etnia. Após um longo período de silenciamento e invisibilidade cultural, esse ritual emerge como um elemento fundamental para a revitalização e a plena manifestação da identidade Balatiponé. A relevância de

práticas culturais como a Mixinosê está profundamente ligada à organização da vida comunitária e educacional, sendo as comemorações culturais consideradas e incorporadas ao nosso calendário escolar indígena, o que demonstra a integração e o respeito pela tradição no processo educativo.

Figura 10: Mosaico de fotos da dança Jekirinó



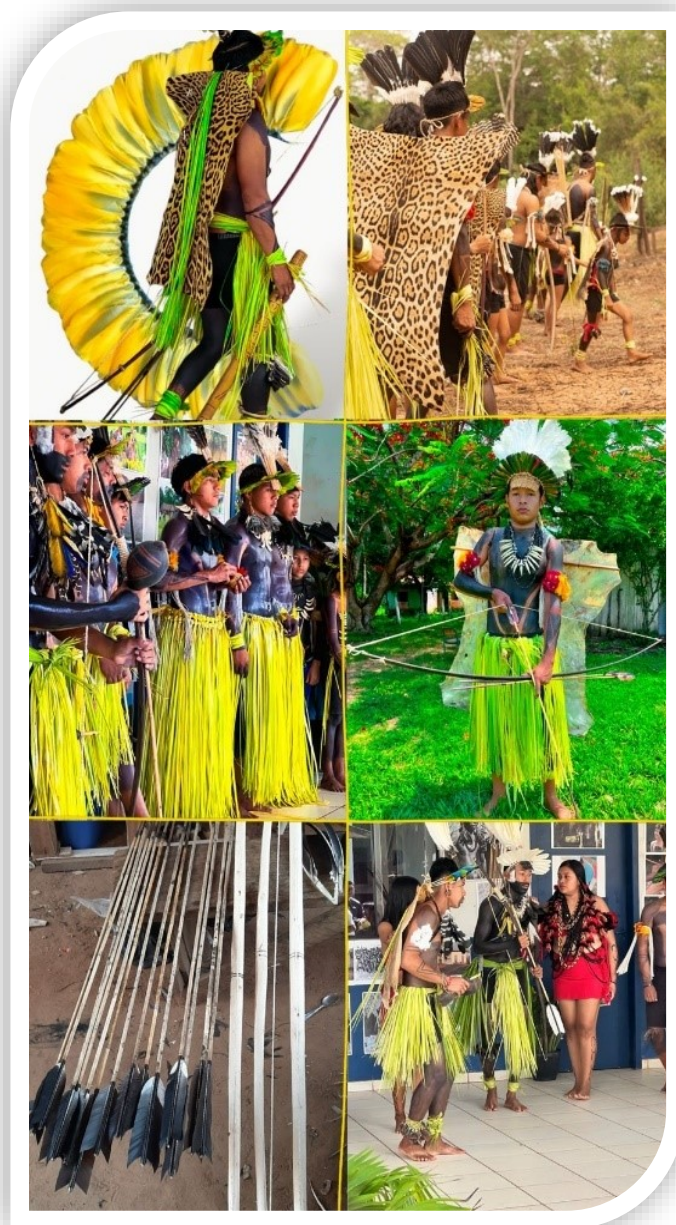
Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Jekirinó: também conhecida como a Dança das Andorinhas, é uma das práticas culturais de grande significado para o meu povo Balatiponé. Sua importância principal está na representação da união do povo, um valor fundamental para a coesão social indígena. A prática da dança Jekirinó é exclusiva dos homens Balatiponé, indicando uma especificidade de gênero dentro de nossas tradições culturais. A simbologia da dança está diretamente ligada às andorinhas, aves que se caracterizam por andar juntas e voar em bandos. Essa imagem de coesão e movimento coletivo

simboliza a união do povo em todos os sentidos, reforçando a interdependência e a solidariedade entre os membros da comunidade.

Katamã: é um ritual de dança guerreira masculina de grande importância para o povo Balatiponé. O nome do ritual, Katamã, deriva diretamente de uma divindade mítica que, na narrativa cosmogônica Balatiponé, é reconhecida como o criador do arco e da flecha. Essa associação mítica confere à dança um profundo significado simbólico, representando e reverenciando essa figura ancestral e sua contribuição essencial para a cultura e a subsistência do povo.

Figura 11: Mosaico de fotos da dança Katamã



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

O arco e a flecha, elementos centrais na simbologia de Katamã, vão além de sua função como ferramentas de caça e defesa, são símbolos inseparáveis da identidade masculina Balatiponé. Desde o nascimento, o bebê do sexo masculino recebe o arco e a flecha de seus parentes e pais, marcando o início de sua jornada e sua ligação com esses símbolos.

Na infância, a prática com o arco e a flecha começa cedo; na adolescência e na vida adulta, esses instrumentos tornam-se essenciais nas caçadas e em diversas atividades do cotidiano. Mesmo após a morte, essa ligação continua, pois, quando um homem falece, é sepultado com seu arco e sua flecha, levando-os consigo “para o resto da vida, até depois da morte”. Isso reflete a união e a coesão comunitária que o Katamã, em sua simbologia ligada ao criador do arco e da flecha e à jornada masculina, representa e mantém viva.

Yuri é uma dança tradicional do povo Balatiponé, caracterizada por ser um ritual realizado em homenagem aos espíritos dos animais, especialmente dos pássaros. Essa prática é profundamente espiritual e simbólica, ocorrendo em momentos cerimoniais importantes para a comunidade.

Figura 12: Mosaico de fotos da dança tradicional Yuri



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponépá Filho (2025).

Durante a realização do ritual, os participantes – geralmente anciãos, adultos, jovens e crianças da aldeia – reproduzem com gestos e sons os cantos e movimentos das aves e de outros animais da floresta. Esses gestos têm como objetivo invocar e convidar os espíritos dos animais a participarem do momento sagrado, fortalecendo a conexão entre o mundo humano e o mundo espiritual.

A dança Yuri também representa uma forma de respeito e gratidão à natureza, especialmente aos animais que fornecem alimento, proteção espiritual e conhecimento para todo o território. Os trajes utilizados pelos dançarinos são muitas vezes adornados com penas e pinturas corporais tradicionais, o que reforça o caráter simbólico da cerimônia.

Durante o ritual, são servidos alimentos e bebidas tradicionais, como beiju, peixe assado e xixa, que são partilhados entre todos os presentes como forma de comunhão e fortalecimento dos laços comunitários. Além de seu valor espiritual, a dança Yuri cumpre um papel importante na preservação da memória coletiva, na transmissão de saberes ancestrais e na valorização da identidade cultural do povo, especialmente quando realizada em contextos de ensino, celebrações comunitárias ou intercâmbios culturais.

Lorunó é uma dança tradicional do meu povo Balatiponé que pode ser compreendida como a “dança da flauta”. Essa prática é marcada por sua riqueza simbólica, estética e social, e está inserida no conjunto de expressões rituais e festivas que reforçam os valores comunitários, a identidade cultural e a harmonia entre os gêneros masculino e feminino. A dança é realizada por pares formados por homens e mulheres da aldeia, geralmente em ocasiões festivas e cerimoniais que celebram momentos importantes da vida coletiva, como a colheita, casamentos, encontros culturais ou eventos escolares.

O elemento central da dança Lorunó é a flauta, que produz sons melódicos e suaves, conduzindo o ritmo e o movimento dos dançarinos. Trata-se de uma flauta de sopro tradicional, confeccionada artesanalmente com materiais naturais disponíveis no território, como o bambu ou a taquara. O som singular da flauta representa não apenas a musicalidade do povo, mas também uma conexão espiritual com os elementos da natureza e com os ensinamentos dos nossos ancestrais.

Durante a dança, os pares executam movimentos sincronizados e circulares, expressando a beleza, a harmonia e o equilíbrio entre os gêneros. O ato de dançar

em pares vai além da simples estética visual: simboliza o respeito, a união e a complementaridade entre homem e mulher dentro da estrutura social e cultural do povo Balatiponé.

Figura 13: Mosaico de fotos da dança tradicional Lorunó



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

As vestimentas utilizadas nas apresentações geralmente incluem adornos tradicionais, como colares de sementes, saias de fibras naturais, pinturas corporais com urucum, barro, carvão e jenipapo, além de enfeites de penas, que ressaltam a valorização da identidade étnica e dos conhecimentos ancestrais. A dança Lorunó também possui uma função pedagógica e social: ao ser ensinada e praticada entre as novas gerações, especialmente em espaços como a escola indígena, ela se transforma em instrumento de valorização cultural, fortalecimento da autoestima e

resistência frente às influências externas. Transmite saberes ligados à oralidade, ao convívio coletivo, à escuta, ao respeito mútuo e à continuidade das tradições.

A dança da flauta Lorunó constitui-se como uma expressão viva do patrimônio imaterial do povo Balatiponé, unindo arte, espiritualidade, educação e celebração em um mesmo conjunto de significados. Preservá-la é essencial para garantir a continuidade dos modos de vida e das cosmologias do povo, que resistem e se reinventam no contexto contemporâneo.

Todas as danças tradicionais do povo Balatiponé constituem uma das expressões mais significativas da identidade cultural desse povo originário. Por meio dessas manifestações são apresentados diversos elementos que compõem a cosmovisão e os modos de ser Balatiponé, como as pinturas corporais, os ornamentos típicos masculinos e femininos, os cantos cerimoniais e os gestos simbólicos, todos profundamente enraizados nas vivências ancestrais e nas relações com o mundo natural e espiritual.

Essas danças possuem origens múltiplas: algumas surgem da observação direta da natureza, inspirando movimentos que imitam o comportamento de animais, o canto das aves ou os ritmos das águas dos rios; outras têm origem mais simbólica, surgindo como inspiração espiritual ou religiosa, conectada às forças invisíveis e às entidades protetoras da floresta, dos rios, do céu e da terra. Nessa perspectiva, a dança também é uma forma de mediação com o sagrado e de expressão da religiosidade indígena.

Mais do que entretenimento ou simples expressão artística, a dança tradicional Balatiponé é um ato de memória, resistência e espiritualidade. Ela serve para homenagear heróis ancestrais, relatar eventos históricos, encenar narrativas mitológicas ou ainda agradecer aos espíritos da natureza e ao ser supremo pelas colheitas abundantes, pela fartura de peixe ou pela proteção do território. Assim, cada apresentação carrega um enredo coletivo, transmitido oralmente de geração em geração, reforçando a identidade do povo e sua relação com o território.

Algumas dessas danças remontam a tempos muito antigos, sendo preservadas ao longo das gerações como parte do patrimônio imaterial do povo. A realização e o estímulo dessas práticas no contexto escolar têm papel fundamental na formação das novas gerações, promovendo o reconhecimento da cultura ancestral como base para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da continuidade cultural.

A participação ativa dos jovens nas danças tradicionais é essencial para que haja não apenas a reprodução, mas também o aprofundamento do entendimento cultural sobre o sentido das danças, suas origens e significados. Esse envolvimento contribui para uma valorização mais consciente e comprometida com o patrimônio cultural do povo Balatiponé.

3.3 Alimentação tradicional Balatiponé: peixe e beiju

Na Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará, o preparo do peixe é mais do que uma atividade culinária; é uma prática cultural que reforça a identidade do povo Balatiponé e aproxima os estudantes dos saberes tradicionais transmitidos pelos anciãos e professores durante as atividades escolares, principalmente nas práticas culturais, oficinas ou eventos que envolvem toda a comunidade. O peixe é um dos alimentos mais apreciados por todas as pessoas da nossa aldeia.

Figura 14: Mosaico de fotos das comidas tradicionais Balatiponé



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

O processo começa com o conhecimento sobre a pesca tradicional, em que os alunos aprendem sobre os melhores locais de pesca nos rios Paraguai, Bugres, Rio Dezoito e nas pequenas baías próximas, bem como sobre as espécies mais comuns da nossa região, como o pintado, cachara, pacu, jaú e curimba. Essa vivência é

realizada com o apoio dos professores e, geralmente, também convidamos nossos anciãos e outras pessoas da aldeia, que compartilham seus conhecimentos sobre os ciclos da natureza. Como explica Monzilar (2023, p. 52),

Na narrativa mítica sobre a origem dos alimentos uma pessoa da família teve que partir, ou melhor dizendo, teve que morrer para se transformar em alimento. Mas, ressuscitou em forma de planta que serve para alimento de seu povo, neste sentido a pessoa continua vivendo embora de outra forma. Então o que eu planto tem que ser bem cuidado, pois é algo que faz parte de mim e eu desse elemento.

Há também o respeito ao tempo do peixe e às técnicas de pesca que não agredem o meio ambiente. Após a pesca, o momento do preparo é realizado de forma coletiva: os peixes são limpos, cortados e preparados utilizando receitas tradicionais, que variam conforme a espécie. Entre os modos mais comuns estão o peixe assado na brasa, cozido ou moqueado. Utilizam-se temperos naturais e, em alguns casos, o peixe é enrolado em folhas de bananeira ou de outras palmeiras.

Todo o processo é acompanhado pelos professores, alunos e membros da comunidade, promovendo uma troca de saberes e experiências. Além do aspecto alimentar, essa prática também é educativa: os alunos desenvolvem habilidades práticas, compreendem a importância da alimentação saudável e do respeito à natureza, além de fortalecerem o sentimento de pertencimento à cultura do seu povo.

O peixe, nesse contexto, não é apenas um alimento, mas um elemento que une gerações e reafirma a resistência e a continuidade das tradições Balatiponé. Assim, o envolvimento dos estudantes no preparo do peixe é uma forma concreta de valorizar o conhecimento ancestral e integrá-lo ao currículo escolar, promovendo uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, que respeita e fortalece a cultura Balatiponé em sua essência.

Referente a tudo que foi dito sobre o processo de ensino e sua prática, os alunos também desenvolvem vários trabalhos voltados às temáticas que estão sendo estudadas. Produzem textos, ilustrações, cartazes, fazem registros por meio de fotos, vídeos e escrita, e montam slides para que, ao final, essas atividades sejam apresentadas para toda a comunidade escolar. Geralmente, essa socialização é feita no saguão da escola, para que todos possam assistir. É também uma forma de

trabalhar a oralidade e de mostrar os conhecimentos que foram adquiridos por nossos alunos e alunas.

A alimentação tradicional do meu povo está profundamente ligada ao território, aos saberes ancestrais e à relação de respeito com a natureza. Esses alimentos não são apenas fontes de sustento físico, mas também carregam significados culturais, espirituais e identitários. O peixe é uma fonte essencial de proteína e um símbolo da conexão do nosso povo com as águas. A pesca, além de garantir a alimentação, é também um momento de transmissão de conhecimentos entre gerações, com técnicas e saberes passados dos mais velhos aos mais jovens.

Já o beiju, preparado a partir da mandioca cultivada nas roças familiares, representa o conhecimento tradicional sobre o manejo da terra e o processamento dos alimentos. O cultivo da mandioca e a produção do beiju envolvem várias etapas que refletem o trabalho coletivo, a paciência e o respeito aos ciclos da natureza.

Esses alimentos, quando analisados à luz das práticas alimentares e do saber tradicional, revelam-se fundamentais não apenas para a saúde física da comunidade, mas também para a sustentabilidade ambiental e a preservação das nossas práticas culturais. Valorizar e manter essas práticas é garantir a continuidade de uma identidade construída em equilíbrio com o meio ambiente e com os ensinamentos dos nossos ancestrais.

3.4 O peixe (Haré)

Para o povo Balatiponé, o peixe representa uma das principais fontes de alimentação e é essencial para a manutenção da saúde e do equilíbrio nutricional das pessoas da nossa comunidade. Mais do que um alimento, o peixe também possui um valor cultural, simbólico e espiritual que fortalece os laços com o território e com os saberes tradicionais. Esses corpos d'água são considerados sagrados e são cuidados com responsabilidade, pois deles depende grande parte da nossa subsistência e do nosso bem-estar.

A sabedoria dos nossos ancestrais nos ensina a respeitar os períodos de reprodução dos peixes e a utilizar técnicas de pesca que não agredem o meio ambiente, preservando a biodiversidade aquática para as futuras gerações. Os rios da região abrigam uma rica variedade de espécies que fazem parte da dieta cotidiana e das celebrações do nosso povo.

Entre os principais peixes que consumimos estão o pintado, conhecido por sua carne firme e saborosa; o dourado, valorizado tanto na pesca quanto na culinária; a peraputanga, de coloração vibrante e carne delicada; o cachara, parecido com o pintado, mas com listras mais evidentes; o jaú, um dos maiores peixes de água doce do Brasil; além do pacu, do piau e da curimba, todos amplamente utilizados em diferentes preparos tradicionais.

Cada espécie possui formas específicas de preparo, como o peixe assado na brasa, cozido com temperos naturais da floresta ou envolto em folhas para ser assado no forno de barro, práticas que também fazem parte do patrimônio cultural e culinário do povo Balatiponé.

Figura 15: Mosaico de fotos dos peixes pescados nos rios Paraguai e Bugres



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Assim, o ato de pescar e de consumir o peixe vai além da nutrição; ele é um ritual cotidiano que reafirma nossa identidade, fortalece o convívio comunitário e demonstra o profundo respeito que temos pela natureza e pelos ensinamentos dos nossos ancestrais. A alimentação também está frequentemente associada a rituais e festividades que envolvem a dança. Certos alimentos podem ser preparados

especificamente para ocasiões de celebração, como rituais de colheita, celebrações espirituais ou eventos comunitários, nos quais a dança desempenha um papel central e esses alimentos são servidos para todos.

3.5 O beiju (Jukuputu)

O beiju é feito a partir da mandioca, que é cultivada de forma tradicional nas roças das famílias, da escola e dos moradores do território. Na aldeia, há pessoas que também fazem doações quando a escola necessita desenvolver atividades relacionadas às práticas culturais.

O processo de produção começa com a colheita da mandioca. Os alunos participam ativamente dessa etapa, acompanhados por professores e, quando possível, pelos mais velhos da comunidade, que explicam o cuidado com o plantio, o tempo de maturação e o momento certo da colheita.

Figura 16: Mosaico de fotos do processo de preparo do beiju



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A mandioca é então levada para o espaço escolar, em um local que o professor escolhe para desenvolver a atividade, onde se inicia o processo de descascar ou

raspar. Lavamos muito bem e, em seguida, ralamos em uma bacia, onde é colocada toda a massa. Depois que terminamos de ralar a mandioca, pegamos panos limpos para torcer a massa; geralmente esse processo é feito por duas pessoas. Durante essa etapa, também colocamos outra bacia para recolher o líquido que sai da massa, pois é esse mesmo líquido que, ao secar, se transforma em polvilho. Em seguida, colocamos mesas para deixar a massa já torcida em um local ensolarado, para que fique bem seca e possa ser utilizada para fazer o beiju.

Geralmente quem faz o beiju são as mulheres; entretanto, os homens também possuem essa habilidade. No processo de ensino, todos aprendem de forma igual durante o preparo. Os alunos observam e participam de cada etapa, trabalhando teoria e prática e promovendo o ensino a partir da vivência cultural dos estudantes.

Essa prática fortalece a valorização do conhecimento tradicional e permite que os alunos aprendam não apenas sobre alimentação, mas também sobre história, ciência, meio ambiente, matemática, língua materna e identidade cultural. Professores de diversas áreas também integram a atividade, relacionando os conteúdos escolares ao contexto vivido, como a contagem e a medição de ingredientes (matemática), os processos de transformação da mandioca (ciências), o uso da língua materna para nomear utensílios e ações (língua materna) e a importância cultural do beiju (história e cultura indígena).

3.6 A xixa (Jolorukwá)

Conhecida entre o meu povo como *Jolorukwá* (xixa), é uma bebida tradicional de grande importância cultural, social e simbólica, produzida a partir do milho e do arroz, que são as versões mais conhecidas e saboreadas no espaço escolar. Essas bebidas estão presentes em diversas práticas coletivas, como rituais, festas, cerimônias de iniciação e momentos de confraternização comunitária, com especial atenção ao seu papel nas práticas escolares e na valorização dos saberes Balatiponé.

Seu consumo está associado a momentos de partilha e respeito durante rituais e festividades nas aldeias do território. A preparação da xixa envolve práticas que reforçam a oralidade, o trabalho coletivo e a transmissão de saberes, especialmente entre as mulheres, que tradicionalmente dominam esse conhecimento.

O preparo da xixa também é realizado no espaço escolar, geralmente organizado pelos professores e professoras. Escolhemos alguma turma, seja do

Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, para desenvolver essa atividade fora da sala de aula. Todo o processo é feito com cuidado para que a xixa fique saborosa.

Gostamos muito de beber a xixa, principalmente quando recebemos visitantes não indígenas na aldeia, seja para intercâmbios culturais ou para o etnoturismo. Ela funciona como uma forma de boas-vindas ao nosso território, à nossa casa, e também como uma maneira de apresentar a nossa cultura.

Seu preparo e consumo expressam valores fundamentais da organização social Balatiponé e se mostram essenciais para a manutenção da identidade cultural diante das transformações contemporâneas. Ao integrar esse saber às práticas escolares, a comunidade reafirma seu direito a uma educação diferenciada e à valorização de seu patrimônio cultural imaterial.

Figura 17: Mosaico de fotos do processo do preparo da xixa



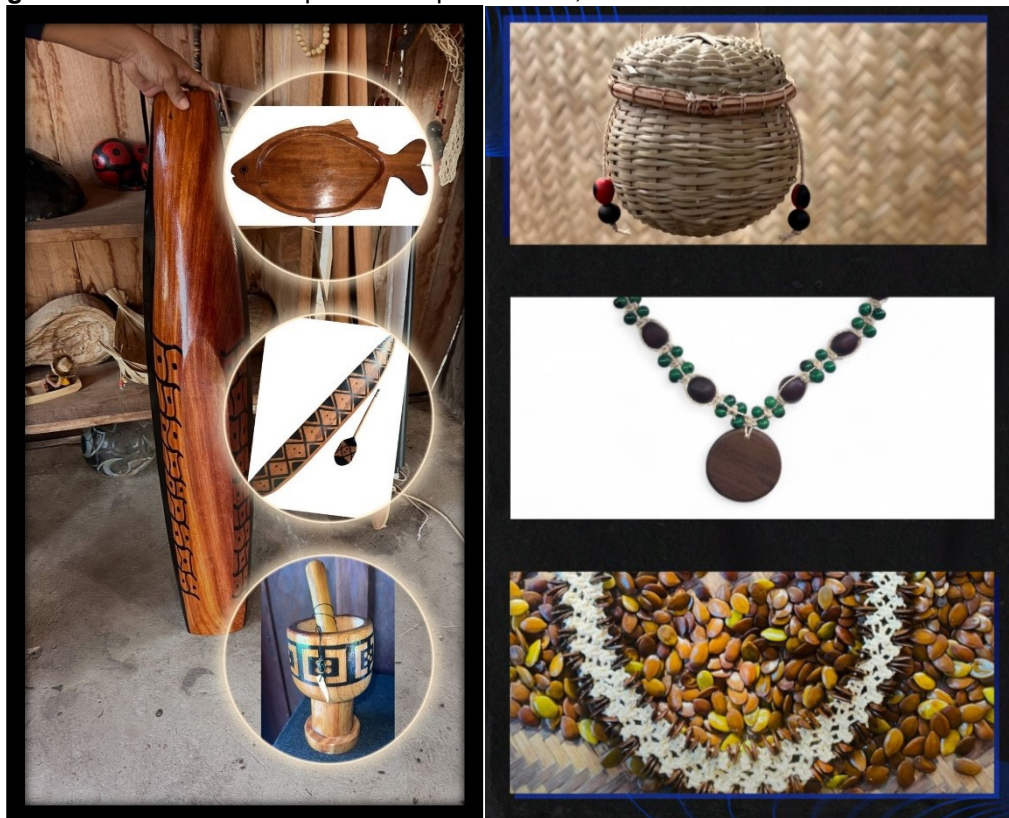
Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

3.7 Práticas do artesanato Balatiponé

Para nós, Balatiponé, o artesanato é uma prática essencialmente coletiva, que envolve desde a coleta das matérias-primas na natureza até a finalização das peças. São utilizados materiais como fibras vegetais (buriti, tucum), sementes e madeiras, colhidos de forma sustentável e com respeito aos ciclos da natureza. Essa relação direta com o meio ambiente expressa uma cosmologia que entende a Terra como um

ser vivo e sagrado, com o qual nós, seres humanos, devemos manter uma relação de equilíbrio.

Figura 18: Artesanatos do povo Balatiponé: cesto, colares de semente e arte em madeira



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Entre as peças mais produzidas no ambiente escolar estão: trançados, esteiras, colares, arcos e flechas, abanadores, pulseiras, leques, brincos masculinos e femininos, cerâmicas e utensílios domésticos. Cada artesanato tem uma função social, espiritual e simbólica. Os colares feitos com sementes, dentes de animais ou tucum, por exemplo, representam proteção espiritual, enquanto os cestos trançados são utilizados em rituais, pescarias ou para armazenar alimentos, como o beiju e frutas, podendo também enfeitar as casas e ser usados em eventos sociais na aldeia.

O ensino e a confecção desses artesanatos são realizados anualmente em diferentes componentes curriculares. O professor é sempre o responsável por escolher a temática ou o tipo de arte que será desenvolvido com as turmas, seja do Ensino Fundamental seja do Ensino Médio.

O aprendizado do artesanato ocorre principalmente por meio da observação e da prática com os professores, os mais velhos, avôs, avós, tios e pais, constituindo

um processo pedagógico próprio, enraizado na oralidade e na convivência cotidiana. Esse processo de ensino se fortalece ainda mais durante a semana cultural, que acontece no mês de abril e é considerada o mês dos povos indígenas. Nesse período, celebramos com várias atividades nas áreas de educação, saúde, esporte e lazer e, especialmente, com a confecção dos nossos artesanatos.

Figura 19: Práticas de confecção dos artesanatos, professores e alunos



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Hoje, o artesanato é uma forma concreta de afirmação da nossa identidade, sendo valorizado tanto na comunidade quanto em eventos interculturais, feiras e nas atividades pedagógicas desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Jula Pará. Não entendemos o artesanato apenas como uma atividade estética ou econômica, mas como uma prática cultural viva, que articula memória, identidade, ancestralidade e resistência.

Busca-se evidenciar a importância do artesanato na preservação dos saberes tradicionais, no fortalecimento das relações comunitárias e na valorização da cultura do meu povo no contexto atual. O artesanato Balatiponé é compreendido aqui como

práxis de um conhecimento coletivo, que dialoga com a natureza, com os ciclos da vida e com a história de resistência do povo.

As práticas interdisciplinares desenvolvidas na Escola Jula Pará, como música, pintura, fotografia e o aviário escolar, dialogam diretamente com o projeto *Mais Ciência na Escola*, que valoriza o território como espaço pedagógico. Essa compreensão está em consonância com Haesbaert (2004), ao afirmar que o território ultrapassa sua dimensão física e se revela como lugar simbólico e político, onde se constroem identidades e esperanças coletivas. Assim, o projeto fortalece a pedagogia da memória ao integrar ciência, ancestralidade e práticas comunitárias.

4 PEDAGOGIA DA MEMÓRIA: O ENSINO PELAS PALAVRAS DAS ANCIÃS E ANCIÃOS

Este capítulo desenvolve uma abordagem centrada na pedagogia da memória, destacando o papel das anciãs e dos anciãos como guardiões dos saberes tradicionais e como protagonistas na transmissão cultural dentro da comunidade Balatiponé.

O conteúdo articula relatos pessoais, experiências de vida e práticas educativas que conectam artesanato, música, pintura, fotografia e tecnologias sustentáveis ao cotidiano escolar, evidenciando a integração entre tradição e contemporaneidade. A forma da escrita combina narrativa autobiográfica, reflexão pedagógica e fundamentação teórica, criando um texto que valoriza a oralidade, a memória coletiva e a interculturalidade como eixos estruturantes da educação indígena diferenciada.

Sou Carmina Monzilar, tenho 73 anos e moro na aldeia Umutina, próxima de Barra do Bugres, no estado de Mato Grosso. Meu pai é do povo Nambikwara e minha mãe é do povo Pareci, mas nasci e cresci na aldeia Umutina e me identifico como Balatiponé, pois é o lugar onde moro. Sempre trabalhei com as atividades da roça, da horta e também com a confecção de artesanatos, tudo isso para não perder nossa cultura e para ensinar meus filhos e netos.

Figura 20: Carmina Monzilar, artesã da Aldeia Umutina



Fonte: o autor, 2025.

Aos meus 73 anos de vida, digo que toda essa minha vivência e minha trajetória de vida são através desses artesanatos uma respiração para mim, pois se você está triste ou pensando em algo ruim, ao pegar para fazer o artesanato você esquece de tudo, é uma alegria e tanto, digo que isso tudo é através dos espíritos que dão essa força, a coragem para gente, eu me valorizo muito (Carmina Monzilar).

Fico triste por não ter aprendido a falar a nossa Língua Materna. Meus filhos, que estão na faculdade, me perguntam por que não aprendi. Então eu explico que, como sou filha de povos diferentes, meus pais não falavam a língua na minha presença.

Na minha família somos seis irmãos: três mulheres e três homens. Aprendi a fazer artesanato com meu pai, que produzia uma grande variedade de peças, mas naquela época não era para vender, era para uso diário em casa. Quando criança, por volta dos sete ou oito anos de idade, gostava de brincar de roda, jogar bola, rouba-bandeira, queimada e também de participar das festas.

Vejo que, antigamente, era muito diferente. Meu pai fazia cestos grandes para carregar mandioca, milho, abóbora e banana da roça, pois não existiam sacolas plásticas como hoje. Meu pai também confeccionava gamelas, canoas e talheres de madeira. Desde criança, sempre gostei de artesanato. Aprendi vendo meus pais fazerem. Eu ficava sentada observando e, assim, aprendi a fazer o apá, peneiras e cestos de buriti, que uso para muitas coisas.

Comecei a fazer meus próprios artesanatos aos quinze anos, pois meus pais faziam colares e pulseiras para uso próprio, como parte da nossa cultura. Eles diziam: “vamos fazer para vocês verem e aprenderem”, e assim fui aprendendo. Gostei tanto que faço artesanato até hoje. Os artesanatos que confecciono para uso e para venda incluem cestos de diferentes tamanhos e modelos, gamelas, colheres de madeira, peneiras, apá, colares e pulseiras. Utilizo sementes e frutos coletados no território, como biri, olho-de-cabra e açucena. Também produzo abanadores de palha de babaçu e broto de buriti, além de leques de penas e cocares. Antigamente eu também fazia redes, mas hoje não mais.

Hoje, produzo artesanato principalmente para venda, pois muitas pessoas de fora da aldeia vêm comprar, e essa atividade se tornou uma importante fonte de renda para mim. Quando me casei, tive oito filhos, mas, pouco tempo depois, meu marido faleceu. Precisei trabalhar muito para sustentar as crianças, pois naquela época não

havia salário fixo e era difícil conseguir aposentadoria. Em Barra do Bugres ainda não existia agência do INSS, apenas na cidade de Tangará da Serra.

Figura 20: Mosaico de fotos de especialidades de cestos



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Tenho muitas lembranças de quando comecei a fazer artesanato. Na aldeia Umutina, criamos a Associação das Mulheres, chamada Otoparé. Na época, a coordenadora perguntava quem gostaria de viajar para vender os artesanatos, e eu sempre me colocava à disposição, pois também era membro da associação. Nesse processo, eu passava de casa em casa recolhendo os artesanatos das pessoas da comunidade para levar e vender.

Sempre considerei importante sair da aldeia para vender artesanato, e isso me permitiu conhecer várias cidades e aldeias. Visitei a aldeia do povo Pareci, onde meus pais nasceram antes de virem para a aldeia Umutina. Graças ao artesanato, participei de várias conferências, e a associação custeava minhas passagens, inclusive de avião. Fui a Brasília quatro vezes, participei da Marcha das Mulheres Indígenas, estive

no Rio de Janeiro durante os Jogos Indígenas, conheci Pernambuco, visitei as praias de Olinda e Porto Esperança e realizei o sonho de conhecer o rio Araguaia. Também tive a oportunidade de visitar as aldeias Tatuí, Rio Verde e a aldeia do povo Bakairi.

Só me arrependo de não ter registrado essas experiências por escrito, pois, com o passar do tempo, algumas lembranças acabam sendo esquecidas. Além do artesanato, também desempenhei outras funções na comunidade, como o trabalho na Pastoral da Criança. Fui membro do Conselho Escolar do município e do estado, do Conselho de Saúde e, atualmente, continuo participando ativamente das atividades da comunidade.

Sempre trabalhei muito pela nossa aldeia, ajudando o cacique da época e realizando diversas tarefas, como cozinhar em eventos comunitários. Também ministrei aulas para estudantes da rede estadual, durante a gestão de Filadelfo de Oliveira. Nessas aulas, ensinava os alunos a confeccionar artesanatos, como abanadores, cocares, leques e colares. As aulas geralmente aconteciam às sextas-feiras. Fico muito feliz ao lembrar que os alunos e outros professores aprenderam bem, o que me deixou mais tranquila em relação à continuidade da nossa cultura.

Atualmente, sempre que há turistas na aldeia, o cacique atual, Luciel Boroponepá, os leva até minha casa para conhecerem meu trabalho como artesã. Diante de toda a minha trajetória, agradeço sempre a Deus pela memória que me deu, permitindo que eu aprendesse tantos artesanatos e pudesse ajudar todas as pessoas que me procuram.

Aos meus 73 anos, posso dizer que toda a minha vivência está profundamente ligada ao artesanato. Para mim, ele é como uma respiração. Quando estamos tristes ou preocupados, ao começar a fazer artesanato esquecemos dos problemas. É uma grande alegria. Acredito que essa força e essa coragem vêm também dos espíritos que nos acompanham e nos orientam. Por isso, valorizo muito o que faço.

Nas reuniões da comunidade, sempre digo que somos ricos nesta mata. Não precisamos sair da aldeia para buscar matéria-prima para nossos artesanatos, pois nossa floresta oferece tudo o que precisamos. Nunca abandonei a nossa cultura tradicional, especialmente as comidas típicas, como o peixe assado, o beiju e a xixa, que são oferecidos aos nossos antepassados e aos espíritos. A mensagem que deixo para os jovens é que valorizem nossos artesanatos. O dinheiro obtido com a venda

das minhas peças ajudou muito na criação dos meus filhos e permitiu comprar aquilo de que eles precisavam.

Uma das políticas da Escola Indígena Julia Pará é o intercâmbio cultural. Nesse processo, estudantes das escolas da cidade – públicas ou particulares – têm a oportunidade de visitar nossa aldeia e conhecer nossa realidade, nosso cotidiano, nossa cultura, nossas comidas tradicionais, danças, organização política, saúde, educação, território e artesanato. Fico muito feliz quando minha neta chega em casa dizendo que aprendeu a fazer arco e flecha na escola ou que tem professores ensinando artesanato. Nos eventos realizados nas aldeias do território e também nas cidades, nossos artesanatos são muito procurados e valorizados.

Durante essas visitas, realizamos uma roda de diálogo aberta, em que as pessoas podem fazer perguntas e esclarecer curiosidades sobre o nosso povo. É um momento importante, pois também ocorre a exposição de artesanatos produzidos por homens e mulheres da aldeia, o que contribui para a geração de renda das famílias do território.

4.1 Saberes que florescem: uma experiência interdisciplinar entre jovens e professores Balatiponé

O processo de implementação do ensino em tempo integral na Escola Indígena Julia Pará representa um marco significativo para a comunidade Umutina, especialmente no que se refere à ampliação do quadro de profissionais da educação. A contratação de novos professores e funcionários, todos pertencentes ao próprio povo Balatiponé, configurou-se como um avanço importante nas políticas educacionais voltadas à autonomia e à valorização da identidade indígena.

Essa ampliação do corpo docente e técnico não apenas atende às demandas pedagógicas de uma escola de tempo integral, mas também reafirma o compromisso coletivo com a formação, a resistência cultural e a continuidade dos saberes tradicionais e acadêmicos no território.

A presença de novos professores indígenas, que buscaram formação superior e retornaram à aldeia para atuar como educadores, revela uma dimensão política e epistemológica profunda. Nós, profissionais que passamos por processos de formação acadêmica, compreendemos a educação como um espaço de luta, protagonismo e afirmação da identidade, retomando o sentido de pertencimento e de compromisso com a coletividade.

Em nosso retorno à aldeia, colocamos em prática o que Paulo Freire (1996) denomina de *educação como prática da liberdade*, compreendendo o ato de ensinar e aprender como um processo de construção mútua e dialógica, fundamentado no respeito aos saberes locais e nas experiências de vida dos sujeitos. Assim, o trabalho desenvolvido pelos professores indígenas ultrapassa a simples transmissão de conteúdos curriculares. Trata-se de um ato político e pedagógico de resistência, que reafirma a centralidade da cultura Balatiponé na escola e garante que o processo educativo dialogue com a realidade, os valores e os modos de vida da comunidade.

Cabe destacar que os professores efetivos pioneiros nas lutas e reivindicações pela consolidação de uma educação indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural desempenharam papel fundamental na abertura de caminhos para as novas gerações. Foram eles que, por meio de anos de mobilização junto às instâncias governamentais e educacionais, asseguraram direitos e criaram condições para que hoje seja possível a presença de uma equipe formada majoritariamente por indígenas qualificados.

Além disso, a presença de profissionais indígenas qualificados fortalece a representatividade e a autonomia da comunidade no campo educacional, garantindo que as decisões pedagógicas, administrativas e culturais sejam tomadas com base nas necessidades e perspectivas do próprio povo. Conforme Tardif (2014), o saber docente resulta da articulação entre formação acadêmica e experiência social; nesse sentido, nós, educadores indígenas, representamos a síntese entre o conhecimento adquirido nas instituições formais e os saberes produzidos no cotidiano da aldeia.

Portanto, a experiência da Escola Indígena de Tempo Integral Jula Pará demonstra que a educação, quando construída a partir dos princípios da interculturalidade e da autonomia, torna-se um poderoso instrumento de resistência e transformação. A atuação dos professores indígenas, formados e comprometidos com sua comunidade, simboliza o fortalecimento de uma pedagogia do território — uma pedagogia que ecoa os saberes ancestrais, projeta novos horizontes e reafirma a presença viva do povo Balatiponé na história da educação brasileira.

4.2 Uma experiência interdisciplinar: turmas do Ensino Médio (2025)

A presente seção propõe uma reflexão sobre o projeto musical *Ecoando Saberes*, desenvolvido com estudantes do 1º ano do Ensino Médio, no componente curricular eletivo *Pré-Itinerário Formativo/CNT*, como uma prática pedagógica

interdisciplinar e sociocultural voltada ao fortalecimento da identidade, da expressão artística e da integração comunitária no espaço escolar.

O projeto foi elaborado a partir da necessidade de ampliar o processo de aprendizagem para além da sala de aula, promovendo a construção do conhecimento de forma sensível, criativa e colaborativa, em diálogo com as áreas de Projeto de Vida, Literatura e Produção de Texto, História e Geografia.

A proposta emergiu do interesse dos próprios estudantes em vivenciar experiências que favorecessem o bem-estar emocional, a autoestima e a inclusão social por meio da música como linguagem universal de comunicação e expressão. Nesse contexto, o projeto configurou-se como uma oportunidade de ressignificar o ambiente escolar, transformando-o em um espaço de convivência, partilha e aprendizagem coletiva, além de favorecer o relaxamento mental. Do ponto de vista pedagógico, a música se apresenta como um instrumento interdisciplinar de formação integral, capaz de articular dimensões cognitivas, afetivas e sociais do processo educativo.

Por meio da escuta, da execução e da criação musical, os estudantes passam a compreender a música como forma de linguagem, expressão estética e registro histórico. Essa abordagem dialoga com a concepção freireana de educação, que entende o processo de aprendizagem como uma troca de saberes e uma construção coletiva do conhecimento (Freire, 1996). Dessa forma, o projeto *Ecoando Saberes* insere-se em uma perspectiva de ensino humanizador, que reconhece o sujeito como produtor e transmissor de cultura.

A metodologia adotada no projeto foi participativa e flexível, respeitando o ritmo de aprendizagem e os interesses dos estudantes. As atividades foram desenvolvidas por meio de oficinas de prática instrumental, ensaios coletivos, pesquisas sobre estilos musicais e apresentações públicas realizadas durante os momentos de acolhimento e em eventos escolares.

Essa dinâmica possibilitou o envolvimento ativo dos alunos no processo criativo e contribuiu para o fortalecimento de competências socioemocionais, como cooperação, responsabilidade, escuta sensível e empatia. Os recursos utilizados incluíram instrumentos musicais, como violão, equipamentos de gravação, materiais audiovisuais e espaços adequados para ensaios e apresentações. Esses elementos contribuíram para o fortalecimento do aprendizado técnico e expressivo dos

participantes, evidenciando a importância de uma infraestrutura que valorize a arte e a cultura no contexto escolar.

Figura 21: Apresentação da turma do 1º ano do Ensino Médio para a comunidade escolar



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Nesse processo, a avaliação do projeto foi realizada de forma processual e qualitativa, considerando não apenas o desempenho técnico, mas também a capacidade de expressão, criatividade e engajamento dos estudantes. O foco esteve na análise da originalidade das produções e na forma como cada aluno desenvolveu sua própria maneira de se expressar por meio da música.

Além disso, a avaliação também contemplou a reflexão sobre o percurso de aprendizagem, incentivando os alunos a reconhecerem seus avanços e desafios. Essa prática contribuiu para o fortalecimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes.

Os resultados do projeto *Ecoando saberes* evidenciaram que a música pode desempenhar um papel fundamental na formação cidadã e cultural dos jovens. Além de promover o desenvolvimento artístico, o projeto estimulou o senso de

pertencimento e a valorização da identidade coletiva, articulando tradição e contemporaneidade em uma proposta educativa sensível e inclusiva.

Dessa forma, a experiência demonstrou que o ensino da música na escola vai muito além da aprendizagem técnica. Trata-se de um processo de autoexpressão, comunicação e fortalecimento dos vínculos comunitários, capaz de ampliar horizontes e ressignificar o papel da arte no processo educativo.

Conclui-se, portanto, que o projeto *Ecoando saberes* constitui uma prática pedagógica relevante no campo da educação intercultural e interdisciplinar, reafirmando o compromisso da escola com a formação integral dos estudantes. O projeto mostrou-se eficaz na promoção da autonomia, na valorização da diversidade cultural e na consolidação da escola como espaço de produção e difusão de saberes.

Por fim, a música revelou-se um caminho potente para ecoar experiências, afetos e conhecimentos, reafirmando seu lugar como uma linguagem essencial no processo educativo desenvolvido em nossa escola.

4.3 A arte da pintura em tela: expressão, criatividade e cultura na formação educacional – 2º ano do Ensino Médio

A arte, enquanto manifestação simbólica e estética, ocupa um papel central na formação humana, pois constitui uma linguagem capaz de expressar emoções, identidades e visões de mundo. No contexto educacional, o ensino da arte, especialmente por meio da pintura em tela, representa uma prática pedagógica que integra sensibilidade, criatividade e conhecimento, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse sentido, o presente projeto, intitulado *A arte da pintura em tela: expressão, criatividade e cultura*, foi desenvolvido com os alunos do 2º ano do Ensino Médio. A proposta articulou os componentes curriculares de Literatura e Produção de Texto, Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Geografia e História, constituindo uma abordagem interdisciplinar que valoriza a cultura, a ancestralidade e o protagonismo dos estudantes.

Os recursos utilizados incluíram instrumentos musicais, como violão, equipamentos de gravação, materiais audiovisuais e espaços adequados para ensaios e apresentações. Esses elementos contribuíram para o fortalecimento do

aprendizado técnico e expressivo dos participantes, evidenciando a importância de uma infraestrutura escolar que valor

Figura 22: Pintura em tela, turma do 2º ano do Ensino Médio: os artistas e suas artes



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A justificativa para o desenvolvimento desta proposta parte da compreensão de que a arte é um instrumento importante de formação pessoal, social e cultural, capaz de promover o autoconhecimento e a expressão das subjetividades. Segundo Vygotsky (2009), a arte exerce uma função essencial no desenvolvimento psicológico e emocional dos sujeitos, pois estimula a imaginação e permite a elaboração simbólica das experiências vividas. Nesse sentido, a pintura em tela torna-se um meio de materializar sentimentos, memórias e identidades, constituindo-se como um recurso pedagógico relevante para o fortalecimento das dimensões cognitivas e afetivas dos estudantes.

Com base nessa compreensão, o projeto teve como principais objetivos estimular a criatividade e a expressão pessoal dos alunos, desenvolver habilidades técnicas na pintura em tela, promover o conhecimento sobre estilos e artistas reconhecidos historicamente e valorizar a cultura local e a ancestralidade como fontes legítimas de saberes e inspiração estética. Além disso, buscou-se integrar a arte ao cotidiano dos estudantes, compreendendo-a como parte da vida comunitária e das relações sociais que estruturam o território.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada foi de caráter interdisciplinar e experiencial, fundamentada na pedagogia freireana (Freire, 1996), que compreende o conhecimento como uma construção coletiva e significativa. O processo iniciou-se com uma introdução à história da pintura em tela e aos principais movimentos artísticos, abordando desde o Renascimento até as vanguardas modernas e contemporâneas. Essa etapa possibilitou aos estudantes compreenderem a evolução das linguagens visuais e as transformações culturais presentes ao longo do tempo.

Na sequência, os alunos foram orientados a explorar diferentes materiais, ferramentas e técnicas pictóricas, como a tinta acrílica e o óleo sobre tela. Durante essa fase, puderam experimentar livremente os recursos artísticos e descobrir suas afinidades estéticas e expressivas. Essa prática contribuiu para o desenvolvimento da coordenação motora fina, da atenção, da sensibilidade visual e da concentração, aspectos importantes para a formação cognitiva e emocional.

A escolha dos temas das pinturas ocorreu de forma participativa, incentivando os estudantes a produzirem obras que refletissem suas vivências, saberes tradicionais e identidades culturais. Essa dimensão da prática pedagógica mostrou-se especialmente significativa, pois permitiu que os alunos reinterpretassem elementos da própria cultura, das paisagens do território, dos mitos e dos símbolos da comunidade por meio de uma linguagem estética pessoal.

Nesse sentido, como afirma Candau (2012), a educação intercultural deve reconhecer e valorizar as diferentes identidades culturais, possibilitando que cada sujeito se perceba como produtor de cultura e não apenas como receptor de conhecimentos.

Como resultado desse processo, a culminância do projeto ocorreu com a organização de uma exposição artística aberta à comunidade escolar e local. Nesse momento, os estudantes apresentaram suas obras e compartilharam com o público suas experiências criativas, reflexões e aprendizagens construídas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Essa etapa final não apenas reforçou o protagonismo estudantil, mas também transformou a escola em um espaço de diálogo entre gerações, saberes e linguagens, fortalecendo o vínculo entre arte, educação e território. Nesse contexto, a avaliação foi conduzida de forma qualitativa, considerando a participação ativa dos alunos nas

atividades, o desenvolvimento técnico e expressivo alcançado, a originalidade das produções e o engajamento na exposição coletiva.

Figura 23: Mosaico de fotos de exposição artística do projeto *A arte da pintura em tela* – culminância no espaço escolar



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroconeá Filho (2025).

Mais do que mensurar resultados, o processo avaliativo buscou compreender a trajetória de aprendizagem de cada estudante, reconhecendo os avanços individuais e as conquistas coletivas construídas ao longo do percurso criativo. Dessa forma, a avaliação também se constituiu como um momento de reflexão sobre as experiências vividas, valorizando o processo de aprendizagem tanto quanto os resultados alcançados.

Os resultados evidenciaram que o trabalho com a pintura em tela contribuiu significativamente para o desenvolvimento da autonomia, da sensibilidade estética e da valorização cultural dos estudantes. A arte, ao ser vivenciada de modo crítico e reflexivo, mostrou-se um importante instrumento de formação cidadã, permitindo que

os jovens expressassem seus sentimentos e percepções de mundo, ao mesmo tempo em que fortaleceram o sentimento de pertencimento à sua comunidade.

Em síntese, o projeto *A arte da pintura em tela* reafirma a importância da arte como eixo estruturante da educação integral, articulando teoria e prática, tradição e contemporaneidade, individualidade e coletividade. A pintura, enquanto linguagem artística e pedagógica, possibilita o diálogo entre a escola e a vida cotidiana da comunidade. A experiência contribuiu não apenas para o aprimoramento técnico dos alunos, mas, sobretudo, para a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua identidade cultural.

4.4 Projeto de fotografia *Retratos culturais: a arte do movimento*

Dando continuidade às práticas pedagógicas que integram arte, cultura e educação no contexto da Escola Indígena de Tempo Integral Jula Paré, desenvolveu-se o projeto de fotografia intitulado *Retratos culturais: a arte do movimento*. A proposta surge como uma estratégia educativa voltada à valorização da identidade cultural e ao fortalecimento da memória coletiva do povo Balatiponé.

A fotografia é reconhecida como uma poderosa forma de expressão artística e comunicação visual, capaz de capturar e transmitir emoções, histórias e realidades de maneira singular. Nesse sentido, por meio da linguagem fotográfica, os estudantes foram convidados a registrar aspectos da vida cotidiana, das tradições e dos rituais da aldeia Central, estabelecendo um diálogo entre arte, cultura e conhecimento.

A justificativa do projeto fundamenta-se na compreensão de que a fotografia não deve ser entendida apenas como uma técnica, mas também como um importante instrumento de preservação cultural e de expressão sensível. Ao possibilitar o registro visual das práticas culturais e das paisagens do território, a fotografia torna-se uma ferramenta significativa para a valorização do patrimônio imaterial e para o fortalecimento da autoestima dos jovens da comunidade.

Desse modo, a proposta também contribui para ampliar a consciência sobre a importância de documentar as formas de viver, sentir e expressar do povo Balatiponé, articulando saberes tradicionais e contemporâneos no processo educativo.

Assim, o projeto estrutura-se a partir de três eixos fundamentais: a valorização da cultura local, a sensibilização social e o estímulo à criatividade como processo educativo e coletivo. A partir desses princípios, a proposta busca articular a fotografia

como linguagem artística e pedagógica capaz de promover reflexão, expressão e reconhecimento das identidades culturais presentes no território.

Figura 24 Produções de textos com as imagens, 3º ano do Ensino Médio – Mural da Escola Indígena de Tempo Integral Julia Pará



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroiponé Filho (2025).

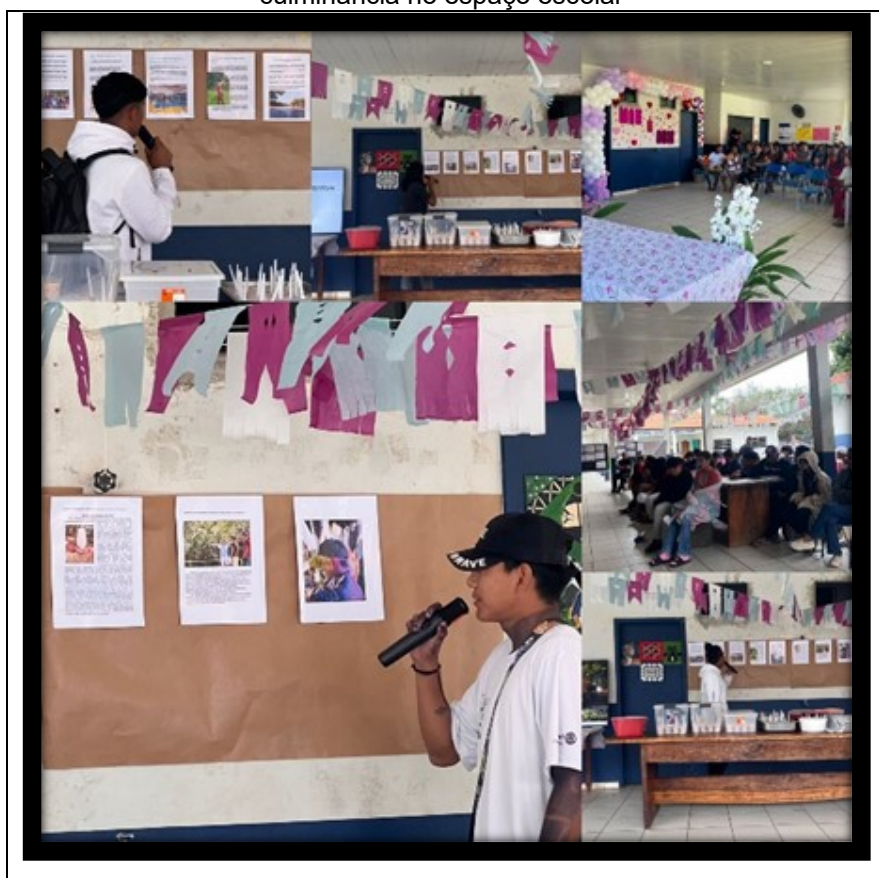
O desenvolvimento dessa prática ocorre de forma interdisciplinar, envolvendo componentes curriculares como Tutoria, Eletiva Itinerário Formativo – LGG/CHSA e Literatura e Produção de Texto. Inicialmente, realiza-se um processo de planejamento e pesquisa, no qual os estudantes definem os temas a serem retratados, investigam as histórias e os significados culturais relacionados às imagens e organizam as sessões fotográficas.

Durante as oficinas, são apresentados conceitos técnicos fundamentais para a prática fotográfica, como o uso de câmeras, iluminação, ângulos, enquadramentos e edição digital. Essa etapa é marcada pela experimentação e pelo aprendizado

coletivo, permitindo que cada estudante desenvolva um olhar próprio sobre a realidade que o cerca e sobre as experiências vividas no território.

A metodologia prioriza uma abordagem criativa e reflexiva. Nesse processo, os alunos são incentivados a explorar o território, observar detalhes do cotidiano, registrar momentos autênticos e refletir sobre os sentidos das imagens produzidas. Dessa maneira, a fotografia passa a ser compreendida não apenas como registro visual, mas também como uma forma de interpretação e valorização da cultura local.

Figura 25: Mosaico de fotos de apresentações do projeto *Retratos culturais: a arte do movimento*; culminância no espaço escolar



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A culminância do projeto ocorre com a organização de uma exposição fotográfica aberta à comunidade escolar e aos moradores da aldeia. Nesse momento, os estudantes apresentam suas produções e compartilham reflexões sobre o processo criativo e as histórias retratadas nas imagens. Essa socialização representa não apenas o encerramento de uma etapa pedagógica, mas também a celebração da cultura e da arte como formas de resistência, memória e pertencimento.

A avaliação do projeto é realizada de forma processual e contínua, considerando o envolvimento dos estudantes nas atividades, o desenvolvimento das

habilidades técnicas e criativas e a capacidade de analisar criticamente as imagens produzidas. A observação atenta do percurso formativo possibilita compreender o avanço individual e coletivo, valorizando não apenas o produto final, mas também todo o processo de construção do conhecimento.

O projeto *Retratos culturais: a arte do movimento* reafirma o compromisso da Escola Indígena de Tempo Integral Jula Pará com uma educação diferenciada, que reconhece o potencial da arte como meio de valorização cultural e de formação humana integral. Nesse contexto, a experiência fotográfica ultrapassa o simples ato de registrar imagens, transformando-se em uma prática pedagógica significativa que integra memória, identidade e estética.

Ao final do processo, a realização da exposição pública das fotografias simboliza o reconhecimento das expressões culturais da aldeia e evidencia a importância da arte como instrumento de preservação e fortalecimento da identidade coletiva. Desse modo, a escola reafirma seu papel como espaço de preservação, criação e partilha de saberes, articulando conhecimentos tradicionais e contemporâneos no processo educativo.

4.5 Tecnologias e cultura em harmonia: o aviário da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará

Este tema apresenta grande relevância, pois evidencia as práticas tecnológicas desenvolvidas tanto na escola quanto nas aldeias do território Umutina. No contexto da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará, a tecnologia indígena e a tecnologia não indígena são integradas de forma complementar no projeto do aviário escolar, constituindo uma abordagem que valoriza simultaneamente os saberes tradicionais e as inovações contemporâneas.

Nesse sentido, as técnicas de construção tradicional, aliadas ao uso de matérias-primas locais – como madeira, palha e outros recursos naturais disponíveis no território – possibilitam a construção de um aviário sustentável, adaptado ao ambiente e culturalmente apropriado. Essa prática promove uma relação harmoniosa entre a comunidade e a natureza, respeitando os princípios de equilíbrio e cuidado presentes na cosmovisão do povo Balatiponé.

Além disso, as práticas educativas desenvolvidas na escola, como música, pintura, fotografia e o próprio aviário escolar, constituem exemplos de uma pedagogia que articula ciência e ancestralidade. Essa integração dialoga com o que Santos

(2007) denomina *ecologia de saberes*, perspectiva que reconhece que todo conhecimento é parcial e situado, e que a justiça cognitiva somente se torna possível quando diferentes epistemologias dialogam entre si.

A escola indígena configura-se como um espaço de aprendizagem decolonial, no qual o território assume um papel central no processo educativo. O território não é apenas o lugar onde a escola está inserida, mas também se transforma em sala de aula, livro e professor, conforme destacam Souza *et al.* (2025), ao reconhecerem a importância dos saberes produzidos no cotidiano das comunidades indígenas.

Figura 26: Aviário escolar 2025 – turmas dos Ensinos Fundamental e Médio



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A combinação entre os conhecimentos tradicionais do povo Balatiponé e as inovações tecnológicas contemporâneas pode ser trabalhada nas aulas da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, possibilitando aos estudantes uma compreensão mais ampla sobre a biodiversidade e as dinâmicas socioambientais do território. Nesse processo, os alunos podem aprender a observar e interpretar o ambiente utilizando tanto métodos tradicionais de conhecimento, baseados na experiência e na observação da natureza, quanto recursos tecnológicos modernos.

Entre esses recursos, destacam-se o uso de celulares, câmeras fotográficas, Chromebooks, tablets e drones, que podem ser utilizados para registrar imagens, documentar atividades e divulgar experiências educativas nas mídias sociais. Dessa forma, a tecnologia passa a ser compreendida como uma ferramenta que amplia as possibilidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribui para o registro e a valorização das práticas culturais e ambientais do território Umutina.

Nesse contexto, o aviário escolar constitui-se como um espaço pedagógico importante para a realização de atividades práticas relacionadas à produção de alimentos e ao cuidado com os animais. O local pode ser utilizado para a criação de aves, como galinhas, patos e outras espécies presentes no território, que podem fornecer ovos e carne para a alimentação dos estudantes e da comunidade.

Figura 27: Mosaico de fotos do aviário da Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará – produções para consumo



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Essa prática contribui para a promoção de uma alimentação mais saudável, baseada na produção local de alimentos frescos, reduzindo a dependência de produtos processados e industrializados. Além disso, o excedente da produção de

ovos e carne pode ser comercializado na própria comunidade, gerando renda para a escola e para as famílias das aldeias do território.

Assim, o aviário não representa apenas um espaço de produção, mas também um ambiente educativo que possibilita aos estudantes compreenderem, na prática, a relação entre território, sustentabilidade, alimentação e autonomia comunitária.

Além disso, podem ser realizadas trocas com outros povos indígenas da região e também com comunidades não indígenas, fortalecendo práticas de cooperação e valorizando a economia de subsistência. Nesse contexto, o processo de construção do aviário na Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará constituiu-se como uma iniciativa muito positiva, tanto para o aprendizado dos estudantes quanto para a preservação cultural e ambiental, evidenciando diversos saberes relacionados à Educação Ambiental e Cultural.

Os trabalhos foram organizados de forma coletiva e divididos entre os participantes. Os meninos, acompanhados pelos professores, foram até a mata para cortar as madeiras e coletar as palhas utilizadas na cobertura da estrutura. As meninas ficaram responsáveis pela limpeza e organização do espaço onde o aviário seria construído. Posteriormente, todos se reuniram para realizar o trançado das palhas que formam o capelo. Durante todo esse processo, os professores estiveram presentes para orientar e acompanhar as atividades.

A partir dessa experiência, compreendemos que o aviário funciona como um verdadeiro laboratório vivo de aprendizagem. Nesse espaço, os alunos aprendem sobre os tipos de madeira utilizados na construção, o tempo adequado para a coleta das palhas, a biodiversidade local, o comportamento das aves e a importância da conservação do meio ambiente. Além disso, o aviário também oferece uma fonte sustentável de alimentos, como ovos e carne, contribuindo para fortalecer a saúde e o bem-estar da comunidade.

Nesse sentido, vale destacar a reflexão de Freire (1996, p. 59), ao afirmar que “ensinar exige respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito”. Assim, durante a construção do aviário foram utilizadas matérias-primas provenientes do próprio território, respeitando o meio ambiente e as práticas culturais da comunidade. Também houve a participação de membros da aldeia na construção e na manutenção do espaço, o que fortaleceu os laços comunitários e promoveu a troca de conhecimentos entre diferentes gerações.

Com o passar do tempo, esse espaço tornou-se um ponto de encontro para diversas atividades educativas, não apenas para os estudantes, mas também para outros membros da aldeia Umutina, incentivando a educação continuada e o intercâmbio de saberes. No aviário podem ser desenvolvidas atividades relacionadas a várias disciplinas, como Biologia, Agropecuária, Práticas Culturais e Sustentabilidade, Práticas Experimentais, Tecnologia e Inovação, Práticas Agroecológicas, Projeto de Corresponsabilidade Social, Matemática — por meio do cálculo das quantidades de ração, por exemplo — e também História e Cultura do nosso povo.

Esses são alguns dos aspectos iniciais do projeto, cujo sucesso depende de uma boa organização e do respeito pelos conhecimentos culturais da comunidade escolar. De modo geral, as atividades realizadas no aviário ocorrem de forma coletiva. Em alguns momentos, os professores planejam aulas específicas e levam apenas uma turma para desenvolver atividades práticas relacionadas aos conteúdos trabalhados em sala.

Dessa forma, a implantação do aviário em nossa escola mostrou-se uma ação que vai muito além da produção de alimentos. A iniciativa contribui para a segurança alimentar, fortalece as práticas pedagógicas e valoriza os saberes tradicionais do povo Balatiponé. Além disso, o espaço promove a educação intercultural, incentiva práticas sustentáveis e integra escola e comunidade em torno da autonomia produtiva. Assim, o aviário consolida-se como um importante instrumento de formação integral dos estudantes e de fortalecimento das práticas culturais da nossa comunidade.

5 ETNOTURISMO BALATIPONÉ

O presente capítulo aborda o etnoturismo Balatiponé como uma prática que ultrapassa o turismo convencional, configurando-se como um espaço de educação, resistência e valorização cultural. Busca-se evidenciar como a comunidade organiza experiências que integram saberes tradicionais, vivências cotidianas e práticas sustentáveis, oferecendo aos visitantes a oportunidade de estabelecer um contato direto com a natureza, a culinária, os rituais e as expressões artísticas do povo Balatiponé.

A partir da experiência do etnoturismo Balatiponé, procura-se compreender como as práticas turísticas podem dialogar com os conhecimentos ancestrais e contribuir para a autonomia do povo em seus aspectos educacionais, políticos e sociais. O povo Balatiponé, também conhecido como Umutina, habita a região do Médio Rio Paraguai, em Mato Grosso. Ao longo da história, especialmente após o contato com os não indígenas, a comunidade vivenciou intensas transformações sociais, linguísticas e culturais.

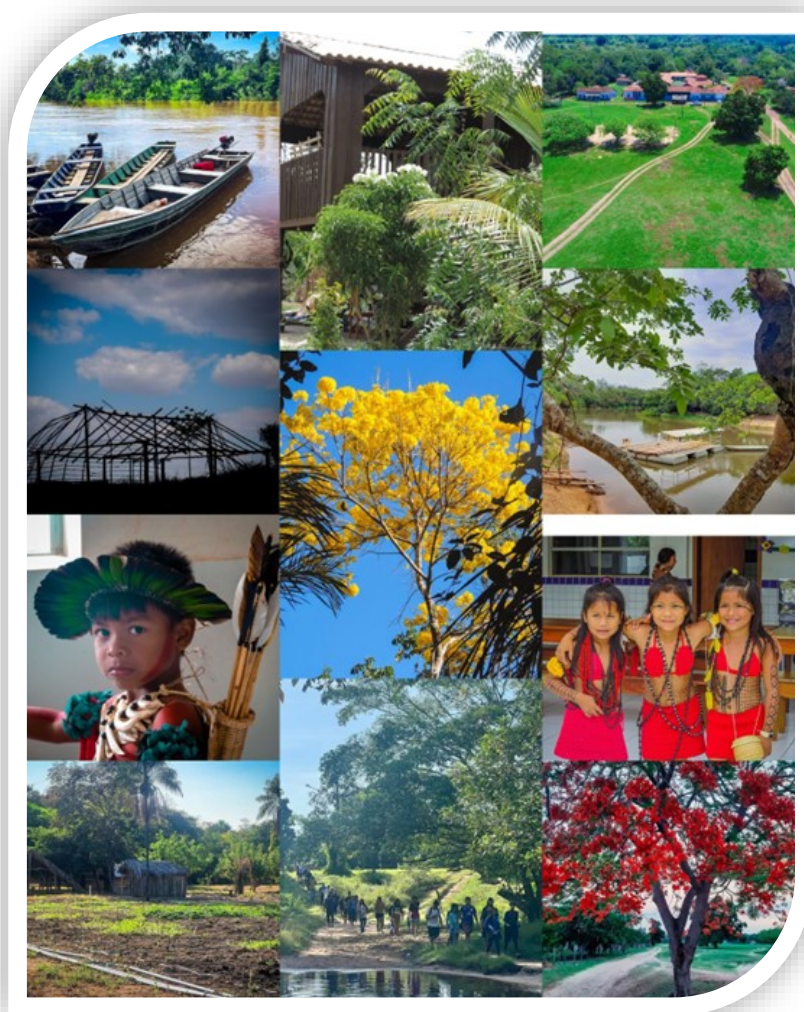
De modo geral, o etnoturismo pode ser compreendido como uma modalidade de turismo que promove o encontro entre diferentes culturas, valorizando os saberes tradicionais, os modos de vida e as práticas socioculturais das comunidades. No Brasil, essa prática tem se fortalecido especialmente entre os povos indígenas, que encontram no turismo comunitário uma oportunidade de compartilhar conhecimentos, preservar tradições e gerar renda de forma sustentável.

No entanto, com o fortalecimento dos movimentos indígenas e das políticas de reconhecimento étnico, o povo Balatiponé tem buscado reafirmar sua identidade cultural, promovendo o resgate de práticas tradicionais, como a valorização da língua, da alimentação tradicional, das danças e das festividades culturais. Nesse processo de fortalecimento identitário, o etnoturismo surge como uma importante estratégia para apresentar ao mundo a riqueza cultural do povo Balatiponé, ao mesmo tempo em que contribui para a proteção do território e para a geração de renda para as famílias da comunidade.

O projeto de etnoturismo Balatiponé oferece aos visitantes uma vivência direta com os costumes, saberes e modos de vida presentes na aldeia. Para chegar ao território, os turistas precisam atravessar o rio por meio de uma balsa puxada por

corda, ou também podem utilizar barco ou canoa. Após a travessia, realizam uma breve caminhada até chegar à aldeia Central Umutina. Esse percurso inicial já proporciona um primeiro contato com o ambiente natural e com a organização do território.

Figura 28Belezas naturais das Aldeias do Território Umutina



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Ao chegar à aldeia, os visitantes têm a oportunidade de acompanhar os preparativos das vestes tradicionais, dos adornos, das pinturas corporais e dos artesanatos produzidos pela comunidade. Em seguida, participam de uma caminhada ecológica, durante a qual conhecem as plantas medicinais utilizadas pelo povo Balatiponé e observam alguns dos animais que fazem parte da fauna local.

Posteriormente, os visitantes são convidados a saborear alimentos tradicionais preparados pela comunidade, como o *Jolorukwá* (xixa), o *Haré* (peixe) e o *Jukuputú*

(beiju). Após esse momento de partilha, a juventude Balatiponé realiza apresentações culturais que expressam gratidão aos espíritos dos ancestrais e da natureza. Durante essas atividades, os visitantes também são convidados a vivenciar algumas práticas culturais, como a experiência de utilizar o arco e a flecha.

No território Balatiponé, o etnoturismo não é compreendido apenas como uma atividade turística. Ele representa um espaço de educação, troca de conhecimentos, resistência cultural e celebração da identidade indígena. Dessa forma, torna-se uma ponte entre diferentes mundos que se encontram a partir do respeito e do diálogo, abrindo caminhos para uma convivência mais justa e consciente.

Todas as atividades são organizadas pela própria comunidade, que planeja cada etapa respeitando seus tempos culturais, suas crenças e suas prioridades coletivas. Vale ressaltar que cada aldeia participante do projeto oferece aquilo que considera mais representativo de sua realidade e de seus conhecimentos. Essa forma de turismo diferencia-se do turismo convencional, pois não se baseia na exploração cultural, mas no diálogo e no respeito. Em vez de transformar ou descaracterizar, busca valorizar e preservar os saberes e práticas tradicionais.

O etnoturismo Balatiponé destaca-se como uma importante iniciativa de resistência e protagonismo indígena. Mais do que uma atividade econômica, trata-se de um ato de afirmação cultural, de retomada da memória e de fortalecimento coletivo. Ao abrir as portas da aldeia para receber visitantes, o povo Balatiponé demonstra que a cultura indígena permanece viva, resistente e repleta de sabedoria. Ao mesmo tempo, apresenta-se como um caminho possível para o desenvolvimento sustentável, para o respeito à diversidade cultural e para a construção de pontes entre diferentes modos de ser e viver.

Além disso, o etnoturismo e o projeto *Mais Ciência na Escola* compartilham uma lógica comum de resistência cultural e valorização dos saberes tradicionais. Ambos se configuram como práticas de reexistência, conceito trabalhado por Walsh (2009), que expressa a capacidade dos povos de transformar experiências históricas de dor e opressão em processos de fortalecimento cultural e reconstrução das identidades coletivas. Nesse sentido, Almeida (2006) reforça que os povos indígenas devem ser reconhecidos como sujeitos históricos ativos, produtores de conhecimento e cultura em seus próprios termos.

Ademais, a articulação entre saúde, educação e práticas comunitárias (aspectos que serão aprofundados nas seções seguintes), fortalecida pelo projeto *Mais Ciência na Escola*, evidencia que a escola indígena deve ser construída com os povos e não para os povos, como defende Baniwa (2021). Essa perspectiva garante que os projetos educacionais respeitem os ritmos próprios de aprendizagem e promovam a autonomia territorial das comunidades.

Por sua vez, Krenak (2019, 2022) nos alerta que a educação só terá sentido se estiver vinculada ao reconhecimento da Terra como um ser vivo. Para o autor, é necessário repensar nossas formas de existência e aprendizagem, buscando caminhos que nos permitam *adiar o fim do mundo* por meio da valorização dos modos de vida e dos conhecimentos dos povos originários.

Dando continuidade a essas reflexões sobre educação, território e protagonismo indígena, apresentamos a seguir a entrevista com a Profa. Dra. Eliane Monzilar, que contribui com importantes reflexões sobre a educação escolar indígena e o fortalecimento cultural do povo Balatiponé.

Figura 30: Profa. Dra. Eliane Monzilar



Fonte: O autor, 2025

A aldeia Boropô faz parte do projeto de etnoturismo desenvolvido no Território Indígena Umutina, que atualmente envolve a participação de seis aldeias. Nesse contexto, quando os turistas e visitantes chegam ao território, são inicialmente recebidos pelos membros da comunidade, que realizam uma recepção acolhedora e apresentam os moradores da aldeia. Esse primeiro momento possibilita aos visitantes

conhecerem as pessoas da comunidade, ouvirem histórias e aprenderem sobre os saberes da tradição Balatiponé.

Durante essa recepção inicial, também são dadas as boas-vindas e realizadas interações entre os visitantes e os moradores da aldeia. Nesse momento, a comunidade apresenta a programação das atividades e explica como será o desenvolvimento das experiências ao longo do dia, permitindo que os visitantes compreendam melhor as práticas culturais que irão vivenciar.

Em seguida, os visitantes são conduzidos para conhecer uma casa tradicional existente na aldeia, construída em formato de palafita. Embora esse modelo de construção não seja originalmente característico das casas tradicionais Balatiponé, trata-se de uma estrutura intercultural que representa o diálogo entre diferentes experiências indígenas. Essa casa foi construída a partir da minha convivência e experiência com o povo indígena Tiriyó, do Suriname, sendo inspirada em suas formas de construção. Dessa maneira, a casa tornou-se um elemento diferenciado dentro da aldeia, despertando a curiosidade e o interesse dos visitantes.

Outra atividade desenvolvida durante a visita é a prática com o arco e flecha, na qual os turistas têm a oportunidade de aprender a manusear esse instrumento tradicional, que representa um importante elemento cultural ancestral e proporciona aos visitantes uma experiência significativa. Ao mesmo tempo, funciona como uma prática esportiva e simbólica, reafirmando a importância do arco e da flecha como instrumento histórico de resistência e de luta dos povos indígenas.

Também é realizada a contação de histórias, geralmente conduzida pelos anciãos e anciãs da aldeia, quando os visitantes têm a oportunidade de ouvir narrativas que fazem parte da memória e da tradição do povo Balatiponé, fortalecendo o intercâmbio cultural e a valorização da oralidade.

Na sequência, ocorre o almoço tradicional, momento de partilha em que são servidos alimentos típicos da cultura Balatiponé, entre eles o peixe assado (Haré) e a bebida tradicional xixa (Jolorukwá). Esse momento representa não apenas uma refeição coletiva, mas também uma forma de acolhimento e de compartilhamento dos saberes alimentares tradicionais com os visitantes.

Os turistas têm a oportunidade de saborear essa refeição tradicional. Da mesma forma, podem tomar banho no rio Paraguai, onde têm a possibilidade de conhecer o local, interagir, relaxar e se refrescar, principalmente nos períodos de

maior calor. Também podem pescar no rio Paraguai, tendo um contato direto com a natureza.

Figura 31: Mosaico de fotos de etnoturismo Balatiponé – experiências com os turistas



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Depois, proporcionamos aos turistas a apresentação das danças tradicionais, para que possam emergir em uma convivência mais profunda com a nossa cultura, assistindo às apresentações realizadas pela juventude da comunidade. Outra atividade oferecida é a trilha na natureza. Nessa experiência, contamos com um guia local da própria comunidade, que acompanha os visitantes durante a caminhada, permitindo observar parte das matas, das árvores nativas, conhecer a fauna e a flora, ouvir o canto dos pássaros e sentir o ar fresco, em conexão com o meio ambiente.

Ao final da visita, realizamos a exposição e a venda de artesanatos e, dependendo do público, também promovemos oficinas de confecção de diferentes tipos de artesanato. Essa atividade contribui para fortalecer a economia local.

Estamos ainda organizando a possibilidade de os turistas permanecerem e pernoitarem na aldeia, processo que atualmente está em fase de planejamento.

No território existem quinze aldeias, mas somente seis delas fazem parte da rota do etnoturismo: Boropô, Massepô, Uapo, Águas Correntes, Katamã e a Aldeia Central Umutina. De fato, todas as pessoas do território são contempladas, de forma direta ou indireta. O nosso principal objetivo é proporcionar aos visitantes uma imersão na nossa essência, permitindo que estejam em contato com a natureza e vivenciem de perto a cultura, os saberes, os sabores e a beleza natural do povo Balatiponé. Trata-se de uma forma de valorizar, fortalecer e divulgar a nossa cultura, oferecendo uma experiência autêntica e única, para que cada visitante possa criar memórias duradouras e compartilhar essas vivências em outros lugares, contribuindo também para a sustentabilidade econômica das famílias das aldeias.

A convite do cacique Dionísio, morador da aldeia Uapo, que também participa do projeto de etnoturismo, pude visitar sua aldeia para conhecer o local e realizar registros audiovisuais. Durante essa visita, tirei fotos, fiz vídeos e edições e também criei páginas no Facebook e no Instagram para ajudá-lo na divulgação do projeto.

A aldeia Uapo possui grande potencial para receber turistas. É um lugar precioso, com belas paisagens naturais e forte potencial turístico, atividade que contribui para movimentar e dinamizar a economia local. O local oferece uma rica experiência de imersão na natureza, com trilhas, produtos cultivados na roça, danças, cantos e expressões artísticas da cultura Balatiponé. Aos visitantes são oferecidos dormitórios, observação de pássaros durante as trilhas (quando se pode contemplar diversas espécies de aves e animais), passeios de barco, banho de rio, comida e bebida típicas, contação de histórias e apresentações de danças culturais.

5.1 Saúde e educação Balatiponé

A saúde está diretamente relacionada ao processo de aprendizagem, uma vez que alunos saudáveis demonstram maior disposição para estudar e participar das atividades escolares, o que contribui significativamente para o aprimoramento do desempenho educacional, além de promover qualidade de vida e bem-estar. O atendimento de saúde realizado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) ocorre por meio de contratos com empresas terceirizadas.

Essas empresas são responsáveis pela contratação e gestão de profissionais que compõem as equipes multidisciplinares de saúde, entre eles: médicos, cirurgiões-

dentistas, auxiliares de saúde bucal, enfermeiros, técnicos de enfermagem, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), motoristas e barqueiros. Essas equipes atuam diretamente no território Balatiponé, prestando serviços de atenção básica em saúde às comunidades indígenas. Atualmente, o território é composto por quinze aldeias distribuídas em sua extensão, que são atendidas de forma contínua pelas equipes mencionadas.

Atualmente, os serviços de saúde destinados ao povo Balatiponé contam com o apoio logístico de dois veículos automotores e uma embarcação motorizada. Considerando que o território Balatiponé está localizado em uma área insular, essa estrutura foi organizada de forma estratégica para garantir maior agilidade e eficácia no atendimento à população. Um dos veículos permanece na parte externa do território, facilitando o acesso rápido ao município de Barra do Bugres; o outro veículo permanece no interior da comunidade, sendo utilizado principalmente para visitas domiciliares realizadas pela equipe de saúde e para o transporte de pacientes até a base do posto de saúde ou até a margem do rio Paraguai, onde está situada a embarcação motorizada. Esse barco é empregado para a travessia de pacientes e profissionais de saúde, sendo também utilizado como meio de transporte direto até a cidade, especialmente durante o período de cheia do rio Paraguai.

Essa logística foi planejada com o objetivo de otimizar o deslocamento de pacientes e equipes de saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento prestado. Além disso, é importante destacar que há uma priorização na contratação de profissionais pertencentes ao próprio povo Balatiponé, o que favorece a comunicação, o acolhimento e o respeito às especificidades culturais durante o processo de cuidado em saúde.

A articulação entre saúde e educação no território Umutina também pode ser compreendida como prática intercultural. Conforme Baniwa (2021), a escola indígena deve ser construída com os povos e não para os povos, respeitando os ritmos próprios de aprendizagem e promovendo autonomia territorial. Essa perspectiva é decolonial, pois recusa a imposição de modelos externos e valoriza os saberes locais, como o uso de ervas medicinais e práticas comunitárias de cuidado (Souza *et al.*, 2025).

5.2 Saúde na Escola de Tempo Integral Indígena Julia Paré

Eu me chamo Maxbaby de Souza Cupodonepá, sou indígena e enfermeira há doze anos. Também já trabalhei como enfermeira assistencial. Nesse período, atuei na Saúde Indígena e, há quatro anos, em Unidades Hospitalares.

Todas as palestras são bastante importantes, pois conseguimos fazer melhor orientação. As palestras têm que ser de forma ilustrativa para a população indígena. Observamos que o audiovisual chama mais atenção, porque, por exemplo, se você fizer uma roda de conversa e apenas ficar falando, as pessoas não vão conseguir assimilar. Então, o uso do audiovisual facilita passar as informações necessárias de cuidado de modo geral. A palestra é para trabalhar a prevenção da saúde.

Figura 29: Momento de diálogo com a nossa enfermeira Maxbaby de Souza Cupodonepá – breve diálogo com a turma do 3º ano do Ensino Médio de 2025



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Nós temos bastantes dificuldades, isso de modo geral, não somente na saúde indígena. Todo local tem essa dificuldade de infraestrutura, porque não temos espaço apropriado para fazer as palestras, por exemplo, na Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI). Também temos dificuldade com a comunidade, pois muitas vezes não procuram atendimento apropriado da equipe, que são duas e ficam por quinze

dias. Ou seja, a comunidade em si tem uma equipe que atende 24 horas por 30 dias, mas com escala dividida.

As escalas são quinzenais. Na primeira, temos médico, enfermeiro, dentista e técnico de enfermagem. A segunda escala fica mais voltada para tratamento emergencial, somente com um técnico de enfermagem. Na primeira escala, trabalhamos com todos os programas do Ministério da Saúde, que são: Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde da Criança, Saúde do Adolescente, Gestantes, com o pré-natal e vários outros programas. Todos são trabalhados com formas de prevenção, mas têm períodos no ano em que devemos executar. Precisamos esperar chegar esses períodos para realizar essas palestras.

Então, não precisamos esperar necessariamente por datas específicas para trabalhar determinados temas; podemos abordá-los em qualquer época do ano. Também enfrentamos muitas dificuldades em relação aos medicamentos. Hoje estamos muito acostumados com os medicamentos farmacológicos e, muitas vezes, acabamos esquecendo das nossas raízes. Se observarmos a vida das pessoas de antigamente em comparação com a realidade atual, percebemos que hoje as pessoas estão mais adoentadas. Isso ocorre porque fazem muito uso de medicações inadequadas, que acabam agredindo bastante o organismo.

Podemos perceber que muitos dos nossos parentes indígenas, que não fizeram uso constante desses medicamentos farmacológicos e utilizam tratamentos a partir das raízes, como ervas tradicionais, folhas e chás, apresentam melhor qualidade de vida do que nós, que vivemos em uma realidade mais atualizada. A nossa qualidade de vida, muitas vezes, acaba sendo prejudicada também pelo consumo de muitos produtos industrializados e, com o passar do tempo e o avanço da idade, surgem diversas doenças novas.

Nesse contexto, muitas pessoas acabam preferindo utilizar medicamentos farmacológicos, pois ninguém quer ir até a mata buscar plantas medicinais, já que a farmácia está mais próxima e o acesso é mais fácil. Por isso, precisamos valorizar novamente as medicações tradicionais e os conhecimentos dos nossos ancestrais.

Em relação à contratação de profissionais, para uma população de aproximadamente quatrocentas pessoas, seria necessário contar com uma equipe maior e mais bem estruturada, pois enfrentamos muitas dificuldades. Atualmente, por exemplo, estamos passando por um período de virose e a unidade de saúde está

lotada. Nesses momentos, precisaríamos de mais profissionais atuando, pois a quantidade de pessoas atendidas, principalmente na primeira quinzena, torna o número de profissionais insuficiente e sobrecarrega quem está presente.

Considerando o tamanho da população atendida, seria importante ampliar o número de profissionais tanto na primeira quanto na segunda equipe. Como a equipe precisa permanecer durante trinta dias, atendendo vinte e quatro horas por dia uma população grande, o ideal seria aumentar o número de profissionais para dividir melhor as responsabilidades. No entanto, o governo não aceita essa ampliação, alegando que, pelo tamanho da nossa Unidade de Saúde, não há necessidade de tantos profissionais. Dessa forma, os profissionais precisam dar conta de todo o serviço, enfrentando diferentes tipos de doenças e ainda lidando com a escassez de medicamentos. Nesse período de virose, por exemplo, os medicamentos “saem igual água”, pois o consumo é muito maior.

Essa dificuldade não ocorre apenas na saúde indígena, mas também em outros contextos da saúde pública. Outra questão importante, no nível do território, é que a saúde indígena corresponde à atenção primária. A partir do momento em que o paciente precisa de atendimento mais especializado e é encaminhado para a cidade, passa a fazer parte da atenção secundária. O governo organiza o sistema de saúde a partir dessas classificações, utilizando termos como atenção primária, atenção secundária e atenção terciária. No entanto, na atenção primária temos apenas o básico do básico.

Muitas pessoas ainda não conhecem essa diferença. O papel da atenção básica é orientar, realizar palestras, esclarecer dúvidas e envolver a comunidade em ações de melhoria da saúde. Essas ações podem incluir temas como saúde mental ou projetos comunitários, como hortas que envolvam também a escola. Esse trabalho precisa ser coletivo, realizado em parceria entre a escola e a equipe de saúde.

Para concluir, acredito que, para trabalhar na área da saúde, é preciso gostar e se identificar com essa profissão. A primeira coisa é procurar conhecer cada profissão e estudar um pouco sobre ela. Eu, particularmente, aos onze anos de idade já sabia o que queria. Gostava de ver meu pai, que trabalhava na área da saúde, e convivi muito com esse ambiente. Sempre gostei de estar presente, participando e ajudando as pessoas, e foi assim que me identifiquei com essa área.

Na saúde, não podemos escolher a profissão apenas pensando que vamos conseguir emprego com facilidade ou ganhar bem. Também enfrentamos muitos desafios, como em qualquer outra profissão, porque lidar com pessoas não é fácil. Muitas vezes somos julgados e precisamos manter sempre uma postura profissional. Por exemplo, ao atender uma pessoa em um momento de dor, ela pode acabar nos ofendendo. Nesse caso, não podemos reagir com raiva; é preciso compreender que aquela pessoa está sofrendo e agir com profissionalismo.

Para ser um profissional da saúde, é necessário conhecer a realidade das pessoas, gostar do que faz, dedicar-se e se doar. Muitas vezes deixamos de viver momentos importantes com a família para cumprir nossa missão de ajudar os outros.

A mensagem que deixo é que ninguém veja a área da saúde apenas com bons olhos. Trabalhar na saúde exige ética, responsabilidade e muito compromisso. É preciso gostar realmente do que faz, porque o salário, muitas vezes, não compensa todo o esforço. Por isso, as palestras e orientações realizadas por profissionais são muito importantes, pois garantem que a comunidade receba informações corretas e seguras sobre o cuidado com a saúde.

Quadro 2: Questões para estudo

✓	Qual a importância das palestras e oficinas na Escola de Tempo Integral Jula Paré pela equipe da saúde?
✓	Quais são as dificuldades que a equipe da saúde enfrenta em relação à estrutura, medicamentos ou contrato de profissionais?
✓	Você acha importante a parceria entre a comunidade Balatiponé, a instituição escolar e a equipe da saúde?
✓	Deixe uma mensagem de reflexão para nossos estudantes que têm o sonho de estudar e trabalhar na área da saúde.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No dia 20 de maio de 2025, no período da manhã, iniciamos uma palestra com uma equipe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (Sesani). A atividade foi realizada com todas as turmas da rede estadual, contemplando estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A temática abordada foi o saneamento básico no espaço escolar e o papel desempenhado pelo Agente Indígena de Saneamento (AISAN).

Como de costume, a abertura foi feita com a apresentação da equipe que veio de Cuiabá e, em seguida, dos profissionais AISAN que atuam nas aldeias do território Balatiponé. Após esse momento inicial, os estudantes foram organizados em três

grupos, formados pelas diferentes turmas, para desenvolver atividades de ilustração e dinâmicas relacionadas ao tema da palestra.

A bióloga Patrícia Guralski, responsável pela condução da palestra, iniciou as explicações apresentando o relatório que cada AISAN realiza durante o seu período de trabalho. Nesse momento, foram abordados diversos aspectos relacionados ao saneamento ambiental, especialmente no que se refere ao gerenciamento de resíduos nas aldeias. Entre os principais pontos discutidos, destacaram-se questões como: presença de lixo espalhado na comunidade; descarte de materiais como pneus, lâmpadas, baterias e embalagens de agrotóxicos; condições das lixeiras; separação do lixo reciclável; e a existência de locais com acúmulo de água.

A partir desses questionamentos, todos os AISAN presentes foram convidados a explicar como desenvolvem suas atividades em cada aldeia, considerando que cada comunidade possui realidades e desafios diferentes. Também foram apresentadas orientações sobre como deve ser realizado o gerenciamento de resíduos nas aldeias, destacando-se ações como a organização de mutirões de limpeza com a comunidade, a manutenção da área ao redor do sistema de abastecimento de água sempre limpa e o cuidado com os espaços de uso coletivo próximos à Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), mantendo-os livres de resíduos, lixo e mato.

Outro ponto importante abordado na palestra foi a realização de atividades de educação ambiental nas aldeias. Entre essas ações estão a organização de oficinas de educação ambiental, palestras e rodas de conversa com a comunidade. Vale ressaltar que essa palestra foi realizada pela primeira vez no espaço escolar, sendo considerada de grande importância para ampliar o conhecimento das famílias que vivem no território Balatiponé.

Durante a apresentação, também foram discutidas as atividades relacionadas à inspeção sanitária realizadas durante as visitas domiciliares. Nessas visitas, os AISAN orientam as famílias sobre o manejo adequado dos resíduos, verificam as condições dos recipientes utilizados para armazenamento de água dentro das casas (observando aspectos como limpeza e condições de uso), realizam a troca da vela do filtro quando necessário e fazem a distribuição e orientação sobre o uso do hipoclorito de sódio para a desinfecção da água.

Após essa etapa da palestra, foi proposta uma atividade prática de desenho para os grupos, denominada “Jogo do Lixo”. Utilizando materiais recicláveis, como

papel, plástico e garrafas, os estudantes deveriam identificar e separar os resíduos em diferentes categorias. No entanto, devido ao horário do almoço, decidiu-se dar continuidade às atividades no período da tarde.

Assim, no período da tarde, os trabalhos foram retomados e as atividades propostas pela equipe tiveram continuidade.

Figura 33: Palestra na escola para turmas dos Ensinos Fundamental e Médio



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroonepá Filho (2025).

Manutenção preventiva nas visitas domiciliares: durante as visitas, os AISAN realizam a inspeção da rede de abastecimento de água, verificando possíveis vazamentos ou interrupções no escoamento. Também executam manutenções simples, como troca de tubulações e pequenos consertos, além de avaliar as condições e a limpeza das caixas d'água. Caso seja identificada a necessidade de intervenções mais complexas no sistema de abastecimento ou na Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), o Sesani é comunicado para que as providências necessárias sejam tomadas.

Durante o diálogo com os estudantes, uma questão bastante pertinente foi levantada: o que podemos fazer para ajudar o AISAN? Essa reflexão levou os alunos a pensarem sobre como podem colaborar nas práticas de saneamento nas aldeias onde vivem.

Foram apresentadas algumas medidas que podem ser adotadas pela comunidade escolar, entre elas:

- ✓ **Educação e conscientização:** compartilhar com as famílias e vizinhos os conhecimentos aprendidos durante a palestra;
- ✓ **Uso racional da água:** identificar e comunicar vazamentos na escola ou em casa;
- ✓ **Gestão de resíduos sólidos:** reutilizar materiais como papel, garrafas PET e outros recicláveis em atividades escolares;
- ✓ **Higiene pessoal e coletiva:** manter os banheiros limpos e organizados, incentivando o uso de sabão para lavar as mãos, especialmente após o uso do banheiro e antes das refeições;
- ✓ **Cuidado com os espaços coletivos:** colaborar na manutenção da limpeza das salas de aula e dos espaços comuns da escola;
- ✓ **Prevenção de doenças:** eliminar focos de água parada que possam servir de criadouros para o mosquito da dengue;
- ✓ **Participação comunitária:** envolver-se em mutirões de limpeza no entorno da escola e apoiar campanhas de saúde e vacinação.

Figura 30: Gerenciamento de resíduos



Fonte: Arquivo pessoal Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Essas orientações reforçam a importância da participação dos estudantes e da comunidade na promoção da saúde e do saneamento nas aldeias, fortalecendo práticas coletivas de cuidado com o território e com o bem-estar de todos.

Para concluir a palestra e as atividades realizadas durante o dia, colamos os desenhos no mural da escola como estratégia de comunicação, informação e expressão dentro do ambiente escolar. Da mesma forma, fizemos a inauguração das placas educativas com registros através do audiovisual, sendo duas placas: uma de “Proibido jogar lixo”, com a seguinte mensagem: “A aldeia é de todos nós, cuide dela! Jogue lixo no lixo.” Será colocada no centro da aldeia Umutina, pois é o lugar com maior movimentação das pessoas. A outra placa diz: “Proibido jogar lixo”, com a mensagem: “Este é o rio dos seus antepassados, dos seus filhos e da futura geração do seu povo. Não jogue lixo no rio e não desmate o seu entorno!” Essa placa será colocada nas proximidades do rio Paraguai, que é o nosso principal acesso ao território.

A colocação das placas será feita de forma participativa, com a presença das crianças, pais, mães, professores e moradores do território indígena Umutina. Foi um dia de muito aprendizado, integração e participação, em que foram realizadas orientações, conscientização e esclarecimentos sobre temas importantes, principalmente para que os alunos façam escolhas mais conscientes e responsáveis no seu dia a dia e para a vida, estimulando o autocuidado na saúde e adotando hábitos saudáveis desde cedo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), alcançou seu objetivo de analisar e registrar as práticas culturais desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Julia Pará, localizada na Terra Indígena Umutina, no município de Barra do Bugres (MT).

O trabalho evidenciou que a escola indígena transcende a função de ensino formal, constituindo-se como um território vital de afirmação da identidade, de resistência cultural e de fortalecimento da memória coletiva do povo Balatiponé. O estudo insere-se no contexto da implementação pioneira do modelo de Escola de Tempo Integral na Escola Estadual Indígena Julia Pará, iniciativa que demandou extensas negociações entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) e o povo Balatiponé.

A adoção desse modelo possibilitou a ampliação da matriz curricular, integrando componentes essenciais como Etnoturismo, Educação em Direito Indígena e Agropecuária, além de fortalecer a área de Ciências e Saberes Indígenas. Essa organização curricular busca atender às especificidades da comunidade, valorizando práticas culturais e saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que promove a interculturalidade e o multilinguismo.

A pesquisa também destacou o papel fundamental dos jovens professores Balatiponé, cuja formação acadêmica e retorno à aldeia para atuar como educadores representam um ato político e pedagógico de resistência, reafirmando a centralidade da cultura no espaço escolar. O corpo docente e funcional é majoritariamente indígena, o que garante que o processo educativo dialogue diretamente com a realidade, os valores e os modos de vida do próprio povo.

O cerne desta dissertação reside no registro sistemático das práticas culturais Balatiponé, compreendidas como dimensões indissociáveis do processo pedagógico da Escola de Tempo Integral Julia Pará.

Entre essas práticas destacam-se:

- ✓ Práticas de subsistência e conhecimento ecológico: a inclusão da pesca com o timbó no calendário escolar demonstra o caráter adaptativo da educação indígena, que se organiza a partir do modo de vida da comunidade e dos ciclos

naturais do território Umutina. Trata-se de uma prática coletiva que envolve toda a comunidade e expressa um profundo conhecimento sobre o ambiente, os cursos d'água e as variações climáticas.

✓ Danças tradicionais (Mixinosê, Jekirinó, Katamã, Yuri e Lorunó): essas manifestações são compreendidas não apenas como expressões artísticas, mas como formas de transmissão de saberes, histórias, espiritualidade e resistência cultural. A Mixinosê simboliza o ressurgimento da etnia; a Jekirinó representa a união do povo; e a Katamã está associada à jornada masculina e à figura mítica criadora do arco e flecha. No contexto escolar, essas práticas são utilizadas como instrumentos pedagógicos que fortalecem a identidade e o orgulho cultural.

✓ Alimentação tradicional e manejo da terra: o preparo do peixe (Haré), do beiju (Jukuputu) e da xixa (Jolorukwá) constitui uma prática coletiva que conecta os estudantes aos saberes ancestrais, ao cultivo da mandioca e ao respeito pela natureza. O preparo do beiju, em especial, possibilita um trabalho interdisciplinar que integra áreas como Matemática, Ciências, História e Língua Materna. O peixe, por sua vez, representa uma fonte essencial de alimentação e um símbolo da relação do povo com os rios do território.

✓ Artesanato como memória e economia: a produção artesanal – que inclui trançados, colares, arcos e flechas – constitui uma práxis de conhecimento coletivo que articula memória, identidade e resistência cultural. O aprendizado ocorre por meio da observação e da prática junto aos anciãos, como evidenciado na trajetória da artesã Carminda Monzilar, cuja história demonstra como o artesanato pode ser simultaneamente fonte de renda, expressão cultural e inspiração espiritual.

O Capítulo 4 evidenciou a importância da *Pedagogia da Memória*, na qual o processo educativo floresce por meio das narrativas e experiências das anciãs e dos anciãos. A dissertação apresentou diferentes experiências interdisciplinares que fortalecem essa pedagogia, dentre elas:

✓ O projeto musical *Ecoando Saberes*, que promove a música como linguagem universal e ferramenta de fortalecimento da autoestima e do bem-estar emocional dos estudantes;

✓ O projeto *A arte da pintura em tela*, que utiliza a expressão artística como instrumento de formação pessoal e cultural, permitindo que os alunos do 2º ano do Ensino Médio representem suas vivências e ancestralidade Balatiponé;

- ✓ O projeto fotográfico *Retratos culturais*, que utiliza a fotografia como instrumento de preservação cultural e de registro da vida cotidiana da comunidade e
- ✓ o *aviário escolar*, que funciona como um laboratório vivo de aprendizagem, articulando tecnologias contemporâneas – como o uso de celulares e registros digitais – com conhecimentos tradicionais e o uso de matérias-primas locais.

O estudo também analisou o etnoturismo Balatiponé como estratégia de fortalecimento cultural e geração de renda sustentável. Organizado pela própria comunidade em aldeias como Boropô, Massepô e Uapo, o etnoturismo é compreendido como uma prática de afirmação cultural e de resistência, funcionando como uma ponte entre diferentes mundos e oferecendo aos visitantes experiências autênticas que envolvem danças, culinária tradicional, trilhas ecológicas e contato com a natureza.

No campo da saúde e da educação, destacou-se a importância da atuação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para o fortalecimento das condições de aprendizagem. A enfermeira Maxbaby de Souza Cupodonepá relatou desafios enfrentados na área da saúde, como limitações logísticas e a necessidade de ampliação do número de profissionais. Ao mesmo tempo, ressaltou a importância da valorização dos saberes tradicionais de cura, como o uso de ervas medicinais e chás, contrapondo-os ao consumo crescente de produtos industrializados e medicamentos farmacológicos.

A parceria entre a escola e a equipe de saneamento ambiental indígena (Sesani) também evidenciou a importância da educação ambiental e da conscientização coletiva, por meio de atividades como palestras, mutirões de limpeza e a instalação de placas educativas no território, estimulando práticas de cuidado com o ambiente e com a saúde comunitária.

Dessa forma, a dissertação confirma que a Escola Julia Paré se constitui como um espaço de resistência e de produção de conhecimentos plurais. Ao integrar saberes tradicionais e científicos, reafirma os princípios da interculturalidade crítica (Candau, 2014; Walsh, 2009) e da ecologia de saberes (Santos, 2007), demonstrando que não existe um único conhecimento legítimo, mas múltiplas formas de compreender e viver o mundo.

Essa perspectiva também representa um movimento de decolonialidade, ao questionar hierarquias epistemológicas impostas historicamente e fortalecer o protagonismo indígena na construção de futuros sustentáveis (Souza et al., 2025).

Embora a Escola de Tempo Integral Indígena Jula Pará se consolide como uma experiência significativa de educação indígena diferenciada, o estudo também identificou desafios importantes. Para garantir o avanço e a consolidação desse modelo educacional, torna-se necessária a melhoria da infraestrutura escolar, incluindo a construção de novas salas de aula, quadra poliesportiva, laboratórios e biblioteca.

Nesse contexto, o projeto *Mais Ciência na Escola*, que sustenta o produto educacional desta dissertação, apresenta-se como um exemplo concreto de prática intercultural e decolonial, ao aproximar universidade e aldeia em um diálogo horizontal de saberes (Souza et al., 2025). Dessa forma, o projeto fortalece a educação indígena diferenciada e reafirma a escola como espaço de resistência, protagonismo e transformação social.

Esta pesquisa, realizada na condição de professor indígena, representa uma semente e um compromisso com o futuro da cultura Balatiponé, contribuindo para que os saberes e práticas do nosso povo continuem sendo transmitidos às novas gerações. Ao sistematizar esses registros de forma participativa, a dissertação contribui não apenas para o campo acadêmico, mas, sobretudo, para a preservação do patrimônio cultural imaterial do povo Balatiponé.

Por fim, este estudo revelou e constatou que a educação indígena, quando construída a partir dos princípios da interculturalidade, da autonomia e do respeito aos saberes ancestrais, constitui um poderoso instrumento de resistência, afirmação identitária e transformação social.

CONSULTORES INDÍGENAS BALATIPONÉ

Carmina Monzilar

Eliane Monzilar

Marcio Monzilar Corezomaé

Maxbaby de Souza Cupodonepá

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tereza Cristina Cruz. **Educação indígena sob a tutela da legislação: o desafio da afirmação étnica e cultural**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

BANIWA, Gersem Luciano. **Educação escolar indígena: escola indígena com os povos, não para os povos**. Manaus: UFAM, 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004/d5051.htm Acesso em: 5 dez. 2025.

CALOMEZORÉ, Yuri Corezomaé; BOROPONEPÁ FILHO, Leocílio. Danças tradicionais do povo Balatiponé praticadas na Escola de Tempo Integral Julia Paré. In: Olimpíada Nacional; Mostra Científica de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas do Estado de Mato Grosso, 2.; 3., 2023, Barra do Bugres. **Anais [...]**. Barra do Bugres: Feira do Conhecimento das Escolas, 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre o respeito e a convivência**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

COREZOMAE, Marcio Monzilar. **Matáre Pitukwá Makewá**: narrativa mítica e (re)significação entre o povo indígena Balatiponé-Umutina. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Escola indígena**: novos horizontes. Brasília, DF: MEC/SEF, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUPODONEPÁ, Eneida. **A interculturalidade presente nos conhecimentos tradicionais e científicos da pesca com o timbó do povo Balatiponé-Umutina**. Barra do Bugres, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**: etapa Ensino Médio. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2021. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br> Acesso em: 6 dez. 2025.

MATO GROSSO. Escola Estadual Indígena Julia Pará. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Indígena Julia Pará**. Barra do Bugres, 2023.

MONZILAR, Edna. **Educação escolar indígena**: a organização pedagógica da Escola Estadual Indígena Julia Pará. Barra do Bugres, 2012.

MONZILAR, Edna. **Memórias e histórias**: patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé-Umutina. Barra do Bugres, 2023.

MONZILAR, Eliane Boroponepá. **Aprender o conhecimento a partir da convivência**: uma etnografia indígena da educação e da escola do povo Balatiponé-

Umutina. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MONZILAR, Osvaldo Corezomaé. **Práticas pedagógicas com a roça tradicional do povo Umutina**. Barra do Bugres, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/3k5C8x7Lk7zYq7Yv7QH8nVq/> Acesso em: 6 dez. 2025.

SCHULTZ, Harald. **Vinte e três índios resistem à civilização**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

SOUZA, Jair Leandro Chaves de; CARODI, Tailini Mendes. Integrar para não entregar: políticas de ocupação territorial em Mato Grosso durante o regime militar. Das Amazônias: **Revista Discente de História da UFAC**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/dasamazonias>. Acesso em: 5 dez. 2025.

SOUZA, Tatiane Cristina; CEBALHO, RAMOS, Girlene Aparecida, Jussara; ALMEIDA, Marely Silva, PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. Vivências de campo e aprendizagem decolonial no território Balatiponé-Umutina: práticas educativas, cultura e identidade em perspectiva intercultural. **Revista ReGeo**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 5, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-141> Acesso em: 6 dez. 2025.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron Zanini. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A imaginação e a arte na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2009.

+CIÊNCIA NA ESCOLA

DE TEMPO
INTEGRAL

J U L A P A R É 





UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CAMPUS UNIV. DEP. EST. "RENÊ BARBOUR"
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL - PPGEII



AUTOR: LEOCÍLIO BOROPONEPÁ FILHO
COAUTORES: ALEXANDRE CALOMEZORÉ UAPODONEPÁ
FLÁVIO AMAJUNEPÁ UAPODONEPÁ
INAMÃ MOISÉS ENEMARÉ RUCOBO
ITAWAN KAWARY COREZOMÁÉ AMAJUNEPÁ
KAYRO ENEMARÉ AMAJUNEPÁ DE OLIVEIRA
MAYRA LUANA ALVES CALOMEZORÉ
MILLENY HUARE AMAJUNEPÁ
RAYANE MONZILAR
SAMUEL BOROPONEPÁ CALOMEZORÉ TEODORO
WEVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

PRODUTO EDUCACIONAL
NOSSOS SABERES, NOSSAS PALAVRAS:
COLETÂNEA DE ARTIGOS VIVÊNCIA BALATIPONÉ

Barra do Bugres, MT

Maio, 2026

AUTOR: LEOCÍLIO BOROPONEPÁ FILHO
COAUTORES: ALEXANDRE CALOMEZORÉ UAPODONEPÁ
FLÁVIO AMAJUNEPÁ UAPODONEPÁ
INAMÃ MOISÉS ENEMARÉ RUCOBO
ITAWAN KAWARY COREZOMÁÉ AMAJUNEPÁ
KAYRO ENEMARÉ AMAJUNEPÁ DE OLIVEIRA
MAYRA LUANA ALVES CALOMEZORÉ
MILLENY HUARE AMAJUNEPÁ
RAYANE MONZILAR
SAMUEL BOROPONEPÁ CALOMEZORÉ TEODORO
WEVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

PRODUTO EDUCACIONAL
NOSSOS SABERES, NOSSAS PALAVRAS: COLETÂNEA DE ARTIGOS
VIVÊNCIA BALATIPONÉ

Produto Educacional apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Educação Intercultural Indígena para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira.

Barra do Bugres, MT
Maio, 2026

LEOCÍLIO BOROPONEPÁ FILHO

**PRODUTO EDUCACIONAL: NOSSOS SABERES, NOSSAS PALAVRAS:
COLETÂNEA DE ARTIGOS VIVÊNCIA BALATIPONÉ**

Folha de aprovação do Mestrado em Ensino Intercultural Indígena

19 de dezembro de 2026

Banca examinadora

Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso

Professor Doutor Carlos Wagner Costa Araújo
Banca Externa
MCTI

Professor Doutor Neodir Travesini
Banca Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Tangará da Serra)

Barra do Bugres, MT

2026

SUMÁRIO

Projeto “Mais Ciência na Escola Indígena Julia Pará 2025”: Integração dos Saberes Tradicionais e Científicos na Formação dos Jovens Balatiponé	7
Artigos produzidos.....	12
(1) Sabores da natureza: o doce do mamão, práticas do Projeto Mais Ciência na Escola de Tempo Integral Julia Pará	12
Alexandre Calomezoré Uapodonépá	12
Leocílio Boroponepá Filho	12
(2) 1ª Assembleia dos Povos Indígenas, Cerrado/ Pantanal	18
Mayra Luana Alves Calomezoré	18
Leocílio Boroponepá Filho	18
(3) Esteira Pupuná (<i>Mixino Pupuná</i>) Balatiponé	23
Rayane Monzilar	23
Leocílio Boroponepá Filho	23
(4) Grafismo do homem Balatiponé.....	27
Inamã Moisés Enemará Rucobo.....	27
Leocílio Boroponepá Filho	27
(5) Pintura em tela: Temática Aves do Território Umutina	31
Itawan Kawary Corezomaé Amajunepá	31
Leocílio Boroponepá Filho	31
(6) O TIMBÓ NO TERRITÓRIO Umutina POVO BALATIPONÉ	35
Kayro Enemará Amajunepá de Oliveira	35
Leocílio Boroponepá Filho	35
(7) PROJETO MAIS CIÊNCIA NA ESCOLA E O ENSINO EM ROBÓTICA NA ESCOLA INDÍGENA DE TEMPO INTEGRAL JULIA PARÉ	39
Weverton Ferreira de Oliveira	39
Leocílio Boroponepá Filho	39
(8) EXPERIÊNCIA E PRÁTICA NO AVIÁRIO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULIA PARÉ	43
Samuel Boroponepá Calomezoré Teodoro	43

Leocílio Boroponepá Filho	43
(9) HISTÓRIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO TERRITÓRIO UMUTINA.....	46
Flávio Amajunepá Uapodonepá.....	46
Leocílio Boroponepá Filho	46
(10) <i>PROJETO VIVEIRO</i> , NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ	53
Milleny Huare Amajunepá	53
Leocílio Boroponepá Filho	53
REFERÊNCIAS	57

PROJETO “MAIS CIÊNCIA NA ESCOLA INDÍGENA JULA PARÉ 2025”: INTEGRAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS E CIENTÍFICOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS BALATIPONÉ

A Escola de Tempo Integral Indígena Julia Pará é reconhecida por ser a primeira escola indígena do Estado de Mato Grosso a funcionar em regime de tempo integral, constituindo-se como um espaço de aprendizagem intercultural e de valorização dos saberes tradicionais do povo Balatiponé. Toda a equipe pedagógica é composta por professores indígenas comprometidos com uma educação diferenciada, que articula o conhecimento tradicional e o conhecimento científico contemporâneo.

Nesse sentido, destaca-se que, conforme orienta o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), a educação escolar indígena deve respeitar e valorizar os modos próprios de aprender e ensinar de cada povo, promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e fortalecendo as identidades culturais no contexto escolar,

a escola indígena deve ser um espaço que valorize e fortaleça os conhecimentos tradicionais, articulando-os aos novos conhecimentos necessários para a vida em sociedade, garantindo aos povos indígenas o direito de manter sua identidade e projetar seu futuro de forma autônoma. (Brasil, 1998, p. 23).

A escola foi contemplada, no ano de 2025, com o Projeto “Mais Ciência na Escola”, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A participação nessa iniciativa representa um marco significativo para a comunidade escolar, pois amplia as possibilidades de acesso à iniciação científica, ao desenvolvimento de pesquisas e à produção de conhecimentos próprios, articulando saberes locais com a ciência acadêmica.

O projeto foi aprovado no âmbito da Chamada Pública nº 13/2024 - Programa Mais Ciência na Escola, do CNPq, e conta com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital - Conecta & Capacita Brasil, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) (Pereira; Araújo; Viana, 2025, p. 3).

Essa estrutura de apoio fortalece a perspectiva de democratização do acesso à ciência e contribui para a valorização de práticas investigativas no ambiente escolar. As ações do projeto são desenvolvidas com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e com uma aluna do 2º ano do Ensino Médio, selecionada por seu destaque na produção de artigos científicos durante a 3ª Olimpíada Nacional Científica

de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas (2024). No total, dez estudantes participam como bolsistas do CNPq, recebendo uma bolsa mensal no valor de R\$ 200,00. As atividades são realizadas às segundas e terças-feiras no período vespertino e às quintas-feiras no período matutino.

O processo de implantação do projeto contou com a orientação da Professora Doutora Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira, coordenadora geral, e com a participação do professor Leocílio Boroponepá Filho, bolsista e coordenador local. Entre as ações iniciais, destacam-se a criação de e-mails institucionais, a atualização dos currículos na plataforma Lattes e abertura de contas bancárias dos estudantes no Banco do Brasil. Mesmo diante das demandas administrativas, o grupo tem avançado com êxito na organização e no desenvolvimento das atividades, fortalecendo o protagonismo estudantil e consolidando uma cultura de investigação científica no contexto escolar.

Este Produto Educacional surge, portanto, como resultado das experiências, práticas e aprendizados construídos ao longo da execução do projeto, buscando sistematizar estratégias, metodologias e reflexões que possam subsidiar outras escolas interessadas em promover a ciência como prática cotidiana e formativa.

Figura 1: Presença da Coordenadora do projeto Mais Ciência na Escola, Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira no Território Umutina



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

O projeto está estruturado em diferentes eixos formativos, que envolvem tanto a pesquisa cultural quanto a educação científica e tecnológica. No eixo das práticas culturais, os estudantes estão desenvolvendo artigos científicos com temáticas voltadas aos saberes e práticas tradicionais do povo Balatiponé, como a alimentação tradicional, os rituais e as formas de manejo ambiental.

Cada bolsista escolheu um tema de pesquisa com a orientação do professor. Entre os temas trabalhados estão estudos sobre a construção da escola no Território Umutina e outras práticas culturais da comunidade. Nesse processo, contamos sempre com o apoio dos anciãos, professores e membros da comunidade, reconhecidos como detentores de conhecimentos ancestrais.

Essa metodologia de pesquisa participativa valoriza o diálogo entre gerações e reforça a centralidade dos saberes indígenas na produção do conhecimento escolar.

No eixo tecnológico, as atividades incluem oficinas de robótica educacional, com o objetivo de estimular a criatividade, o raciocínio lógico e a resolução de problemas. Paralelamente, a escola está implantando uma sala Maker, equipada com notebooks, televisores, mesas, cadeiras e ferramentas específicas, que ainda estão sendo recebidas gradualmente.

Nesse espaço, os alunos também participam de aulas de informática básica, onde aprendem a produzir apresentações em slides, elaborar textos acadêmicos e atualizar seus próprios currículos na plataforma Lattes, fortalecendo a autonomia digital e ampliando sua inserção no meio científico.

Figura 2: Ferramentas para a Sala Maker



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

As atividades do projeto culminam em apresentações públicas para toda a comunidade escolar e para outras escolas da cidade, realizadas em feiras, eventos e exposições interculturais. Como produto final, está prevista a organização de uma coletânea de artigos elaborados pelos alunos, que integrará o acervo pedagógico da escola e também será incorporada ao projeto de dissertação de mestrado, ampliando a visibilidade das práticas de pesquisa indígena no contexto da educação científica.

O Projeto Mais Ciência na Escola Indígena Jula Pará constitui uma proposta educativa inovadora e intercultural, pautada na integração entre os saberes tradicionais indígenas e o conhecimento científico ocidental. Seu principal objetivo é despertar o interesse dos estudantes pela investigação científica, a partir da observação, da pesquisa e da compreensão dos fenômenos naturais presentes no território na aldeia, como o funcionamento dos ecossistemas, o ciclo da água, o solo, as plantas medicinais e a biodiversidade local.

Ao mesmo tempo, o projeto promove o reconhecimento do conhecimento ancestral, transmitido pelos anciãos sobre o uso das plantas, o significado das práticas culturais para nosso povo e a relação espiritual e ecológica com a natureza. Essa integração de saberes constitui o cerne da educação intercultural indígena, que, conforme destaca Krenak (2019), compreende que não existe separação entre natureza e ser humano, pois tudo está interligado por uma rede de significados que envolve a terra, os espíritos e os ancestrais. Todas as atividades desenvolvidas são também divulgadas nas mídias sociais, ampliando a visibilidade das ações realizadas pela escola.

Entre as principais ações do projeto, destacam-se:

- Aulas práticas ao ar livre e atividades de pintura em tela;
- Criação de aviário e viveiro escolar;
- Estudos e pesquisas com os anciãos, divulgações nas mídias sociais.
- Práticas de ensino em robótica e práticas tradicionais Balatiponé;
- Registros escritos e audiovisuais das descobertas realizadas pelos alunos;
- Participação em feiras e exposições científicas escolares e interculturais.

O Projeto Mais Ciência na Escola Indígena de Tempo Integral Jula Pará contribui de forma significativa para a formação integral dos estudantes indígenas, unindo o conhecimento científico à valorização cultural, ao cuidado ambiental e à preservação da identidade do povo Balatiponé. A proposta fortalece a autonomia

intelectual e cultural dos alunos, incentivando-os a atuarem como jovens pesquisadores e defensores de seu território.

Por fim, o projeto reafirma o papel da escola indígena como espaço de encontro entre diferentes mundos de saberes, onde a ciência e a cultura caminham juntas na construção de uma educação indígena diferenciada, crítica e transformadora.

Quadro 01: Estudantes participantes do Projeto Mais Ciência 2025/2026

ALUNOS	IDADE	TURMA
1.Alexandre Calomezoré Uapodonepá	15 anos	9º Ano
2.Mayra Luana Alves Calomezoré	15 anos	9º Ano
3.Itawan Kawary Corezomaé Amajunepá	15 anos	9º Ano
4.Kayro Enemará Amajunepá de Oliveira	14 anos	9º Ano
5.Flávio Amajunepá Uapodonepá	14 anos	9º Ano
6.Rayane Monzilar	15 anos	9º Ano
7.Samuel Boroponepá Calomezoré Teodoro	14 anos	9º Ano
8.Inamá Moisés Enemará Rucobo	14 anos	9º Ano
9.Wevertton Ferreira de Oliveira	15 anos	9º Ano
10.Milleny Huare Amajunepá	17 anos	2º ano

Organização: o autor (2025).

ARTIGOS PRODUZIDOS

(1) SABORES DA NATUREZA: O DOCE DO MAMÃO, PRÁTICAS DO PROJETO MAIS CIÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ

Alexandre Calomezoré Uapodonepá
Leocílio Boroponepá Filho

Este artigo apresenta o processo de preparo do doce de mamão, idealizado pelo professor Leocílio Boroponepá Filho, com o intuito de dar início aos trabalhos a serem desenvolvidos durante o Projeto Mais Ciência na Escola. Essa atividade foi desenvolvida de forma coletiva por nós, alunos da turma do 9º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2025. Essas atividades das aulas práticas geralmente são desenvolvidas durante a semana cultural ou em algum componente curricular ao longo do período de aulas na Escola de Tempo Integral Julia Pará.

A escola onde estudo é um dos principais pontos de referência do território Balatiponé. Atende tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio e funciona no modelo de tempo Integral. No ano de 2025, a escola conta com 75 estudantes matriculados. Nossa instituição está localizada na Aldeia Central Umutina, que fica próxima ao município de Barra do Bugres, no estado de Mato Grosso (MT).

Figura 1: Aldeia Central Umutina e Escola E. I Julia Pará.



Fonte: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A Escola está localizada em um ponto estratégico da aldeia Umutina e possui histórico de organização e compromisso com os processos de ensino e aprendizagem escolar. Além disso, mantém um bom relacionamento com a comunidade em geral, contando com a participação dos pais e de toda comunidade do Território Indígena Umutina. A Escola Jula Pará é considerada uma referência cultural, social, política e econômica entre o povo Balatiponé (PPP-Escola, 2023, p. 3).

Figura 2: Onde o saber floresce



Fonte: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Tivemos interesse em desenvolver essa atividade por causa da alimentação saudável e também por observar que o mamão é um fruto abundante em nosso território e em diversas regiões do Brasil. Aproveitá-lo para a produção de doces representa não apenas uma prática alimentar, mas também um gesto de respeito à natureza e à sabedoria dos mais velhos.

O professor Leocílio Boroponepá Filho escolheu nossa turma e também definiu a temática porque ele já nos orienta no projeto de que estamos participando, Mais Ciência na Escola, do qual somos bolsistas neste ano de 2025. Inicialmente, ele explicou que desenvolveríamos uma prática voltada para o preparo do doce de mamão, envolvendo conteúdos de várias áreas do conhecimento, como Ciências, Artes, História, Tecnologia e Cultura.

O doce de mamão é muito apreciado e versátil para diversas ocasiões. Além disso, possui vários benefícios e características, como textura cremosa e suave, sabor doce e levemente ácido, aroma agradável e fácil de preparar e armazenar. Assim como outras sobremesas, o doce de mamão pode ser servido de diferentes maneiras, como sobremesa simples ou como acompanhamento em tortas e bolos.

Essa prática também faz parte da cultura alimentar dos nossos antepassados e dos nossos avós, sendo transmitida pela nossa família e também ensinada na escola como prática cultural. O mamão é uma fruta que o povo Balatiponé costuma cultivar no quintal de suas casas ou nas suas roças tradicionais. Valorizamos e fortalecemos os saberes tradicionais do povo Balatiponé, como também aprendemos na prática o aproveitamento sustentável dos alimentos do nosso território com a participação coletiva dos estudantes em atividades culturais e educativas.

A atividade foi organizada em etapas e desenvolvida ao longo de três dias. Inicialmente, foi realizada uma reunião com todos os professores da escola para que cada um escolhesse uma temática a ser trabalhada durante a semana cultural. Também foram definidas as turmas dos Ensinos Fundamental e Médio, que participariam das atividades com orientação de um professor.

Esse trabalho teve como metodologia a prática desenvolvida durante a semana cultural, realizada por nós, alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e participantes do projeto Mais Ciência na Escola. Primeiramente, convidamos a anciã Leontina Zaquimaé, moradora da aldeia Central Umutina, que já possui um histórico de contribuição em pesquisas e práticas de ensino na comunidade. Ela nos auxiliou na escolha dos ingredientes e no processo de preparação do doce do mamão.

Figura 03: Caminhada até a mata para buscar as lenhas



Fonte: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Seguindo as etapas da atividade, fomos até a roça do senhor Miro, localizada aproximadamente a três quilômetros da escola, para buscar as lenhas. A turma do 1º ano também nos acompanhou, pois também iria fazer uma atividade que precisava de bastante lenha. Levamos três carrinhos de mão para transportar as lenhas cortadas e o restante foi trazido no ombro até a Pastoral, local onde seria realizado o preparo do doce.

Em seguida, observamos que havia vários pés de mamão carregados de frutos ainda verdes no quintal da Dona Maria Neizita. Fomos até sua casa pedir permissão para que pudéssemos coletar alguns frutos e ela, na maior simplicidade, nos disse que poderíamos coletar o quanto precisássemos, treze mamões.

Logo depois fomos até a pia para lavar os mamões e retirar um pouco do leite que estava saindo da fruta. Todos nós estávamos muito animados. Foi um momento gratificante, pois pude observar a participação ativa e a vontade de aprender de todos os meus colegas durante todo o processo. Após essa etapa, deixamos os frutos sobre a mesa para continuar no outro dia.

Figura 4: Processo do preparo do doce de mamão



Fonte: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

No dia seguinte, todos nós nos reunimos novamente e fomos até o Rio Dezoito para lavar mais uma vez os frutos. Aproveitamos e levamos as facas para descascar os mamões, cortá-los e retirar as sementes. Depois desse processo, voltamos para a escola para ralar os mamões, já com a presença da anciã Leontina, que reforçou quais seriam os ingredientes que iríamos utilizar:

Quadro 1: Ingredientes e materiais utilizados

INGREDIENTES	
Mamão verde ralado	Panela grande
Açúcar cristal	Colher
Cravo-da-índia	Peneira ou escorredor
Canela	Recipientes para armazenar o doce
Água	Copos descartáveis

Organização: o autor (2025).

Modo de preparo

Os mamões verdes foram colhidos em nossa própria comunidade e lavados com cuidado. Em seguida, foram ralados em tiras finas, que foram deixadas de molho em água com um pouco de sal por algumas horas para eliminar o sabor amargo.

Após esse processo, o mamão foi escorrido e colocado em uma panela com açúcar, cravo e canela, sendo cozido lentamente em fogo baixo. Durante o cozimento, nós nos revezamos na tarefa de mexer o doce, observando a mudança na cor, no cheiro e na textura. Quando o doce atingiu uma consistência firme e brilhante, foi retirado do fogo e deixado para esfriar em um espaço na cozinha da escola.

Figura 03: Apresentação do nosso trabalho para os Professores, funcionários e Estudantes da E.I. Jula Pará



Fonte: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Por fim, no terceiro e último dia, no período da manhã, fomos até a cozinha para trocar o doce para outra vasilha para podermos apresentar para toda a comunidade escolar. Com toda a atividade pronta, as apresentações iniciaram às 9h30min no período da manhã. O doce foi armazenado em tigelas de plástico e servido para a comunidade escolar em copos descartáveis.

Essa atividade nos proporcionou uma vivência significativa, principalmente para nós, jovens Balatiponé, pois teremos a responsabilidade de repassar esses conhecimentos e experiências para outros jovens para que essa prática seja mantida viva.

O preparo do doce de mamão na Escola Jula Pará foi mais do que uma simples atividade culinária, foi um momento de troca de saberes, de fortalecimento cultural e de aprendizagem interdisciplinar. Iniciativas como essa demonstram a importância da Escola Indígena Jula Pará em unir o conhecimento tradicional com o conhecimento escolar, formando jovens conscientes de sua história, cultura e papel na preservação do meio ambiente e das práticas alimentares ancestrais.

Gostaria de agradecer a todos os envolvidos no projeto Mais Ciência na Escola, em nome da coordenadora Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira e do professor Leocílio Boroponepá Filho, pelo comprometimento, dedicação e profissionalismo. Foi com essa atividade prática do doce de mamão que iniciamos nossas ações neste projeto. Alcançamos os resultados esperados e superamos os desafios com eficiência e colaboração entre os participantes. Esse trabalho foi realizado de forma coletiva, e espírito de equipe. Seguimos confiantes de que esse projeto é apenas o início de muitas conquistas que ainda virão para nossa escola e para o povo Balatiponé.

(2) 1ª ASSEMBLEIA DOS POVOS INDÍGENAS, CERRADO/ PANTANAL

Mayra Luana Alves Calomezoré
Leocílio Boroponepá Filho

Eu sou Mayra Luana Alves Calomezoré, tenho 14 anos, sou moradora da Aldeia Central Umutina, que fica próxima ao Município de Barra do Bugres, no Estado de Mato Grosso (MT). Estudo na Escola Estadual Indígena Jula Pará, que é a primeira Escola Indígena do Estado de Mato Grosso a funcionar no modelo de tempo integral.

Neste ano de 2025, estou estudando na turma do 9º ano do Ensino Fundamental. Fomos contemplados com o Projeto Mais Ciência na Escola e ficamos muito contentes e felizes em estar participando desse projeto inovador como bolsistas. Isso me faz refletir que a nossa escola segue sendo referência na área da educação.

Escolhi essa temática porque sou uma jovem que gosta e valoriza muito a minha cultura, e sempre participo das atividades culturais com muito orgulho e respeito. A 1ª Assembleia dos Povos Indígenas do Cerrado-Pantanal aconteceu na aldeia onde moro, no território do meu povo Balatiponé. Esse evento, assim como vários outros, contribuiu para fortalecer e apresentar a nossa cultura, nossa vivência e também mostrar para outras etnias que somos um povo organizado e unido.

Figura 01: Jovens indígenas da região Cerrado/ Pantanal.



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Dessa assembleia, participaram jovens de outras etnias: Haliti-Pareci, Nambikwara, Kura-Bakairi, Boe-Bororo, Terena, Guajajara, Iranxe-Manoki, Enawene, Xavante, Chiquitano, Munduruku e Guató.

Quando esses eventos acontecem na aldeia, especialmente na Escola Estadual de Tempo Integral Jula Paré, todos nós nos organizamos para participar ativamente, pois esse momento também é considerado como aula. Nossos professores acompanham e observam nossa participação.

Além disso, a nossa escola é utilizada para receber os visitantes que participam do evento, servindo como espaço de acolhimento para que eles possam dormir e se acomodar durante os dias de encontro.

Nesse encontro de etnias foram debatidos vários temas com diferentes palestrantes, sendo a maioria indígena, porém, não indígenas também participaram. Foi um momento de aprendizagem e de novas experiências positivas para mim como jovem indígena e estudante.

Tivemos a oportunidade de ocupar nossos espaços em várias esferas, como na política, na saúde e nos movimentos sociais. Também pudemos participar das discussões das pautas que foram abordadas e ~~também~~ falar sobre nossas reivindicações. Esse momento foi muito importante, pois a voz dos jovens indígenas, não só de Mato Grosso, mas de outras regiões e países foram ouvidas, realidades diferentes, que não conhecíamos. Conseguimos ser protagonistas e conhecer jovens lideranças de outros povos.

A assembleia ocorreu entre os dias 11 e 15 de setembro de 2024. Esse evento reuniu, pela primeira vez, cerca de 140 jovens indígenas do estado de Mato Grosso. Uma das pautas principais foi a criação da Associação da Juventude Indígena de Mato Grosso (AJIMT).

Essa organização foi idealizada para fortalecer a representatividade jovem na questão social e política, para que estejamos fortalecidos em todos os movimentos indígenas, nos níveis municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Além disso, e principalmente, buscar alternativas de políticas públicas para os jovens, formação de lideranças fortes e experientes e diversos tipos de promoção de espaço de diálogo com visibilidade para a juventude indígena de uma forma que seja inclusiva para todos.

Como de costume, nós, Balatiponé, fizemos uma belíssima abertura, com destaque para nossas danças tradicionais, artesanatos e beleza sempre

representando nosso povo com muito orgulho. Apesar dos impactos da colonização e das tentativas de apagamento cultural ao longo da história, resistimos e hoje estamos aqui fortalecidos e praticando, valorizando a nossa cultura em nosso território.

Figura 02: Abertura do povo Balatiponé, 1ª Assembleia dos Povos Indígenas, Território Umutina, Aldeia Central.

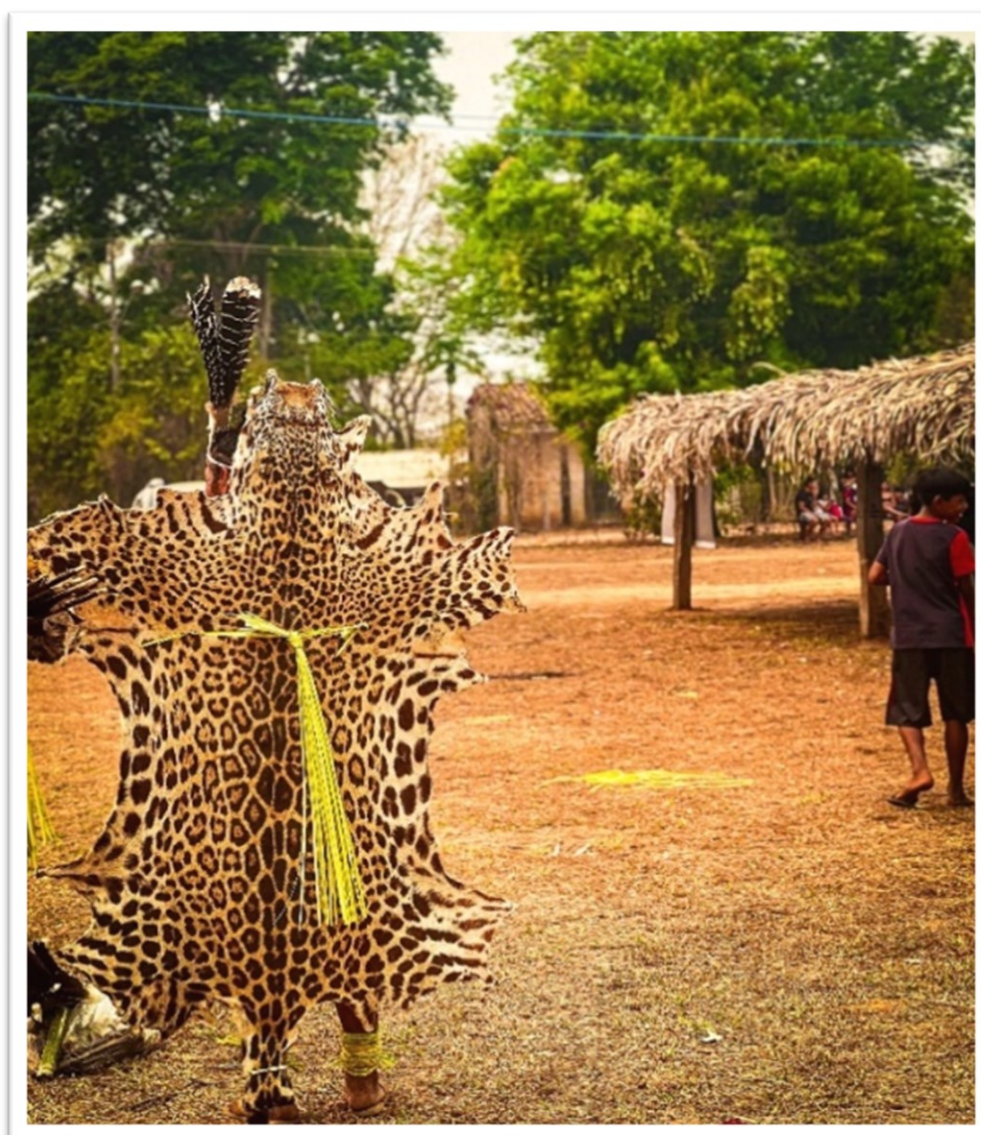


Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Durante os dias do evento, seguindo a programação e os horários estabelecidos, foram acontecendo as palestras. No período da tarde do dia 12, foi realizada a palestra com o tema Educação Superior e Ensino Diferenciado, com a ilustre presença da Professora Dra. Francisca Pareci, vice-presidente do Conselho Indígena de Mato Grosso e também com a presença do nosso querido e inteligentíssimo Professor Marcio Monzilar, doutorando em Estudos Literários.

Logo depois, a mesa contou com a participação de jovens indígenas que estudam no Ensino Médio e Superior, que tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas sobre o tema proposto e expor suas visões de futuro e formação dentro da educação específica e diferenciada. O que eu mais gostei foi ver e ouvir pessoas indígenas palestrando a partir de suas próprias formações, que nos inspiram. Pude ver vários jovens indígenas falando em público e sendo reconhecidos como autoridades em suas áreas.

Figura 03: Um jovem Balatiponé



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Conheci a realidade de cada etnia, os jovens compartilharam a realidade de seu povo: uma experiência única. Foi um momento de inspiração ver outros jovens

com conhecimentos e experiências, e que saem de suas comunidades para representar seu povo e para contar histórias.

Enquanto ocorria a assembleia, também teve venda de artesanatos das etnias presentes. Além disso, houve momentos de apresentações culturais que deixaram o evento mais bonito e legal de participar: o desfile ancestral, que ocorreu no período da noite, do qual eu participei e desfilei, representando meu povo Balatiponé. Foi um momento único que ficará na minha memória, inclusive porque fiz novas amizades com outros jovens indígenas. Complemento dizendo que, para o território Balatiponé e para outras aldeias, foi um encontro positivo por sermos mais conhecidos por outros povos e gerarmos renda para as famílias Balatiponé.

Assim, concluo esta narrativa, expressando minha profunda gratidão à coordenadora do projeto Mais Ciência na Escola, professora Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira e ao professor Leocílio Boroponepá Filho pelo apoio e pela confiança depositada desde o início de nossas atividades no projeto em nossa escola e com a nossa turma Deixo aqui o meu sincero reconhecimento.

(3) ESTEIRA PUPURÍNA (*MIXINO PUPURÍNA*) BALATIPONÉ

*Rayane Monzilar
Leocílio Boroponepá Filho*

Para iniciar essa temática vou relatar o histórico do meu povo. Sou estudante da Escola de Tempo Integral Julia Pará e, em vários componentes curriculares, nossos professores nos contam histórias e também convidam os anciões e as anciãs para estarem presentes no espaço escolar, para falar sobre a nossa ancestralidade. Por sermos jovens, temos que saber nossa história e, principalmente, a nossa cultura.

Em um fragmento da nossa história, a partir do século XX, meu povo sofreu vários tipos de violências provocadas pelos colonizadores. Os não indígenas nos trouxeram morte, doenças, proibições e escravidão, foram muitas as pressões coloniais que quase houve a eliminação do nosso povo.

Porque lutaram bravamente para defender seu território, seu lar, o povo Balatiponé foi considerado um povo violento e agressivo. Diante do sofrimento e das perdas, hoje estamos mais fortalecidos, vivenciando no dia a dia com nossa família, dentro de um território demarcado e que foi protegido pelos nossos guerreiros e guerreiras daquela geração. Valorizamos muito tudo que temos: as conquistas de lutas e de união.

Figura 01: Imagem aérea do Território Umutina



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Essa temática da pupurina me faz refletir em relação a toda a nossa história nos primórdios, no início da nossa vida na Terra Para o meu povo, esse adorno possui

um significado muito profundo, pois, segundo os conhecimentos ancestrais, foi instrumento capaz de ressuscitar. Usada para envolver e sepultar os mortos, ela simboliza ponte entre mundos: dos vivos e dos nossos ancestrais, tem um valor extremo e de muito impacto para nós. É confeccionado com a palha do buriti seca, trançada com material natural com talo do buriti e a estrutura básica envolve combinação entrelaçados criando uma superfície fixa e plana.

Essas esteiras são utilizadas para várias coisas, como cama, guardador de comidas, secador de farinha, espremedor de massa de mandioca, para colocar bebidas tradicionais, transportar beiju e peixe e principalmente para dormir.

Como explica Osvaldo Corezomaé Monzilar (2023, p. 57),

Quando não existia ainda cobertor nem caixão de madeira, os Umutina, quando alguém vinha a falecer, eles iam na mata buscar os melhores brotos para fazer o trançado da esteira para cobrir, enrolar e cobrir seus entes queridos, antes de ser enterrado. Feito isso enterravam o corpo dentro da oca e ficavam em luto de três dias a uma semana.

No processo de construção do conhecimento dentro da aldeia, especialmente entre os povos indígenas, o conhecimento transmitido pelas gerações mais velhas desempenha um papel essencial na preservação da cultura e no respeito à natureza.

Um exemplo claro disso pode ser observado no modo como as crianças e jovens aprendem sobre a importância da palmeira babaçu. Desde cedo, eles são orientados a entender que as áreas onde existem essas palmeiras não devem ser destinadas à abertura de roças. Isso não se trata apenas de uma regra imposta, mas de um ensinamento profundo que envolve respeito, espiritualidade e sustentabilidade.

O babaçu é visto não apenas como uma planta qualquer, mas como um ser vivo com múltiplas funções dentro da vida comunitária. Suas folhas, por exemplo, são amplamente utilizadas na cobertura das casas, oferecendo proteção contra sol e chuva. Mas não é só isso. O broto da palmeira, conhecido como "babaçu", tem um valor ainda mais especial. A partir dele, são confeccionados diversos utensílios que fazem parte do cotidiano e da cultura do povo Balatiponé, como cestos, recipientes e, principalmente, esteiras.

A esteira feita do broto do babaçu carrega um simbolismo sagrado para nós. Ela não é apenas um objeto funcional, mas representa a ligação entre os vivos e os ancestrais. É usada em rituais de nascimento, de cura e também em momentos de despedida, como nos funerais, quando os corpos são envolvidos e cobertos por ela antes do sepultamento. Por isso, desmatar uma área onde há palmeiras babaçu para

fazer uma roça é visto como um desrespeito não apenas à natureza, mas à própria espiritualidade e à memória ancestral do nosso povo.

Dessa forma, o ensinamento de que não se deve fazer roça onde cresce o babaçu é passado com firmeza, mas também com muito cuidado e sabedoria. Trata-se de uma lição que vai além da prática agrícola: é uma forma de ensinar sobre equilíbrio, respeito à vida, aos ciclos naturais e à importância de manter viva a cultura de um povo que há séculos vive em harmonia com seu território.

A esteira é um dos artesanatos mais bonitos e simbólicos do nosso povo Balatiponé. À primeira vista, pode parecer algo simples, feito apenas com palhas trançadas, mas quem já participou de sua confecção sabe que, por trás de sua beleza e simplicidade aparente, existe um processo demorado, trabalhoso e cheio de significados.

Figura 2: Esteira Pupurina



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Eu e minha turma já fizemos esteira três vezes, e em todas as ocasiões, enfrentamos bastante dificuldade, especialmente na hora de fazer os trançados. Não

é apenas um trabalho manual, mas também um exercício de paciência, cooperação e respeito aos ensinamentos dos mais velhos, dos professores e pessoas da aldeia que são detentoras desse conhecimento.

A escola, então, pode ser o espaço para abrir possibilidades para os conhecedores das práticas da tradição cultural repassarem seus conhecimentos para os mais jovens. Portanto, sempre iremos valorizar as pessoas que dominam os conhecimentos tradicionais, porque elas são os sábios e experientes que já viveram muito tempo e conheceram na prática, a realidade e, logo, a ancestralidade de seu povo (Ipaqueri, 2023, p. 63).

Fazer uma esteira do modo tradicional, como nos ensinaram nossos avós e lideranças, começa muito antes do trançado. Primeiramente, precisamos ir até a mata em busca da palmeira correta. Encontrar o broto não é tarefa fácil. Às vezes ele está na época certa de ser colhido, mas em outras não. Já aconteceu de irmos várias vezes até achar o ponto certo da planta. Isso nos ensina que a natureza tem seu tempo e que precisamos respeitar seus ciclos.

Depois de encontrar as palmeiras adequadas, vem a parte do corte e transporte até o local onde vamos trabalhar. Geralmente esse trabalho é feito no espaço escolar. Essa fase também exige cuidado, pois o broto é sensível e não pode ser danificado,

Quando chegamos com o material, começa a preparação: limpamos os brotos, abrimos as fibras e deixamos tudo pronto para ser trançado. Nessa etapa, cada pessoa da turma tem uma função, alguns seguram as fibras, outros começam os primeiros cruzamentos e assim vai se formando a estrutura.

O trançado da esteira é, sem dúvida, a parte mais difícil e demorada. É preciso seguir um padrão, prestar atenção na força das mãos, no alinhamento e na firmeza de cada passada. Não pode apertar demais nem deixar frouxo, senão a esteira não fica resistente.

Lembro que, nas vezes em que realizamos essa atividade, levamos muitas horas, às vezes até dois dias inteiros para concluir uma esteira de tamanho médio. Foi cansativo, mas também muito gratificante.

Cada vez que fazemos uma esteira, sentimos que estamos nos conectando com nossos antepassados e também nos preparando para um dia ensinar os mais novos. É uma experiência que fortalece não só as nossas mãos, mas também nosso espírito, nosso senso de coletividade e o orgulho de sermos Balatiponé.

(4) GRAFISMO DO HOMEM BALATIPONÉ

*Inamã Moisés Enemará Rucobo
Leocílio Boroponepá Filho*

O meu nome é Inamã Moisés Enemará Rucobo, tenho 14 anos de idade e moro na Aldeia Central Umutina. Sou aluno da Escola de Tempo Integral Jula Pará e atualmente estou no 9º ano. Além disso, sou bolsista do Projeto Mais Ciência na Escola, pois a nossa escola foi contemplada para participar e desenvolver atividades inovadoras como também a cultura do nosso povo.

Primeiramente, gostaria de apresentar quem somos nós, os Balatiponé: um povo da região do Cerrado e do Pantanal, pertencente à família linguística Macro-Jê. Atualmente, nos denominamos Balatiponé que, na língua portuguesa, significa *povo novo*. O território onde moramos já é demarcado e é formado por dezesseis aldeias, com uma população estimada em 380 pessoas divididas em 150 famílias.

Resolvi escrever sobre essa temática por apreciar e gostar de pintar o corpo com o nosso grafismo. Utilizamos essas pinturas principalmente para praticar as nossas danças tradicionais, sair para nos apresentar nos eventos e intercâmbios culturais e jogos indígenas. Além disso, as pinturas corporais também servem para fortalecer nosso espírito e destacar a nossa beleza.

Figura 01: Jovem Balatiponé com o corpo pintado com jenipapo



Foto: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Figura 02: Apresentação cultural na Escola de Tempo Integral Julia Pará



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

O grafismo dos homens (Barepô) é uma arte criada pelos nossos ancestrais, considerados sagrados e com vários significados e simbologias para nós. Aprendemos sobre nossos grafismos com nossos anciões e com nossos pais (detentores desse conhecimento) e também na escola, onde os professores valorizam essa prática cultural. Esse conhecimento fortalece nosso espírito e nossa identidade. Na aldeia temos o costume de falar *pintura corporal*, embora o termo *grafismo* seja a forma mais adequada para explicar e narrar essa prática cultural.

Durante nossas aulas, nossos professores e professoras sempre nos contam histórias e também fazemos pesquisas sobre a nossa cultura. Aprendemos que o grafismo sempre fez parte da cultura do meu povo. O grafismo masculino é feito com a tinta do jenipapo, fruto do jenipapeiro, uma árvore que existe em abundância em nosso território. Usamos o fruto principalmente quando está verde, pois, quando está maduro, não é utilizado para essa finalidade. Essa prática é feita na escola, em casa, principalmente quando vamos fazer as nossas apresentações culturais e rituais. Além do jenipapo, também se usa urucum e barro (argila branca) para desenhar no corpo masculino.

Figura 03: Mosaico de fotos do processo de preparo da tinta de jenipapo



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A prática do grafismo também está ligada ao nosso esporte tradicional, que é o arco e a flecha; os guerreiros se pintam antes das disputas para dar mais força e também para fortalecer o corpo e a mente.

Quando jogamos futebol, não é diferente: o grafismo traz mais beleza e chama bastante atenção para os rapazes, principalmente quando a pintura está bem-marcada. Quando a tinta do jenipapo fica muito forte, adquire a cor azul-escuro, que destaca a musculatura corporal.

Nós também participamos dos jogos na região, por isso o nosso professor de Educação Física nos pede para fazer as nossas pinturas corporais para irmos protegidos de coisas ruins.

Figura 04: Arco e flecha (A) e futebol (B) na Aldeia Central Umutina.



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

As nossas pinturas representam animais e peixes que existem no território Umutina. Elas são expressões visuais da nossa ligação com a natureza, com a fauna, com a flora e com a biodiversidade do nosso território. Além disso, os grafismos também estão ligados à nossa cosmologia e à espiritualidade, representando a relação profunda entre o povo Balatiponé e o mundo natural.

Juntamente com nossos adornos tradicionais, instrumentos musicais mostram nossa identidade e expõem a nossa beleza indígena, com os seguintes significados: a pintura que fazemos ao braço refere-se à estrutura do rabo do peixe; da parte da barriga, homenageamos o tamanduá. Já a pintura que cobre grande parte do corpo é conhecida por nós como a pintura da guerra.

A riqueza dos grafismos do meu povo Balatiponé ultrapassa o campo estético. Ela é memória viva, linguagem simbólica e instrumento de resistência cultural. Ao reconhecer e valorizar essas expressões visuais, contribuimos para a preservação de um patrimônio ancestral que segue pulsando em nossas mãos, em nossos corpos e nas histórias que carregamos. Esperamos que o resgate e a continuidade da nossa cultura inspirem o respeito à diversidade cultural e o fortalecimento das identidades de outros povos do Brasil.

(5) PINTURA EM TELA: TEMÁTICA AVES DO TERRITÓRIO Umutina

*Itawan Kawary Corezomaé Amajunepá
Leocílio Boroponepá Filho*

Meu nome é Itawan Kawary Corezomaé Amajunepá, tenho 15 anos de idade e moro na Aldeia Central Umutina. Também sou bolsista do Projeto Mais Ciência na Escola.

Gostei muito da ideia de fazermos as pinturas em tela, pois, desde criança, tenho habilidade de desenhar. Sinto-me bem desenhando, desde criança tenho essa habilidade. Ao mesmo tempo, essa arte nos valoriza como artistas indígenas e também serve para que nós mesmos possamos mostrar nossos conhecimentos tradicionais e a biodiversidade local.

A atividade prática da pintura em tela com a temática aves do território Umutina tem como objetivo promover a expressão artística e cultural de nós, estudantes da escola de Tempo Integral Julia Paré.

Figura 01: Minha arte



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

A pintura em tela, além de estimular a nossa sensibilidade estética e a criatividade, fortalece o vínculo entre nós, estudantes, e o nosso ambiente natural, permitindo que cada obra se torne uma forma de resistência cultural e de valorização da vida em harmonia com a natureza. Todos ficamos bastante concentrados para desenvolver essa atividade em sala de aula. Percebi que essa atividade une arte, educação ambiental e identidade, despertando o nosso olhar atento para a beleza, o respeito e a preservação do nosso território.

No contexto do nosso povo Balatiponé, a representação das aves do território nas pinturas vai além do simples retrato da natureza: revela um profundo conhecimento ambiental, uma forma de pertencimento e um elo espiritual com os seres que habitam o mesmo espaço.

A pintura em tela com o tema *Aves do Território* foi desenvolvida com a nossa turma do 9º ano do Ensino Fundamental, pois estamos participando do projeto Mais Ciência na Escola. O professor Leocílio Boroponepá Filho teve a iniciativa de fazer o planejamento e fazer a compra os materiais necessários para que a nossa turma desenvolvesse esse trabalho [de forma participativa e interdisciplinar, agregando Artes, Ciências e Cultura], de que todos gostamos.

A metodologia foi organizada em etapas. Inicialmente, fizemos uma roda de conversa, sobre as aves que habitam o território Umutina, abordando seus nomes na língua materna, suas cores, cantos, hábitos e importância cultural e ecológica. Essa troca de saberes valoriza o conhecimento tradicional e fortalece o aprendizado coletivo para a nossa turma.

Na sequência, partimos para a pesquisa e a observação. Olhamos com mais cuidado as aves próximas à escola, como também nas proximidades de nossas casas, registrando as características que mais chamaram a nossa atenção. Do mesmo modo, consultamos livros na biblioteca escolar, fotografias e relatos dos mais velhos para ampliar o repertório visual. Fomos convidados a refletir sobre a importância desses seres para o equilíbrio ambiental e para a cultura do nosso povo Balatiponé.

Na nossa pequena sala Maker, o professor apresentou algumas técnicas básicas de pintura em tela, como mistura de cores, sombreamento e composição. Durante essa etapa, exploramos as cores presentes na natureza local e o simbolismo que elas possuem para o nosso povo Balatiponé,

Para a execução da atividade, cada aluno escolheu uma ave para representar em sua tela, aplicando as técnicas aprendidas e expressando sua visão pessoal e

cultural sobre o tema. Todo o processo criativo foi acompanhado pelo professor que nos incentivou em todas as aulas.

Figura 2: Práticas da pintura em tela em sala de aula



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Dessa forma, a pintura em tela se transforma em um meio de expressão cultural. Cada traço, cor e forma pintada é também uma narrativa visual que comunica ao mundo a beleza, a sabedoria e o vínculo espiritual que o nosso povo Balatiponé mantém com as aves e com o território.

Trata-se, portanto, de uma arte que educa, preserva e celebra a vida, reafirmando que o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de memória, de identidade e de continuidade cultural. As aves sempre tiveram um papel simbólico e prático em nossas vidas: são mensageiras, orientadoras e guardiãs dos ciclos da natureza. Suas cores, cantos e comportamentos inspiram histórias, cantos e rituais que atravessam gerações.

Figura 3: Pintura em tela feita pelo Professor Balatiponé, Cleomar Tan Huare.



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Ao final, as obras serão expostas na escola, permitindo que a comunidade escolar e nossas famílias apreciem o resultado da atividade que desenvolvemos. Essa etapa valoriza nosso protagonismo e reforça o sentimento de pertencimento e orgulho de ser Balatiponé.

(6) O TIMBÓ NO TERRITÓRIO UMUTINA POVO BALATIPONÉ

*Kayro Enemará Amajunepá de Oliveira
Leocílio Boroponepá Filho*

Eu sou Kayro Enemará Amajunepá de Oliveira, tenho 14 anos e moro na Aldeia Amoroso, junto com meus pais e meus três irmãos. A aldeia onde moramos é ~~uma~~ aldeia nova, construída pela minha família.

A minha infância foi muito boa e acredito que não apenas a minha, mas também a dos meus amigos. Nós sempre brincávamos muito, principalmente de esconde-esconde, pega-pega, futebol e outras brincadeiras tradicionais de crianças. Foi um tempo de alegria, convivência e aprendizado. Brincar, estudar e viver junto da família e da comunidade me fez entender o valor da nossa cultura e a importância de continuar respeitando e preservando o nosso território.

Figura 01: Aldeia Amoroso, meu lar



Fonte: Sinara Enemare Ipaqueri (2025).

Um dos lugares que mais marcaram a minha infância foi o córrego 18, onde passávamos boa parte dos dias nadando, pescando e nos divertindo, lá, aprendemos

desde cedo a respeitar a natureza, a cuidar da água e dos animais, pois são parte importante da nossa vida e da nossa cultura.

Desde pequeno, gosto muito de esportes, especialmente de vôlei e futebol, sempre que posso, jogo com meus amigos na escola ou na quadra de área na aldeia central umutina, tenho o sonho de um dia me tornar jogador profissional de vôlei, para representar com orgulho o meu povo Balatiponé e mostrar que nós, indígenas, também podemos alcançar grandes conquistas.

Um dos lugares que mais marcaram a minha infância foi o Córrego Dezoito, 48, onde passávamos boa parte dos dias nadando, pescando e nos divertindo. Lá aprendemos, desde cedo, a respeitar a natureza e a cuidar da água e dos animais, pois eles são parte importante da nossa vida e da nossa cultura.

Desde pequeno, gosto muito de esportes, especialmente de vôlei e de futebol. Sempre que posso, jogo com meus amigos na escola ou na quadra da aldeia Central Umutina. Tenho o sonho de um dia me tornar jogador profissional de vôlei, para representar com orgulho o meu povo Balatiponé e mostrar que nós, indígenas, também podemos alcançar grandes conquistas.

Atualmente, estudo na Escola Estadual Indígena de tempo integral Julia Pará, onde aprendemos muitas coisas importantes, trabalhamos com os componentes curriculares de Matemática, Português, Inglês, Geografia, História, Ciências, Projeto de Vida, Educação Física, entre outros. As matérias de que mais gosto são Educação Física e Matemática, porque nelas posso me movimentar, pensar e me desafiar a aprender sempre mais.

Da mesma forma, fiquei contente porque a nossa turma do 9º do Ensino Fundamental (2025) foi escolhida para participar do projeto Mais Ciência na Escola, tornando-nos bolsistas. Durante as nossas aulas, que são em turno integral, participamos deste projeto inovador e já desenvolvemos várias atividades como a prática do doce de mamão, aulas de robótica, preparo do doce de caju, pintura em tela e estamos no processo de produzir artigos científicos.

Esse Projeto sido bastante positivo para mim, tenho participado diretamente das atividades. O tema que eu escolhi foi sobre o *timbó* no território Umutina, do meu Povo Balatiponé, visto que é uma pratica cultural importante para nós, pois representa não apenas uma forma tradicional de obtenção de alimento, mas também um elemento essencial para a manutenção da cultura e dos saberes ancestrais. O uso do

timbó faz parte das práticas de pesca coletiva, que fortalecem o espírito comunitário, o respeito à natureza e a transmissão dos conhecimentos entre as gerações.

O timbó é um cipó encontrado nas matas altas, nas beiras dos córregos e até nas margens das estradas de nossas aldeias. Quando chega o tempo de usá-lo, o grupo formado geralmente pelos professores, alunos e outras pessoas da aldeia se organiza para buscá-lo. Tradicionalmente, o trajeto até o local de coleta era feito a pé, mas hoje muitas vezes é utilizado o trator para transportar os feixes de cipó. Ao chegar ao local, o timbó é cortado em pedaços e amarrado com cordas ou com o próprio cipó, formando feixes que serão usados na pesca.

Figura 2: Guerreiro Balatiponé batendo timbó



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

O processo de bater o timbó é um momento de união e trabalho coletivo. Ao chegar à baía, lago ou córrego, colocamos os feixes na beira da água e começamos a bater com pedaços de madeira até que o líquido leitoso do cipó se espalhe. Essa substância libera um princípio ativo natural que entorpece os peixes, como o sauíru, bagres, pequenos cacharas, entre outros, facilitando a pesca. É feita com cuidado e respeito, apenas em períodos específicos como em épocas de seca, para garantir que o meio ambiente se recupere e que a pesca não prejudique os ecossistemas locais.

Atualmente, essa prática tem se tornado mais difícil devido às mudanças climáticas e à diminuição do volume dos rios e córregos. O desmatamento e a alteração dos cursos d'água também afetam diretamente a disponibilidade do timbó e dos peixes, por isso muitos anciãos alertam para a necessidade de preservar o território e reavivar esses conhecimentos tradicionais, para que nós, jovens, possamos continuar aprendendo e vivendo de acordo com os ensinamentos deixados pelos ancestrais.

Assim, o timbó representa a sabedoria dos antigos Balatiponé e reafirma o compromisso do povo com a preservação da vida, da cultura e do território.

(7) PROJETO MAIS CIÊNCIA NA ESCOLA E O ENSINO EM ROBÓTICA NA ESCOLA INDÍGENA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ

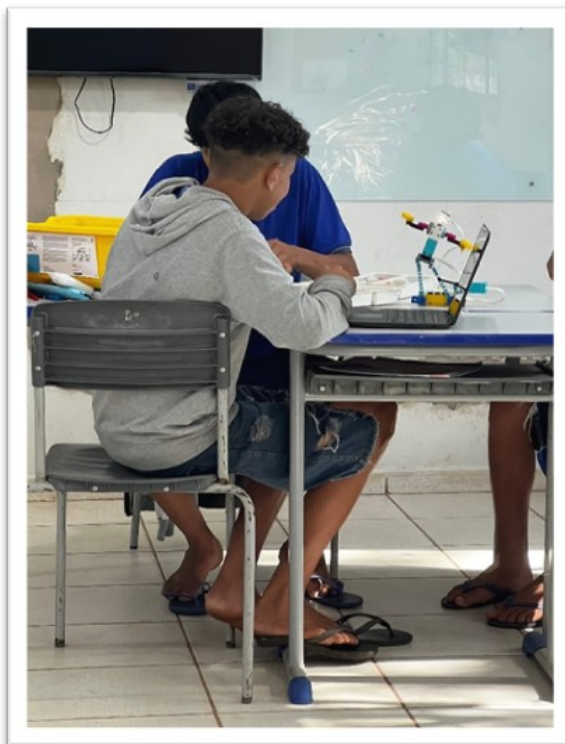
*Weverton Ferreira de Oliveira
Leocílio Boroponepá Filho*

Meu nome é Weverton Ferreira de Oliveira, tenho 15 anos de idade. Nasci na cidade de Barra do Bugres, no estado de Mato Grosso. Moro no território Umutina, na aldeia central, com minha família. Minha mãe se chama Elina, meu padrasto se chama Rane, meu irmão Ykaro e minha irmã Arunny. Meu maior sonho é conquistar uma vida boa para mim e para minha família, principalmente para minha mãe, dando a ela tudo de melhor como uma casa própria e uma vida tranquila.

Quando eu era criança, gostava muito de brincar com as pessoas da minha família, primos e amigos. Minhas brincadeiras favoritas eram esconde-esconde, pega-pega, corrida, futebol, jogar peteca e tomar banho no rio.

A profissão que eu quero seguir é a de programador ou técnico em enfermagem e, para isso, estou estudando bastante e me dedicando muito aos meus estudos. Minhas matérias favoritas são Matemáticas, Ciências e Geografia. Sou aluno da turma do 9º ano do Ensino Fundamental e também sou bolsista do Projeto Mais Ciência na Escola.

Figura 1: Práticas da robótica em sala de aula



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Participo com frequência das aulas e das atividades do projeto. Escolhi escrever este artigo com a temática da robótica porque tenho um pouco de habilidades com a tecnologia, e acredito que isso facilita muito o nosso aprendizado durante as aulas. Na minha opinião isso facilita em nossas aulas.

A robótica é uma área do conhecimento que estuda as tecnologias ligadas à criação e construção de máquinas que podem realizar movimentos e atividades parecidas com as que os seres humanos fazem. Essas máquinas, chamadas de robôs, funcionam com a ajuda de circuitos e programas criados por pessoas.

Figura 2: Materiais que utilizamos



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Em nossa escola, a robótica pode ser compreendida como uma forma de unir o conhecimento tradicional e o conhecimento tecnológico, mostrando que é possível usar a ciência moderna sem perder a sabedoria ancestral. Assim como nossos antepassados construíam instrumentos e ferramentas para facilitar a caça, a pesca e

o cultivo, hoje a robótica também busca criar instrumentos que ajudem o ser humano no seu dia a dia.

Figura 03: Atividades em grupos



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

Seguimos as nossas aulas com o professor Leocílio Boroponepá Filho, que fez todo o planejamento para que possamos executá-lo dentro da sala de aula. Ele nos orienta para que possamos compreender o conceito de robótica e sua relação com o cotidiano e, principalmente, que a nossa turma desenvolva o raciocínio lógico e o trabalho em equipe. Em uma das aulas que tivemos, o que mais gostei foi a montagem de modelos simples de robôs (kits educativos).

Para desenvolver essas atividades utilizamos o tablet, notebook e os chromebooks, quando foi feita a explicação do funcionamento básico de sensores,

motores e comandos. Então, o momento mais aguardado por todos nós foi a atividade prática de *mão na massa*.

A princípio o professor dividiu as turmas em grupos. Como estamos ainda na fase de aprendizado, uma experiência nova para nós. Começamos criando um protótipo de robô com o nosso kit de robótica simples, montando as peças e observando como cada parte funciona.

Assim, nós usamos as aulas de robótica como ferramenta educativa importante. Essas atividades têm ajudado os estudantes a desenvolver o raciocínio lógico, a criatividade e o trabalho em grupo, além de estimular o interesse pela ciência e pela tecnologia.

(8) EXPERIÊNCIA E PRÁTICA NO AVIÁRIO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ

*Samuel Boroponepa Calomezoré Teodoro
Leocílio Boroponepá Filho*

Meu nome é Samuel Boroponepá Calomezoré Teodoro. Moro na Aldeia Bakalana, que é uma aldeia nova construída no território Umutina, localizado próximo ao município de Barra do Bugres (MT). Meus pais se chamam Berenice Boroponepá e João Osmar Calomezoré.

A minha infância foi muito boa e considero que foi uma das melhores fases da minha vida. Acordar cedo para ir para a escola, fazer as tarefas de casa e depois brincar fazia parte do meu dia a dia. Gostava muito de brincar de pega-pega, esconde-esconde, caçar passarinhos, brincar de briga de galo, fazer formas de argila, montar barraca com lençol, tomar banho no rio, correr, subir em árvores, soltar pipa, pescar e jogar bola de gude. Essas eram algumas das brincadeiras que eu e meus amigos e primos costumávamos fazer na infância.

Com o tempo, essas coisas foram mudando, mas essas são algumas das melhores lembranças que guardo da minha infância e que vou levar comigo para sempre. No momento atual, estou estudando na Escola de Tempo Integral Julia Paré, na turma do 9º ano do Ensino Fundamental, e também participando do Projeto Mais Ciência na Escola, como bolsista. Estou gostando muito das atividades que estamos desenvolvendo ao longo do projeto, pois trabalhamos de forma interdisciplinar.

Em nossas aulas práticas, no momento de “mão na massa”, estamos executando o *projeto do aviário* na Escola de Tempo Integral Julia Paré, que tem como principal objetivo promover a educação ambiental e o aprendizado prático de todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Nós, alunos da turma do 9º ano, participamos desde o início do processo de construção. Por meio dessa iniciativa, aprendemos sobre o cuidado com as aves, a importância da preservação da natureza e a valorização dos conhecimentos tradicionais do nosso povo Balatiponé. Para a construção do local utilizamos matérias-primas da mata, como palhas e madeiras. O que eu mais gostei foi o trabalho realizado por todos.

Figura 1: Aldeia Bakalana**Fotos:** Leocílio Boroponepá Filho (2025).

O aviário, para nós, alunos, é também um espaço de convivência e observação. Participamos desde a construção até a manutenção do local. Aprendemos a alimentar as aves, cuidar da limpeza e observar seus hábitos, além de entender qual é o tipo de alimentação mais adequado para elas.

Além disso, o projeto desperta em nós o sentido de responsabilidade, o trabalho em grupo e o respeito pelos seres vivos. A atividade também está ligada a diferentes componentes curriculares, como Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Cultura Indígena Balatiponé.

Essa organização e planejamento ficam sob a responsabilidade de nossos professores, durante as aulas ao longo da semana. Há momentos em que todas as turmas se reúnem para realizar os trabalhos, e em outras atividades participam apenas turmas específicas, de acordo com o planejamento das aulas.

Figura 2: Aviário Escolar



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

(9) HISTÓRIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO TERRITÓRIO Umutina

*Flávio Amajunepá Uapodonepá
Leocílio Boroponepá Filho*

O Território Indígena (TI) Umutina está localizado na região do médio norte do Estado de Mato Grosso (MT), a aproximadamente 15 km do município de Barra do Bugres. Trata-se de uma área com cerca de 28.120 hectares, configurando-se como uma espécie de península.

O território é circundado, à direita, pelo Rio Bugres e, à esquerda, pelo Rio Paraguai, o que faz com a área parecer uma ilha. No entanto, diferentemente de uma ilha, o território possui uma ligação por terra, permitindo o acesso terrestre.

Figura 1: Acesso ao território Umutina pelo rio Paraguai



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

Os Umutina dominavam um vasto território que compreendia a região dos rios Sepotuba, Bugres e Paraguai, onde praticavam a caça e a pesca. Com a chegada dos colonizadores ao Mato Grosso, o povo Umutina, acabou perdendo essa liberdade, especialmente sob a pressão dos seringueiros e poaeiros, que adentraram a região, causando conflitos e mortes de parte a parte (Corezomaé, 2014, p.13).

Figura 2: Acesso ao território Umutina por terra



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

A partir desses conflitos, ocorreram mortes de indígenas e também de não indígenas, pois os Umutina, com grande disposição de luta desde o princípio, defenderam seu espaço geográfico com persistência e coragem.

Graças a essas lutas do povo ancestral, o território foi posteriormente demarcado, o que garante hoje a continuidade da vida do povo em sua própria terra. Assim, seguimos mantendo a luta não apenas pela defesa e manutenção do território, mas também pela preservação da nossa cultura e da nossa identidade.

Assim que se deu o contato, houve conflitos entre os indígenas e não-indígenas, em seguida, as lastimáveis epidemias de sarampo, tuberculose e pneumonia fizeram órfãos principalmente as crianças, mas atingiu também aos velhos, matando-os (Corezomaé, 2014, p. 16).

Durante esses confrontos, o povo Balatiponé perdeu vários integrantes da comunidade e também particularidades da sua cultura. Nossos professores nos contaram que, devido a essas grandes perdas, no ano de 1934, o Marechal Rondon foi até a aldeia Utiariti buscar indígenas das etnias Paresi e Nambikwara, com o objetivo de que constituíssem famílias no território e, de certa forma, ajudassem a proteger o território Umutina.

Em razão desse processo histórico, atualmente vivem no território Umutina pessoas de diferentes etnias, como Paresi, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Irantxe, Kayabi, Terena, Chiquitano e Umutina. Com o passar do tempo, ocorreu uma mistura entre esses grupos étnicos, que permanece até os dias atuais. Por viverem nesse mesmo território e compartilharem o cotidiano da aldeia, muitos acabam se identificando coletivamente como Umutina.

Na minha visão, porém, Cândido Mariano da Silva Rondon veio com a intenção de dominar e dizimar a população Umutina, o que quase aconteceu. Se os nossos antepassados não tivessem resistido bravamente, poderíamos ter sido completamente aniquilados. Antes do contato com os não indígenas, meu povo vivia em harmonia com a natureza, praticando sua cultura, falando sua língua materna, realizando seus rituais e sobrevivendo de acordo com seus costumes, plantando, pescando e caçando de forma tradicional.

Mesmo diante desses conflitos e dificuldades, resistimos e mantivemos nossa identidade, preservando nosso território e nossa forma de viver. Atualmente, as famílias das aldeias realizam a roça de toco, e esse espaço geográfico tem dado origem a novas aldeias, com o objetivo de fortalecer a autonomia das famílias e cuidar melhor da localidade.

Figura 3: Roça de toco: trabalhos, plantações e colheita



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

Figura 4: Limpeza roça de toco, feita pelos homens da Aldeia



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

Utilizamos técnicas e conhecimentos tradicionais ensinados pelos nossos pais, avós e anciões, principalmente na escolha da área, na limpeza do terreno, no plantio e na colheita. O trabalho na roça é geralmente realizado pelos homens, mas muitas vezes conta também com a participação das mulheres, especialmente no momento da colheita. São cultivados diversos tipos de alimentos, como arroz, feijão, milho, banana, mandioca, cará, batata-doce, abóbora e melancia, entre outros.

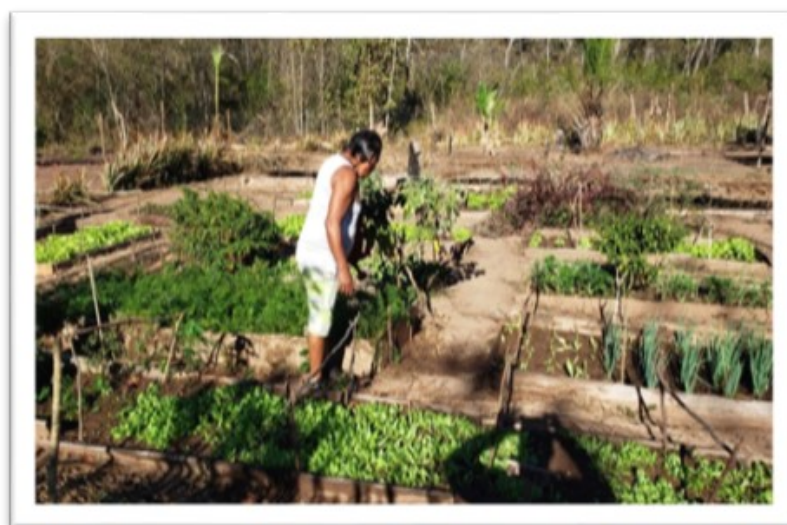
Figura 5: Colheita de banana verde



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025)

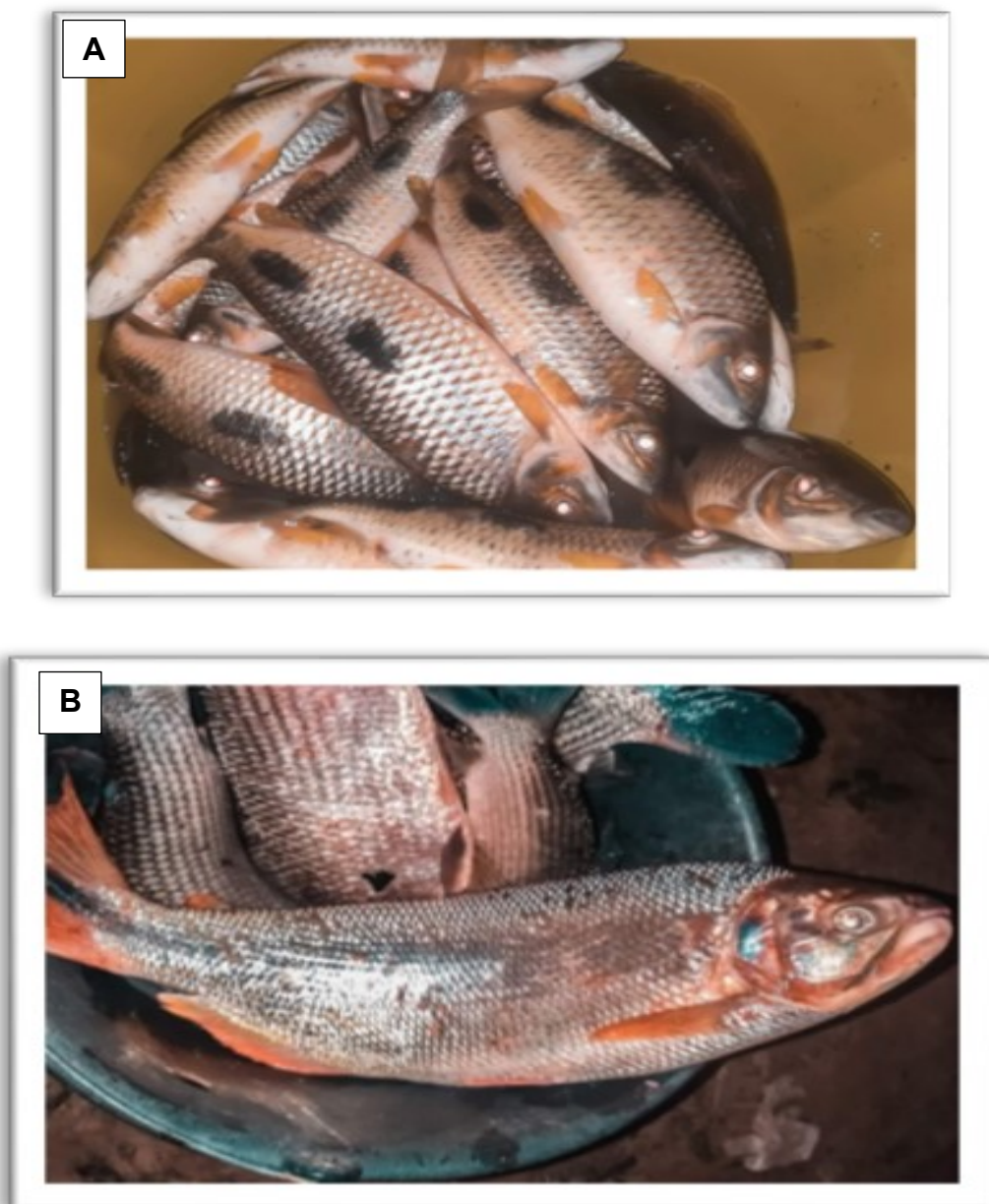
Figura 6: Colheita da melancia para comercialização

Também são cultivadas diversas frutas, como limão, laranja, lima, jabuticaba, coco, acerola, manga, abacate, cacau, tangerina, ata, mamão, maracujá, melancia, melão e abacaxi, geralmente nos quintais das casas, tanto para consumo das famílias quanto para venda entre as aldeias do território. Além disso, algumas famílias cultivam hortaliças, como alface, rúcula, cebolinha, tomate, pimentão, quiabo, milho-verde e batata, que são utilizadas na alimentação dos alunos da Escola Jula Pará, vendidas nas aldeias e, em alguns casos, comercializadas também na cidade.

Figura 7: Trabalho na roça

A pesca é realizada nos rios Paraguai, Bugres e Dezoito, rios que contém uma grande diversidade de espécies de peixes (essenciais para a alimentação do povo Umutina e fazem parte do modo de vida da comunidade). Além disso, a pesca também se torna uma fonte de renda para algumas famílias, que utilizam essa atividade tanto para o consumo quanto para a venda.

Figura 8: Pescados: (A) Píau e (B) Pera e Corimba



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Na aldeia temos energia elétrica, internet, móveis e eletrodomésticos, fazemos compras na cidade que, com certeza, implicam no aumento de lixo; o meio que utilizamos para acabar com eles é fazendo buracos para queimá-los.

Também tivemos que nos adaptar com uso da energia, todas as casas tem energia, inclusive na Escola e Posto de Saúde. Antes usávamos somente a água do Rio Dezoito que fica próximo das nossas casas, nos dias de hoje temos água encanada na aldeia. Sendo assim, durante o contato com os não indígenas ao longo dos tempos tivemos que nos habituar com seu jeito de viver.

O território também sofre impactos gerados pelas queimadas, principalmente no tempo da seca, entretanto, algumas pessoas da aldeia também fumam cigarro e isso prejudica a saúde das pessoas e do ar que respiramos. A terra da nossa morada é de boa qualidade e proporciona todos os tipos de alimentos e nas roças não são aplicados produtos agrotóxicos.

Nós, povos indígenas, estamos inseridos na globalização há muito tempo, direta ou indiretamente. No caso específico do meu povo, há pouco tempo, alguns novos líderes têm discutido e desenvolvido propostas de agricultura mecanizada, com o objetivo de proporcionar trabalho e renda para as famílias e trazer novamente algumas pessoas que foram para a cidade em busca de trabalho. Além disso, existem também projetos de turismo nas aldeias do território, bem como para a venda de artesanato pela internet.

A vantagem que meu povo tem nesse mundo moderno são os ensinamentos que a Escola Jula Pará proporciona: conhecimentos tradicionais e os não indígenas. Essa é uma enorme vantagem de termos a Educação Escolar Indígena no território Umutina, pois, desde quando a criança entra na escola, são ensinadas as práticas culturais Umutina, a vivência e principalmente parte da língua materna.

A Escola Indígena Julá Pará continua sendo uma base fundamental de ensino, para mantermos nossa identidade cultural e assegurar a defesa do nosso território. Para meu povo Balatiponé- Umutina, o território é primordial. Temos total consciência de que, para nós estarmos aqui nesse espaço vivendo em harmonia com nossas famílias e em comunidade, muito sangue foi derramado, por muitas lutas, resistência, perdas irreparáveis.

É crucial ressaltar que nosso território é demarcado, mas isso não significa que deixamos de cuidar e mantê-lo preservado. Em alguns relatos que ouvi de nossos avós, pais e mães a filosofia sempre foi pensar nas futuras gerações. Portanto, hoje nós, do povo Umutina, herdamos esse espírito do cuidar, do proteger pelo bem de todos que convivem nessa terra.

(10) PROJETO VIVEIRO, NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JULA PARÉ

Milleny Huare Amajunepá
Leocílio Boroponepá Filho

Neste ano de 2025, estudando na Escola Indígena de Tempo Integral Julia Pará, tive a oportunidade de participar do projeto do *viveiro*, que fica localizado no espaço escolar. A princípio, fizemos uma pequena estrutura, uma espécie de casa coberta com material adequado para as plantas, garantindo boa exposição solar e proteção contra os ventos fortes. Nesse espaço também construímos canteiros, onde colocamos mudas de plantas nativas e outras espécies, como as frutíferas.

Figura 1: Cuidados com as mudas



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Começamos com um espaço pequeno, mas estamos ampliando aos poucos. Nesse local, nós alunos e os professores ficamos responsáveis por cuidar e molhar as

plantas diariamente. No viveiro, nós, estudantes, podemos observar de perto o ciclo de vida das plantas, desde a germinação das sementes até o crescimento das mudas. Dessa forma, compreendemos de maneira mais concreta conteúdos trabalhados em disciplinas como Ciências, Biologia, Geografia e até Matemática, pois essa atividade é interdisciplinar.

O nosso viveiro constitui um espaço essencial para a produção e o manejo de plantas, desempenhando um papel significativo tanto na conservação ambiental quanto na formação educativa de toda a comunidade escolar. Trata-se de um ambiente planejado para oferecer condições adequadas de luz, água, solo e temperatura, permitindo o desenvolvimento saudável das mudas que, posteriormente, serão utilizadas em ações de reflorestamento e produção alimentar.

Com esse projeto desenvolvido na nossa escola, já realizamos a doação de mudas para outras aldeias que estão sendo construídas em torno do território Umutina. Além disso, também levamos mudas para plantar nos quintais de nossas casas, o que contribui diretamente para práticas sustentáveis e para o fortalecimento da relação entre sociedade e natureza.

A importância do viveiro se expressa, primeiramente, pela sua capacidade de produzir mudas destinadas à recuperação de áreas degradadas e à preservação de espécies nativas. Um dos principais objetivos deste trabalho é reflorestar a nascente do nosso Rio Dezoito, mais conhecido por nós como Passagem. Antigamente, nesse rio nós tomávamos banho, lavávamos roupas, lavávamos vasilhas e também pescávamos. No entanto, o rio acabou secando, o que trouxe um grande impacto para as famílias do território.

Ficamos muito tristes com essa situação, pois, além da importância para as pessoas, o rio também era fundamental para a biodiversidade, a fauna e a flora que existiam naquele ambiente. Diversos fatores contribuíram para a morte do rio, como as mudanças climáticas e as queimadas, que acabaram desestruturando o nosso ambiente natural.

Diante desse problema, no dia 14 de novembro de 2025, no período da manhã, levamos diversas espécies de mudas no ônibus escolar e fomos até a cabeceira do nosso riozinho para realizar o reflorestamento de sua nascente. Nesse momento, contamos com a presença do gestor, coordenador, professores, funcionários e alunos, todos unidos nesse trabalho coletivo.

Foi uma ação realizada em prol de um bem maior, que é o reativamento do nosso querido e precioso Rio Dezoito, tão importante para a vida do nosso povo e para o equilíbrio da natureza em nosso território.

Figura 2: Reflorestamento na nascente do Rio Dezoito



Fotos: Leocílio Boroponepá Filho (2025).

Esse processo envolve etapas organizadas, como a coleta de sementes, o preparo de substratos, a germinação, o desenvolvimento das mudas e a aclimação antes do plantio. Cada fase exige conhecimento técnico e manejo cuidadoso, garantindo que as plantas cresçam saudáveis. Além disso, a estrutura de um viveiro é composta por setores específicos, como sementeiras, áreas sombreadas, canteiros de crescimento e espaços de aclimação, todos organizados para favorecer o desenvolvimento das plantas.

A participação dos estudantes nas atividades do viveiro promove consciência ambiental e fortalece valores de responsabilidade e preservação da natureza. Em nossa escola e em nossa aldeia, essa função se torna ainda mais significativa, pois o viveiro auxilia na manutenção de plantas medicinais, espécies tradicionais e conhecimentos ancestrais, contribuindo para a continuidade cultural do nosso povo. Além disso, os viveiros também geram impactos positivos na economia local, principalmente quando são desenvolvidos de forma comunitária. A produção e a comercialização de mudas permitem complementar a renda das famílias e apoiar projetos de agricultura sustentável.

Dessa forma, o viveiro atua não apenas como um espaço de cultivo, mas também como um instrumento de desenvolvimento social e ambiental. Os viveiros representam uma estratégia eficaz de preservação ambiental, educação ecológica e fortalecimento das relações entre pessoas, cultura e território.

Assim, investir na criação e manutenção de viveiros significa promover a sustentabilidade, garantir a proteção da biodiversidade e incentivar práticas responsáveis, que contribuem positivamente para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

IPAQUERI, Roseli Manepá. **A confecção de artefatos da cultura tradicional Balatiponé como estratégia para o ensino da língua materna em escolas indígenas no território Balatiponé, MT**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino em Contexto Indígena Intercultural) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI, Câmpus Universitário Deputado Estadual “Renê Barbour”, Barra do Bugres, 2023. Disponível em: <https://barradobugres.unemat.br/faculdades/faind/stricto/ppgecei/dissertacao-e-tese>. Acesso em: 13 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MONZILAR, Osvaldo Corezomaé. **Práticas pedagógicas com a roça tradicional do povo Umutina**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI, Campus Universitário Deputado Estadual “Renê Barbour”, Barra do Bugres, 2023. Disponível em: <https://barradobugres.unemat.br/faculdades/faind/stricto/ppgecei/dissertacao-e-tese>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; MAYA VIANA, Cláudia Ferreira. Mais Ciência na Escola: iniciação científica e popularização da ciência em escolas de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas do estado de Mato Grosso-Brasil. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 12, p. e20415-e20415, 2025. Disponível em: <https://ojs.cadpedagogico.com.br/index.php/cp/article/view/20415>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PPP-ESCOLA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. Barra do Bugres: Escola Indígena Julia Paré, 2023.